

2019.1

Revista Esripturas

REVISTA ELETRÔNICA DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE DE
PERNAMBUCO/CAMPUS PETROLINA

Tema Livre

www.revistaescripturas.com

ISSN
2526-6543

Revista Escripturas

Revista Eletrônica de História da Universidade de Pernambuco/campus Petrolina

Electronic Journal of History of the University of Pernambuco /Petrolina campus

ISSN – 2526-6543

R454 Revista Escripturas: Revista Eletrônica de História da Universidade de Pernambuco / Campus Petrolina [recurso eletrônico] / Colegiado de História, Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina. - v. 3, n.1, (2019)- . - Dados eletrônicos. - Petrolina: Colegiado de História, 2019-

Semestral: 2019.1

ISSN 2526-6543

Disponível em: www.revistaescripturas.com

1. Historiografia. 2. Estudos Históricos. 3. Pesquisas históricas. I. Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina. II. Colegiado de História. III. Universidade de Pernambuco. IV. Título: Tema livre.

CDD-907.2

Catlográfica elaborada pelo Bibliotecário Wemerson Rodrigo da Silva, CRB 4/2205, Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina.

Sumário

Apresentação	3
María Cecilia Colombani <i>Patrones de comportamiento en Hesíodo. Elementos antropológicos en Trabajos y Días</i>	6
Mariano Spléndido <i>Esclavos cristianos en la pantalla grande: Historia Antigua y epopeya estadounidense</i>	21
Pâmela Campos Ferreira <i>Entre Representações e Requerimentos: os debates sobre os cemitérios extramuros nas câmaras municipais mineiras, no Conselho de Governo e no Conselho Geral de Minas (1827/1834)</i>	46
Noemia Dayana de Oliveira <i>"Compadre e amigo do coração": As relações de compadrio no interior da província do Ceará (1835-1837)</i>	63
Gustavo Zambrano <i>A viagem de Furtado Coelho pelo Brasil: o sucesso e as polêmicas de um artista português em terras brasileiras</i>	78
Humberto Santos Andrade <i>Mutualismo e Imprensa: o processo de fundação da mutual dos tipógrafos e a Revista da Associação Tipográfica Baiana</i>	99
André Luiz de Miranda Martins <i>O que se dá de comer ao homem: interpretações da alimentação no Brasil colonial e a crítica de Sérgio Buarque de Holanda a Gilberto Freyre</i>	121
Megi Monique Maria Dias <i>Os estudos etnográficos nas páginas do Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense (1918-1925)</i>	137
Alessandra Belo Assis Silva <i>Mulheres operárias nos tribunais do trabalho: a luta por direitos das tecelãs em Juiz de Fora (Década de 1950)</i>	151
Vânia Maria Siqueira Alves <i>História na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental: Alguns apontamentos</i>	166

Apresentação

Principalmente a partir de meados da década de 1970, houve um grande esforço de historiadores e outros pensadores em criar novas formas de pensar e fazer história. Se, por um lado, nomes como os de Foucault, Derrida, White, Le Goff, Nora, e vários outros, contribuíram com diferentes propostas epistemológicas, por outro, os abalos causados por elas promoveram o descrédito de diversos paradigmas consolidados nos estudos históricos, bem como de correntes historiográficas que os defendiam. Toda a agitação causada naquele momento traria expectativas muito grandes para as décadas seguintes.

Esse impulso nos estudos históricos foi compreendido também como uma ruptura importante para uma “Nova História”, inserindo novos problemas, objetos, métodos, abordagens e fontes; criando uma base mais ampla para a produção da história científica. Questões como: do passado de quem tratamos? O de “novos” agentes históricos: o negro, a mulher, o operário, o refugiado, e aqueles desprezados até então por perspectivas historiográficas totalizantes? A seleção dos documentos atende a essa pluralização de objetos ou se apresenta ainda como um “monumento”? E quanto às abordagens? Continuam presas ao cerne da disciplina ou permitiram a interação com perspectivas oriundas de outras ciências? Todos esses passaram a ser questionamentos indispensáveis em qualquer estudo histórico desde então.

A transformação ocorrida em âmbito disciplinar foi fundamental para multiplicar as possibilidades na construção da história. Mais ainda: para alguns, isso significou o início de um processo; um período de experiências, adaptações e criações, que possui sua dinâmica ligada às mudanças sociais das sociedades atuais. Os historiadores têm se utilizado de todas as contribuições de maneiras bastante criativas e os resultados dessa ampliação estão rendendo frutos muito positivos.

Neste número da revista *Esripturas* temos a oportunidade de ver como a geração atual de historiadores, de diferentes estágios da vida acadêmica, tem feito valer essa asserção. Temos aqui dez artigos que apresentam uma diversidade de temas, métodos e abordagens; que comprovam o quanto esses pressupostos são aplicados nas pesquisas atuais em nosso país e no exterior. Os recortes temporais vão desde a Antiguidade ao Tempo Presente. O primeiro artigo é o de María Cecilia Colombani,

Patrones de comportamiento en Hesíodo: elementos antropológicos en Trabajos y Dias. A autora, com auxílio de recursos da Antropologia, conclui que a obra hesiódica se propõe como moralizante, utilizando-se de uma poesia de caráter didático. Com Mariano Spléndido, em *Esclavos cristianos en la pantalla grande: Historia Antigua y epopeya estadounidense*, é apresentada uma ponte entre a Antiguidade e o período da Guerra Fria, que mostra como a escravidão de cristãos no Império Romano foi retratada pelo cinema norte-americano.

Do terceiro artigo em diante, as temáticas se inserem nos recortes do período monárquico e republicano da História do Brasil. Pâmela Campos Ferreira, no artigo *Entre Representações e Requerimentos: os debates sobre os cemitérios extramuros nas câmaras municipais mineiras, no Conselho de Governo e no Conselho Geral de Minas (1827/1834)*, trata dos imbróglis entre a Câmara Municipal de Ouro Preto com as autoridades imperiais do Rio de Janeiro na busca da normatização dos cemitérios extramuros. Noemia Dayana de Oliveira em "*Compadre e amigo do coração*": *as relações de compadrio no interior da província do Ceará (1835-1837)*, utiliza do exemplo da província do Ceará para mostrar como o poder das elites locais contribuíram para a formação do Estado Nacional. Gustavo Zambrano faz uma análise da obra do artista português Luiz Candido Furtado Coelho no artigo *A viagem de Furtado Coelho pelo Brasil: o sucesso e as polêmicas de um artista português em terras brasileiras*.

Humberto Santos de Andrade, com seu artigo *Mutualismo e Imprensa: o processo de fundação da mutual dos tipógrafos e a Revista da Associação Tipográfica Baiana*, mostra como a Associação Tipográfica Baiana, entre as décadas de 1870 e 1930, serviu como uma instituição de auxílio econômico e social para os associados e suas famílias. André Luiz de Miranda Martins nos traz uma discussão bibliográfica profunda sobre as conclusões de Gilberto Freyre acerca da alimentação, sobretudo no Nordeste colonial do Brasil, com *O que se dá de comer ao homem: interpretações da alimentação no Brasil colonial e a crítica de Sérgio Buarque de Holanda a Gilberto Freyre*. Megi Monique Dias, em *Os estudos etnográficos nas páginas do Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense (1918-1925)*, discorre sobre as discussões de nível nacional para com as questões étnicas propostas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a influência deste no Instituto Histórico e Geographico Paranaense entre os anos 1918-1925. Alessandra Belo Assis Silva, com seu artigo intitulado *Mulheres operárias nos tribunais do trabalho: a luta por direitos das tecelãs em Juiz de Fora (Década de*

1950), trata dos embates legais entre as operárias e patrões, bem como o tratamento diferenciado dispensado a homens e mulheres nas fábricas.

Por fim, fechamos este número com um artigo de Vânia Maria Siqueira Alves, que trata de um tema importante e com discussões acaloradas neste momento desafiador para a Educação no Brasil: *História na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental: Alguns apontamentos*. A autora mostra quais os problemas para o currículo de História oriundos com implantação da Base Nacional Comum Curricular no Ensino Fundamental no Brasil.

Pedimos desculpas por essa brevíssima introdução não ser compatível com a preciosidade de cada um dos artigos. Será preciso que o leitor compense essa falta com uma leitura oportuna de cada um deles. Agradecemos muitíssimo a todos os autores e autoras que propiciaram a produção de mais um número dessa revista, bem como de todos os pareceristas e os membros de seu Conselho Editorial.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Editor

Prof. Dr. Fernando Mattioli Vieira

Patrones de comportamiento en Hesíodo. Elementos antropológicos en *Trabajos y Días*

María Cecilia Colombani*

Resumen: este trabajo busca analizar algunos comportamientos que se ponen de manifiesto en la obra de Hesíodo, *Trabajos y Días*, y que involucran al varón en su búsqueda de constituirse como un individuo prudente y productivo para sus conciudadanos y los dioses. Para ello, nos limitaremos a seguir la presencia o ausencia de verbos y adjetivos claves en los versos escogidos, y a través de ellos los rastreamos en actividades que consideramos destacables y centrales en la conformación del varón prudente, a saber: el trabajo, el uso de prendas de vestir en las distintas estaciones, la alimentación y las prácticas sexuales.

Palabras Clave: *Trabajos y Días*, comportamientos, prudencia.

Patterns of behaviour in the work of Hesiod. Anthropological elements in *Works and Days*

Abstract: This work seeks to analyze some behaviours that are revealed in the work of Hesiod, *Works and Days*, and involving the male in his quest to establish himself as a prudent and productive individual for his fellow citizens and the gods. For this, we will limit ourselves to follow the presence or absence of verbs and key adjectives in the selected verses, and through them we will track them in activities that we consider remarkable and central in the formation of the prudent male, namely: the work, the use of clothing in different seasons, food and sexual practices.

Keywords: *Works and Days*, behaviours, prudence.

* Dra. en Filosofía. Facultad de Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata. Facultad de Filosofía, Ciencias de la Educación y Humanidades. Universidad de Morón. UBACyT. ceciliacolombani@hotmail.com.

Introducción

Así las cosas, tal vez haya que elegir entre dos caminos: o pensar la mitología a golpes de martillo o trabajar como teórico del "espíritu humano" (Detienne, 1985: 6)

Pensar la perspectiva mítica en Hesíodo como producto del espíritu humano nos permitirá relevar la capacidad del mito como productor de sentido.

"¿Por qué razón hablar de la mitología es siempre, más o menos explícitamente, hablar griego o a partir de Grecia?" (Detienne, 1985: 7), se pregunta M. Detienne y, a partir de su pregunta, que hacemos propia, queremos instalarnos en ese territorio griego para pensar, desde el discurso mítico como *lógos* arquetípico, cómo se juega la tensión entre el hombre prudente y aquel que no lo; esta cuestión, de carácter ético-político, representa un hito significativo en la configuración del pensamiento arcaico.

En esta línea y exclusivamente a modo de introducción, abordaremos la figura del poeta de Ascra para determinar exactamente donde radica su poder, en el marco de un *lógos theókrantos*, de una palabra cargada de poder, según su etimología; tipo de palabra que lo caracteriza y hace de él un maestro de *alétheia*, esto es, un maestro de verdad. Es esta dimensión realizadora de la palabra la que establece la especial articulación o combinación con las prácticas sociales. En efecto, el *lógos theókrantos* es un ejemplo de cómo la naturaleza misma del discurso lo abre a un afuera no discursivo: las prácticas sociales. El discurso mítico, en este sentido, no puede entenderse sin la relación con la realidad, en el sentido en que es vivido como discurso verdadero.

En este marco, el proyecto del presente trabajo consiste en analizar ciertos patrones de comportamiento en la obra de Hesíodo, a partir del juego exhortativo que despliega a propósito del calendario del labrador y otras recomendaciones de intención moralizante. Proponemos un recorrido guiado por la selección de ciertos tópicos significativos para relevar su importancia en la constitución de un determinado tipo de varón transido por la prudencia y la correcta observación de los consejos provenientes de una autoridad capaz de darlos a conocer y hacerlos circular. Hesíodo constituye, a decir de M. Detienne (1986: 28), el último testigo de un tipo de palabra en el enclave mismo de su declinación.

En toda sociedad la circulación y producción de discurso obedece a ciertas reglas y el *corpus* hesiódico no escapa a tales consideraciones (Foucault, 1983). Michel

Foucault, en quien nos inspiramos en este primer momento del trabajo, se tropieza con una cuestión metodológica de lo que significa la arqueología como modelo de instalación-abordaje y allí aparece la *Arqueología del Saber* como texto propedéutico. Se enfrenta con la problemática del discurso. ¿Cuál es el estatuto del discurso que una determinada época considera verdadero? Los discursos son prácticas que responden a ciertas reglas de formación que los constituyen y posibilitan.

Foucault atiende a las irrupciones; la irrupción del conjunto de enunciados, prácticas y discursos que una determinada época valida como verdaderos porque se aglutinan y organizan conforme a una cierta coherencia. Recortar un objeto cualquiera, los patrones de comportamiento del varón prudente por ejemplo, supone llegar a visibilizar las condiciones materiales que posibilitaron un discurso que, a su vez, se plasma como el resultado de un conglomerado de saberes, enunciados y prácticas. El análisis de un determinado campo discursivo implica situarse en el momento de irrupción y singularidad de su propia emergencia para captar sus condiciones posibilitantes, sus relaciones con otras emergencias, sus afinidades y diferencias.

La tarea es proponer una arqueología del discurso por cuanto:

hacer aparecer en su pureza el espacio en el que se despliegan los acontecimientos discursivos no es tratar de restablecerlo en un aislamiento que no se podría superar, no es encerrarlo en sí mismo; es hacerse libre para describir en él y fuera de él juego de relaciones (Foucault, 1984: 46).

Son esas relaciones las que nos interesan problematizar. A su vez, podemos recorrer la construcción social de un dispositivo en el que se lee lo que podríamos llamar una "genealogía de la disciplina". Como en toda búsqueda genealógica, la dimensión discursiva es un anclaje de insoslayable tratamiento. La disciplina es una creación social que se consolida desde el discurso. Tal es su dimensión ficcional, en tanto producto histórico-social, y su narrativa articulante.

Las categorías discursivas constituyen, pues, una urdimbre que organiza la vida. Problematizar la dimensión del discurso consiste en discutir el estatuto constituyente de las identidades, hilvanando la estrecha vinculación entre discurso y modos de subjetivación. Por tanto, nos proponemos indagar ciertos tópicos de matriz antropológica para resaltar el modelo de hombre al que aspira el discurso pedagógico-moralizante de Hesíodo, producto histórico de prácticas que creemos que se pueden

articular en un plexo de elementos: el trabajo, el abrigo, la alimentación, el clima, en la relación con la salud-enfermedad, y el matrimonio y su proyección sexual reproductiva (Colombani, 2016). Como puede verse proponemos un recorrido por prácticas sociales muy simples, muy cercanas a la vida cotidiana del hombre pero de capital importancia a la hora de leer cierta constitución de un modelo masculino a partir del análisis de sus patrones de comportamiento.

El trabajo

Proponemos pensar los alcances que toma la inquietud ético-social del trabajo en Hesíodo, a partir de relevar en *Trabajos y días* el protagonismo que el mismo toma, lo cual que sugiere una intensa preocupación por el vínculo trabajo-*êthos* en tanto manera de vivir¹.

En un poema como *Trabajos y Días*, dedicado precisamente al trabajo y a las consecuencias antropológicas que acarrea, resulta sumamente difícil recortar un mínimo *corpus* para analizar. El texto se inscribe en una exhortación del trabajo como modo, incluso, de alcanzar la virtud, motivo por el cual se asienta en el escenario ético del varón prudente.

El trabajo constituye la forma más práctica e inmediata de alcanzar la excelencia y representa el pilar de la constitución de un tipo de hombre sobre el que se afirma la posibilidad de alguna restauración de la época cruenta y hostil que le toca vivir a Hesíodo, aquella en la que no hubiera querido nacer.

Como práctica social, constituye la bisagra que delimita las fronteras entre distintos tipos de varones, los que lo abrazan como *ethos* y los que lo desconocen y se vuelven holgazanes con las respectivas consecuencias en materia ético-política.

A partir de la dificultad de la elección, decidimos acercarnos como ejemplo a los siguientes versos para proponer su análisis:

ἐξ ἔργων δ' ἄνδρες πολύμηλοί τ' ἀφνειοί τε:
καὶ ἐργαζόμενοι πολὺ φίλτεροι ἀθανάτοισιν. 310
ἔργον δ' οὐδὲν ὄνειδος, ἀεργίη δὲ τ' ὄνειδος.

¹ Coincidimos con la postura de Judet de La Combe y Lernould (1996:302), cuando sostienen que "*l'travail apparaît comme l'activité qui définit l'homme essentiellement*". En efecto, la disimetría ontológica entre ambos planos, hace que el trabajo se defina desde un registro que va más allá de su dimensión funcional.

εἰ δὲ κε ἐργάζῃ, τάχα σε ζηλώσει ἀεργὸς
 πλουτεῦντα: πλούτῳ δ' ἀρετὴ καὶ κύδος ὀπηδεῖ.
 Δαίμονι δ' οἶος ἔησθα, τὸ ἐργάζεσθαι ἄμεινον,
 εἴ κεν ἀπ' ἀλλοτρίων κτεάνων ἀεσίφρονα θυμὸν 315
 εἰς ἔργον τρέψας μελετᾶς βίου, ὥς σε κελεύω.²

Por sus trabajos los hombres son ricos en ganados y en recursos;
 y trabajando, mucho más amado por los inmortales
 [y por los mortales serás; pues mucho aborrecen a los ociosos.]³
 El trabajo no es ninguna vergüenza; el ocio es vergüenza.
 Si te esfuerzas, pronto te envidará el ocioso
 por enriquecerte; a la riqueza virtud y gloria acompañan.
 Con el destino que tienes, el trabajar es mejor
 Si, volcando tu insensato ánimo de posesiones ajenas
 al trabajo, te preocupas del sustento, como te exhorto (*Trabajos y Días*,
 vv. 308-316)⁴

La primera marca está dada por la relación trabajo-riqueza-recursos. En efecto, el trabajo, asociado al esfuerzo, como modo de vida, redundando en la posibilidad de que los hombres sean ricos, y con ello puedan conjurar el peor enemigo para un *oikos*: el hambre o la ausencia del bello grano de Deméter llenando los graneros. El hambre es una verdadera calamidad y solo el trabajo lo aleja.

Hay entonces una dimensión del trabajo que retorna en beneficio sobre uno mismo, al tiempo que tiende un puente sobre los demás porque no se depende de otros para vivir, como sí lo hace el holgazán. Un hombre rico en recursos se auto abastece, a diferencia de aquellos que para sobrevivir necesitan de una red de asistencia. En última instancia, en el juego de constitución de uno mismo como varón responsable, el trabajo permite consolidarse como un hombre autónomo y libre de las ataduras que implican depender de un otro.

Hay otro matiz asociado al trabajo que merece atención y que podríamos ubicar en un eje vertical. El que trabaja es más amado, φίλτερος, por los dioses y esto constituye un valor agregado. Quizá estemos en presencia del máximo don al que un varón prudente pueda aspirar: el amor de los inmortales que se hace extensivo a los mortales porque tanto unos como otros aborrecen al ocioso.

² En el presente trabajo seguimos la edición griega Hesiod. *The Homeric Hymns and Homeric Epics with an English Translation* by Hugh G. Evelyn-White. *Works and Days*. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd. 1914

³ El verso 310 aparece en la traducción de Liñares (2005), no así en el original griego.

⁴ Para la traducción del texto griego utilizamos en todo el trabajo la edición crítica de Liñares (2005)

Sigue una típica formulación que opone elementos contrarios ἔργον δ' οὐδὲν ὄνειδος, ἀεργίη δέ τ' ὄνειδος, "el trabajo no es ninguna vergüenza; el ocio en cambio lo es". Esta frase se inscribe definitivamente en el plano ético, *tópos* que originariamente habíamos anunciado como constitutivo del dispositivo del trabajo. El ocioso está cubierto por el oprobio y territorializado en un *tópos* negativo en la consideración ética de sus pares y de los Inmortales.

La referencia a la envidia pone sobre la mesa de discusión un núcleo capital de las relaciones sociales: el valor de la *eris*. A la consideración negativa de la *eris* perversa de *Teogonía*, inscrita en un linaje nocturno, *Trabajos y Días* incorpora otra de valencia positiva, motor del trabajo y la competencia entre pares. No es casual que Hesíodo la haya incorporado. A nuestro entender, allí está la clave de la posibilidad de pensar la competencia como motor del progreso y de la riqueza⁵.

La sentencia "a la riqueza virtud y gloria acompañan", πλούτῳ δ' ἀρετὴ καὶ κῦδος ὀνηθεῖ, contrasta claramente con la adquisición de la riqueza por medios no honorables; si el trabajo se ha inscrito en un *tópos* ético, la riqueza que de él se obtiene, también entra en una consideración del mismo tipo. Hay distintas formas de obtenerla y están perfectamente esbozadas en el poema, quedando territorializadas en sus respectivos *topoi*. La asociación ἀρετὴ καὶ κῦδος constituye la base de la constitución moral porque la virtud es precisamente aquello que cubre de gloria al hombre responsable.

El verso referido a la relación destino-trabajo es de interpretación variada; proponemos pensar la necesaria obligación de los mortales con el trabajo. Remitiéndonos al mito de Prometeo y a la actitud de los dioses de ocultar el sustento a los hombres, el destino claramente se juega en la exigencia del trabajo como marca identitaria de la propia constitución del hombre. Estamos obligados a trabajar porque ese es el destino-trama que los dioses han dispuesto para los hombres, los simples pastores del campo, triste oprobio, vientres tan solo (*Teogonía*, 26-27).

El valor ético de los versos se inscribe en una dimensión didáctica que atraviesa la totalidad del texto. La expresión ὡς σε κελεύω, "como te exhorto", es clave a la hora de interpretar el espíritu del poema y la necesidad imperiosa de transformar un ánimo

⁵ En la misma línea encontramos la interpretación de Gagarin (1990: 181): "The ambiguity of *eris* is important to Hesiod not so much because it sheds light on the nature of *eris* but because it exemplifies the ambiguity of the world".

insensato, ἀειδίππονα θυμὸν, en un *ethos* responsable. Tal es la misión didáctica que emparenta a Hesíodo con otras figuras del ejercicio y la práctica didascálica.

Quizá los versos que inauguran el proemio al trabajo den cuenta de la solidaridad trabajo-virtud:

Yo que sé lo que te conviene, gran necio Perses, te lo diré: de la maldad puedes coger fácilmente cuanto quieras; llano es su camino y vive muy cerca. De la virtud, en cambio, el sudor pusieron delante los dioses inmortales; largo y empinado es el sendero hacia ella y áspero al comienzo; pero cuando se llega a la cima, entonces resulta fácil por duro que sea (*Trabajos y días*, 286-293).

Constituyen una joya al interior del relato y en “la larga historia de la espiritualidad en Occidente”, tomando en préstamo la expresión de Michel Foucault para referirse al camino teleológico que conduce a la verdad, camino necesariamente asociado al despliegue de la virtud como *êthos*⁶.

Los versos tensionan dos estilos de vida, territorializando a los hombres en dos *tópoi* diferenciados y en dos linajes opuestos, en el marco de la lógica del linaje; por un lado, la facilidad y la cercanía del mal con su proximidad amenazante, a partir de los bienes que ofrece y sus consecuentes beneficios aparentes, y la dificultad de un camino arduo y espinoso, que, por venir de los dioses, resulta inevitable, pero cuyo *télos* constituye la aspiración máxima del varón prudente. Cuando los sistemas de pensamiento delinear el camino a transitar, habitualmente enseñan el medio para alcanzar el fin. Tal ha sido el desvelo de la actitud metafísico-teológica que ha impregnado el desarrollo de la filosofía en Occidente. Un determinado *télos* supone un *méthodos* y una determinada *tékhne* para alcanzarlo.

Hesíodo parece estar escribiendo las primeras páginas de un *lógos* ancestral al respecto. El alcance de la virtud como *télos* implica el arduo camino que los dioses

⁶ Foucault (1997). El autor utiliza el término en su análisis sobre la historia de las prácticas de sí. Allí ve cómo esas *tékhnai tou bíou* constituyen el pasaporte a la verdad; analiza el largo contorno que estas prácticas imponen como modo de ascenso a la verdad, objeto precioso al cual no se accede sin esa consecuente tarea subjetivante. El giro cartesiano va a representar precisamente el abandono de esta *áskesis* como condición de posibilidad a la posesión de la verdad. En Descartes el mero uso correcto de la poderosa *Ratio* basta para alcanzar el punto apodíctico que la verdad supone en la economía general del *cogito*.

delinearon en su calidad de arquitectos máximos y el trabajo constituye la *tékhnē* subjetivante.

El abrigo

El abrigo resulta otra práctica de vital importancia que impacta directamente en el tópico anterior. En realidad, tiene que ver, en primera instancia, con la consideración de la salud y la enfermedad como díadas opuestas, y, desde ese lugar, en el trabajo como fuente de prosperidad. Se trata de la consideración del abrigo como aquello que acompaña al ciclo cósmico y su variación al servicio del cuidado de la salud.

Pensado desde la marca en el campo del trabajo, la enfermedad resulta un elemento antieconómico porque detiene el flujo de la actividad sostenida. Las consideraciones del abrigo se centran en las estaciones extremas. De allí la recomendación de arar y sembrar desnudo cuando el sol resulta abrasador en el verano y reseca la piel del labrador. El cuerpo debe aligerarse y ponerse liviano para poder cumplir con las faenas que la estación exige.

No obstante, las mayores indicaciones están dadas por la crudeza de invierno. No solo por la inclemencia extrema del clima, sino por la posibilidad de la enfermedad a partir del frío, la lluvia y la humedad que empapa las ropas.

καὶ τότε ἔσασθαι ἔρυμα χροός, ὡς σε κελεύω,
 χλαῖνάν τε μαλακὴν καὶ τερμιόεντα χιτῶνα:
 στήμονι δ' ἐν παύρῳ πολλὴν κρόκα μῆρυσασθαι:
 τὴν περιέσασθαι, ἵνα τοι τρίχες ἀτρεμέωσι,
 μηδ' ὀρθαὶ φρίσσωσιν ἀειρόμεναι κατὰ σῶμα. 540
 ἀμφὶ δὲ ποσσὶ πέδιλα βοός ἴφι κταμένοιο
 ἄρμενα δῆσασθαι, πίλοις ἔντοσθε πυκάσσας.
 Πρωτογόνων δ' ἐρίφων, ὁπότ' ἂν κρύος ὤριον ἔλθῃ,
 Δέρματα συρράπτειν νεύρῳ βοός, ὄφρ' ἐπὶ νώτῳ
 ὑετοῦ ἀμφιβάλῃ ἀλέην: κεφαλήφι δ' ὑπερθεν 545
 πῖλον ἔχειν ἀσκητόν, ἴν' οὔατα μὴ καταδεύῃ.

Entonces ponte un abrigo del cuerpo, como te aconsejo:
 Una manta blanda y una túnica larga;
 Sobre poca urdimbre pliega abundante trama;
 Con ella envuélvete, para que los pelos no te tiemblen,
 ni rectos se ericen irguiéndose a lo largo del cuerpo.
 En torno de los pies sandalias de buey muerto con fuerza,
 Ajustadas, ata, revistiéndolas con fieltros.
 De chivos primogénitos, cuando llegue el frío estacional,
 Cose pieles con nervio de buey, para que sobre la espalda
 Te las eches encima como defensa de la lluvia; y sobre la cabeza

Ponte un gorro trabajado, para que tus orejas no se mojen (*Trabajos y Días*, vv. 536-546)

Como podemos apreciar los consejos son explícitos en torno al cuidado del cuerpo; se trata de recomendaciones que podríamos aplicar a una incipiente cuestión dietética en tanto consideración de un régimen de vida estacional que acompaña con fidelidad el ritmo de la naturaleza.

Asimismo, abre un interesante panorama de todos los recursos que están a disposición para la confección de los abrigos recomendados. Los chivos y los bueyes constituyen la materia prima para la elaboración de las tramas que protegen el cuerpo como bien a conservar, a partir de su valor ético-productivo.

La totalidad del cuerpo entra en el circuito esmerado del cuidado. Desde la cabeza utilizando un gorro trabajado, *πίλον ἄσκητόν*, que protege las orejas, pasando por coser pieles con nervio de buey, *δέρματα νεύρω βοός* para cubrir la espalda, hasta sandalias para proteger los pies, todo debe quedar aislado del frío extremo, sellando el vínculo entre salud y clima.

Como conclusión provisoria aparece la inquietud por el cuerpo sano en relación con las posibles consecuencias de exponerlo a las inclemencias del tiempo. Consideramos que el extremo cuidado está asociado. Enfermarse sería el pasaporte a la inactividad y con ello a la no productividad; productividad que constituye el modo de evitar el hambre. De allí que el cuerpo como fuerza de trabajo sea un bien prestigioso a cuidar y atender.

La alimentación

La alimentación vuelve a ubicarse en un lugar relevante en la arquitectura discursiva hesiódica. Junto con el resto de los tópicos que venimos tratando constituye otro de los pilares de la tarea exhortativa de Hesíodo como forma de acceder a la virtud.

El cuerpo se convierte en un *tópos* de ciertos comportamientos que dan cuenta de su importancia como fuerza de trabajo y de registro y acción ya que sobre él se registran cuidadosamente las conductas que modelan al varón prudente; de acción porque sobre él se teje un circuito de acciones tendientes a lograr los mejores rendimientos.

Para ello es necesario que se contemplen los tópicos que analizáramos y que antropológicamente definen el cuidado de uno mismo como varón transido por la prudencia.

τοῖς δ' ἄμα τεσσαρακονταετῆς αἰζήρος ἔποιτο
ἄρτον δειπνήσας τετράτρυφον, ὀκτάβλωμον,

A éstos los siga un varón robusto de cuarenta años,
Que haya comido un pan partido en cuatro, de ocho porciones, (*Trabajos y Días*, 441-442)

La primera marca vuelve a asociar la alimentación con el trabajo. Para ciertas tareas hace falta un cierto tipo de hombre cuya nutrición parece estar basada en una dieta a base de pan. El fruto de Deméter es, sin duda, la base principal y la ración debe ser importante, acorde a las tareas desarrolladas.

τῆμος τῶμισυ βουσίν, ἐπ' ἀνέρι δὲ πλεον εἶη
ἄρμαλιῆς: μακραι γὰρ ἐπίρροθοι εὐφρόναι εἰσίν. 560

Entonces la mitad para los bueyes haya y para el hombre más
de ración; pues largas son las benévolas auxiliadoras. (*Trabajos y Días*, vv. 559-560)

En este caso aparece la asociación de la alimentación con el clima, tópico de fuerte impacto en la constitución del modelo de varón que está apareciendo en el juego exhortativo. El invierno merece una peculiar atención por su crueldad extrema. La alimentación no parece la excepción y la recomendación es clara: alimentar a los bueyes pero con una ración mayor a los hombres para poder pasar las largas noches de la estación. Las benévolas auxiliadoras son precisamente las noches que permiten el merecido descanso del trabajador. Esta referencia nocturna y alguna recomendación de descansar a la sombra en el extremo verano, recogida por los próximos versos, constituyen las advertencias en torno al descanso como otro tópico de relevancia a la hora de indagar el plexo de prácticas que instituyen un modelo de constitución de uno mismo como varón responsable de su cuerpo y de su trabajo.

εἶη πετραίη τε σκιῇ καὶ βίβλινος οἶνος,
μάζα τ' ἀμολγαίῃ γάλα τ' αἰγῶν σβεννυμενάων,
καὶ βοῶς ὑλοφάγοιο κρέας μὴ πω τετοκυῆς 590

πρωτογόνων τ' ἐρίφων: ἐπὶ δ' αἶθοπα πινέμεν οἶνον,
 ἐν σκιῇ ἐζόμενον, κεκορημένον ἦτορ ἐδωδῆς,
 ἀντίον ἀκραέος Ζεφύρου τρέψαντα πρόσωπα,
 κρήνης τ' αἰενάου καὶ ἀπορρύτου, ἦτ' ἀθόλωτος, 595
 τρίς ὕδατος προχέειν, τὸ δὲ τέτρατον ἰέμεν οἴνου.

haya una pétrea sombra y biblino vino,
 masa de leche y leche de cabras que no amamantan más,
 carne de vaca criada en el bosque, que aún no ha parido,
 o de chivos primogénitos; y además bebe chispeante vino,
 tendido a la sombra con el corazón saciado de alimento,
 vuelto el rostro al fuerte Céfiro,
 y de una fuente que siempre fluye y corre, no turbia,
 vierte tres partes de agua y agrega una cuarta de vino (*Trabajos y Días*,
 vv. 588-596)

Las nuevas consideraciones alimentarias se sitúan en el verano, reforzando el vínculo entre el ciclo estacional y la dieta. Al mismo tiempo los versos constituyen una lección interesante de la alimentación basada en los elementos que ofrece la aldea. Un verdadero catálogo de los que mejor se adecuan a la estación: vino, masa de leche, leche de cabra, carne de vaca, chivos primogénitos y vino mezclado en su justa medida con las partes correspondientes de agua pura. Cada alimento está descrito según sus mejores cualidades para garantizar la calidad de la dieta, complementada con el descanso al que aludiéramos, hallando una pétrea sombra, πετραίη σκιή para evitar el sol abrasador.

La sexualidad

ῥαῖος δὲ γυναῖκα τεὸν ποτὶ οἶκον ἄγεσθαι,
 μήτε τριηκόντων ἐτέων μάλα πόλλ' ἀπολείπων
 μήτ' ἐπιθεις μάλα πολλά: γάμος δὲ τοι ὤριος οὔτος:
 ἢ δὲ γυνὴ τέτορ' ἠβῶοι, πέμπτω δὲ γαμοῖτο.
 παρθενικὴν δὲ γαμεῖν, ὥς κ' ἦθεα κεδνὰ διδάξης.
 τὴν δὲ μάλιστα γαμεῖν, ἢ τις σέθεν ἐγγύθι ναίει, 700
 Πάντα μάλ' ἀμφιδῶν, μὴ γείτοσι χάρματα γήμης.

A tiempo lleva una mujer a tu casa,
 Cuando no te falte mucho para los treinta años,
 Ni se te agreguen muchos más; pues ése es un matrimonio oportuno.
 La mujer que tenga cuatro años de púber y en el quinto se case.
 una virgen desposa para que les enseñes costumbres respetables,
 y principalmente desposa a una que de ti cerca vive,
 mirando bien todo alrededor, no sea que desposes motivos de risa para
 tus vecinos
 (*Trabajos y Días*, 695-702)

La presencia del verbo ἄγω enfatiza las marcas del ritual matrimonial; una novia es llevada, conducida hacia la casa del marido, desplazándose de su lugar de origen a la casa de un otro que la toma por esposa. El campo lexical del verbo sobrevuela un doble frente: conducir, llevar, llevarse consigo, pero también educar, trazar, guiar. La decisión de tomar una esposa es un verdadero *kairós*. Es necesario pensar que el momento y la presencia de ὥραϊος responden, precisamente, a la consideración de esa oportunidad, ocasión, coyuntura favorable. El adjetivo ὥραϊος alude a la idea de sazonado, maduro, que está en su punto, oportuno. La clave de la decisión marca el proyecto didáctico-moralizador porque está asociada a la edad como tópico a considerar. Una edad precisa, tanto del hombre como de la mujer. A partir de ella está salvaguardado el éxito de la empresa.

Se vislumbra una pareja didáctica donde el maestro-esposo dobla en edad a la discípula-esposa. Práctica habitual cuando se trata de ciertas experiencias de transición. La joven es una *parthénos* y el tránsito a su estado de adultez, que la lleva al matrimonio como destino naturalizado.

Del mismo modo, la juventud resulta el estado ideal para operar subjetivamente y moldear *poiéticamente* ese carácter que hace de la joven la mejor esposa posible. Allí están las dos primeras marcas que ponen el dispositivo en marcha para que resulte un matrimonio oportuno, γάμος ὥριος: la edad y la maleabilidad.

La exhortación es clara: la costumbre indica una virgen desposada, παρθενικὴν γαμεῖν, siguiendo las normas canónicas y suscribiendo el campo lexical del verbo γαμεῖν, que unido a γάμον significa contraer matrimonio, desplegando el *tópos* simbólico-ritual del matrimonio que, orientado por el verbo γαμέω, tomar mujer o compañera, significa casarse. En efecto, a una mujer se la toma y se la educa.

El matrimonio vehiculiza la posibilidad del dispositivo didáctico y la recomendación es elocuente: “para que le enseñes costumbres respetables”, ἦθεα κεδνὰ διδάξης.

Parece haber una advertencia espacial asociada a ciertas formas de control de la situación. La joven debe vivir cerca del esposo y esa vecindad garantiza el control y la vigilancia; “mirando bien todo alrededor”, πάντα μάλ’ ἀμφιδῶν, es la advertencia retórica que pone al marido en un registro de cuidado y alerta.

μηδ’ ἀπὸ δυσφήμοιο τάφου ἀπονοστήσαντα

σπερμαίνειν γενεήν, ἀλλ' ἄθανάτων ἀπὸ δαιτός.

Al regresar de un ominoso entierro, no procrees descendencia, sino después de un banquete a los inmortales (*Trabajos y Días*, 735-736).

Los versos tienen que ver con la dimensión de la sexualidad vinculada a la procreación. Una empresa de tamaña envergadura amerita un *kairós* particular; cuestión de oportunidad y ocasión favorable ya que se está jugando la descendencia del varón prudente. Nada puede quedar librado al azar y menos aún en un punto tan delicado como lo es la procreación.

Conclusiones

Nuestro proyecto consistió en relevar algunos patrones de comportamiento en la obra hesiódica. Nos detuvimos en el juego retórico-exhortativo que el poeta desarrolla cuando presenta el calendario del labrador y en el plexo de recomendaciones y prescripciones de intención moralizante, a partir de su poesía de carácter didáctico. Propusimos un tránsito por una selección de tópicos del campo antropológico por ser este territorio el que privilegiamos en nuestro enfoque. Subrayó la importancia de dichos tópicos neurálgicos en la constitución ética de un modelo de varón que obedece a la prudencia y a la esmerada observación de los consejos que provienen de una fuente de autoridad capaz de darlos a conocer y hacerlos circular. En este sentido, coincidimos con la perspectiva de H. Koning cuando afirma "From its earliest reception onwards, the Greek regarded the *Theogony* as a text book of great philosophical import comparable to the *Works and Days* in the field of ethics" 2010: 189)

De-construir las fronteras entre el mito y la filosofía nos desafía, nos interpela a lecturas que se instalan en esa zona de bordes poco nítidos y precisos, de contornos grises y sendas embrolladas que son los que se consolidan en el desplazamiento de una forma a otra de pensar.

En las arenas movedizas del mito, reconociendo en Hesíodo al último e incluso único testigo de una palabra de alabanza dedicada al personaje real, parecen hallarse vestigios que posteriormente tuvieron las marcas de un pensamiento filosófico-conceptual.

De-construir fronteras es proponer hacer visible un núcleo problemático de sesgo filosófico. Se trata de repensar y de de-construir las fronteras ficcionadas entre mito y filosofía a partir de los componentes ideológicos que construyeron y suturaron esos mismos límites. Es nuestra tarea interrogar el tópico del inicio como modo de asumir un tema que nos convoca y nos vuelve, una vez más, griegos, contemporáneos de sus propias inquietudes.

Esta ha sido quizás la riqueza de nuestro trabajo: permitirnos bucear en la espesura discursiva, descender arqueológicamente, husmear en sus rincones y abrir un juego caleidoscópico de asociaciones, intersecciones, cruces, continuidades, rupturas que han generado un territorio complejo en los vínculos que se juegan entre mito y *lógos*. Enfatizamos la conjunción. Nuestro intento fue trabajar en el “y”, convencidos de que la inclusión es el gesto que mejor da cuenta de un autor y una obra cuya impronta es constituir una bisagra epocal y conceptual, generando el territorio donde se gesta una particular forma de ver y nombrar el mundo.

En una instalación de este tipo, la figura de Hesíodo se alza como un primer balbuceo filosófico, como un discurso asociado a una sabiduría de vida. Tal como sostiene Koning, “Hesiod, as we will see, was thus credited not only with a view that could be called philosophical, but with a genuinely philosophical method as well” (2010: 189).

Referencias bibliográficas

- HESÍODO. *Obras y fragmentos*. Madrid: Gredos, 2000.
- HESIOD. *Theogony. Works and Days. Testimonia*. Most, G. W. (editor y traductor). Loeb Classical Library. London: Harvard University Press, 2006.
- LIDDEL, H. G., SCOTT, R. *A Greek-English Lexicon*, Clarendon Press: Oxford, 1996.
- LIÑARES, Lucía. *Hesíodo Teogonía, Trabajos y Días*. Edición bilingüe, Buenos Aires: Losada, 2005.
- VIANELLO DE CÓRDOVA, Paola. *Hesíodo Teogonía*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1978.
- COLOMBANI, María Cecilia. *Hesíodo. Discurso y Linaje. Una aproximación arqueológica*. Mar del Plata: EUDEM, 2016.

DETIENNE, Marcel. *Los maestros de verdad en la Grecia Arcaica*. Madrid: Taurus, 1986.

_____. *La invención de la mitología*, Barcelona: Península, 1985.

FOUCAULT, Michel. *El orden del discurso*. Barcelona: Tusquets, 1983.

_____. *La arqueología del saber*. México: Siglo XXI, 1984.

GAGARIN, M. (1990). "The Ambiguity of Eris in the Works and Days". In in M. Griffith and D. Mastrorarde (eds.), *Cabinet of the Muses*. Berkeley: University of California Press.

JUDET DE LA COMBE, P., LERNOULD, A. (1996). "Sur le Pandore des *Travaux*. Esquisses" en *Le métier du mythe. Lectures d' Hésiode*, sous la direction de Blaise, F., Judet de La Combe, P. et Rousseau, P. Presse Universitaires du Septentrion, Vol. 16. Paris, pp. 301-313.

KONING, H. (2010) *Hesiod: The other poet. Ancient Reception of a Cultural icon*. Boston-Leiden: Brill.

Esclavos cristianos en la pantalla grande: Historia Antigua y epopeya estadounidense

Mariano Spléndido*

Resumen: La Guerra Fría fue un gran incentivo para la industria cinematográfica norteamericana, que hacia la década del 1950 se volcó al cine bíblico. Paradójicamente, el esclavo cristiano era el modelo de hombre libre en estas producciones, surgidas en un momento en que el análisis histórico buscaba enraizar en la aparición histórica del movimiento cristiano los valores occidentales de libertad y la igualdad. Nuestro objetivo es analizar el prototipo de esclavo cristiano que presentan estas películas para observar cómo se interpretaba popularmente en la sociedad norteamericana de la Edad de Oro la fórmula cristianismo- libertad- poder- paz. Narrar estas historias tomando como eje el surgimiento del cristianismo aportaba el elemento espiritual que encauzaba el poder, volviéndolo humanitario, a diferencia del ateísmo soviético.

Palabras clave: esclavitud, cine norteamericano, épica, historia antigua, cristianismo.

Christian slaves in the big screen: Ancient History and North American epic

Abstract: The Cold War was a great incentive to the North American cinematographical industry, that in the 1950 decade dumped to the biblical cinema. Paradoxically the Christian slave was the model of free man in these productions raised in a moment when historical analysis was looking to take root in the historical appearance of the Christian movement the west values of freedom and equality. Our aim is to analyse the prototype of Christian slave that these movies present to observe how was popularly interpreted in the North American golden age society the formula Christianity- freedom- power- peace. To tell these stories taking as axis the rise of Christianity brought the spiritual element that channelled power, turning it humanitarian, unlike sovietic atheism.

Key words: Slavery, North American Cinema, Epic, Ancient History, Christianity.

* Doctor en historia e investigador de CONICET especializado en temas vinculados al cristianismo primitivo. Trabaja en la cátedra Historia General II (Historia del mundo clásico) de la Facultad de Humanidades de la UNLP y en la Maestría de Estudios Clásicos de la UBA. Contacto: marianosplendido@hotmail.com

*Mr. Burns: Drink-up, Judah Ben-Hur.
Judah: You truly are the king of kings.¹*

El estreno de la película *Ágora*, del director Alejandro Amenabar, en 2008, sorprendió al invertir los presupuestos y los esquemas básicos con los que la narrativa épica cinematográfica había sido concebida a principios de la década de 1950. Un género muy asociado al ideal de epopeya nacionalista y republicana propone ahora, de manera mucho más marcada que con la taquillera *Gladiator* (2000) de Ridley Scott, la mirada individualista de un protagonista que es perseguido por el mundo.² En este cine épico contemporáneo incluso las instituciones presentadas como las más nobles en las producciones de hace sesenta años se vuelven poderes con claroscuros muy tenebrosos. La identidad personal ya no se define desde fuera, sino por convicciones propias, relegando las pertenencias de tipo político o religioso. El héroe o heroína de la épica cristiano-romana actual es solitario, incomprendido y marginal. Por esas razones su destino es, normalmente, morir.

Al pensar en el prototipo de película épica cristiano-romana,³ inmediatamente nos viene a la mente el personaje esclavo, elemento clave para el conflicto. No es un dato menor ni aleatorio la focalización en estos actores de la trama, pues para el cine norteamericano la cuestión de la esclavitud ha estado muy presente desde los orígenes de esta industria. Esto se debe a la historia nacional propia y a un debate sobre la integración social que está siempre vigente. El personaje esclavo corporiza determinadas convicciones y sirve de catalizador para el héroe, muchas veces incluso como su reflejo. En la épica cristiano-romana moderna nos encontramos con esclavos que mantienen una independencia argumental, como es el caso de Davo en *Ágora*. El esclavo fiel e incluso instruido es seducido por el mensaje popular cristiano de igualdad y abajamiento, en el que ve su propia libertad material. La rebelión personal de Davo se asocia con su afiliación al cristianismo violento del obispo Cirilo, lo que lo llevará a enfrentarse con su propia ex-dueña, Hipatia. El trasfondo religioso que identifica a este

¹ The Simpsons. Episode 2F31. *A Star is Burns*. Tomamos este fragmento porque resume en una cruda e irónica relectura el sentido de la épica bíblica.

² En este aspecto es interesante la contraposición que hace Burgoyne (2008: 74-96) entre *Espartaco* de Kubrick y *Gladiator* de Scott.

³ Usamos esta definición, propuesta por Babington y Evans (2009: 177-179), quienes marcan características propias para este género: la carencia de una fuente escritural estricta, el protagonismo de personajes no bíblicos, la presencia de Roma como lugar central de la acción, la imagen de Cristo como breve y marginal, una ubicación temporal entre la muerte de Jesús y el año 64 d.C.

tipo de épica sigue siendo el motor de la trama como en las producciones de mediados del siglo XX, solo que ahora se lo critica desde una mirada secularizadora, una mirada solidaria con los vencidos en ese proceso histórico. Por este motivo se ha complejizado y profundizado el perfil psicológico del personaje esclavo de estos filmes, dotándolo de una subjetividad nueva, una capacidad mayor de acción y un recobrado sentido de la rebeldía. Partiendo de esto, nuestro objetivo será recomponer y analizar algunos elementos básicos en cuanto a la presentación de los esclavos protagonistas de los filmes norteamericanos de épica cristiano-romana de la década del '50. Para eso hemos procedido a una selección de películas que nos permitan realizar comparaciones: *Quo Vadis* (1952), *El manto Sagrado* (1953), *Demetrio y los Gladiadores* (1954) y *Ben-Hur* (1959).⁴ Tendremos siempre presente al film *Espartaco* de Kubrick, el cual, pese a no inscribirse como épica cristiana propiamente dicha, posee elementos muy interesantes para pensar la imagen popular de la esclavitud antigua promovida a principios de la década de 1960 y, a la par, marca el cierre de la época de oro de la épica cinematográfica.

Épica y política

El gran auge del género épico en el cine norteamericano tuvo lugar durante la década de 1950 y comienzos de la década de 1960 (Solomon, 2001: 1-36; Silveira Cyrino, 2005: 1-6; Babington-Evans, 2009: 4-8).⁵ Producciones de presupuestos millonarios se volvieron el símbolo de los grandes estudios y todas las estrellas de Hollywood e incluso varias extranjeras participaron en alguna de estas cintas. No es extraño que justamente este tipo de relatos hayan sido significativos en esta época, pues había una necesidad popular de proyectar el ideal de epopeya de una nación que venía triunfante de la Segunda Guerra Mundial y había dejado atrás el fantasma de la crisis. Estados Unidos no solo tenía el capital para invertir en tecnologías como el cinemascope y en suntuosos despliegues escénicos con miles de extras y sets monumentales, sino que también tenía una audiencia que se identificaba con los

⁴ Hemos mantenido los títulos de estas películas en su traducción al español latino. En inglés los títulos originales son los siguientes: *Quo Vadis*, *The Robe*, *Demetrius and the Gladiators*, *Ben-Hur*, *Spartacus*. Sin embargo, a la hora de citar diálogos de las películas, hemos seguido la lengua original, el inglés.

⁵ Para una caracterización general de la época a nivel político, social y económico ver: Hobsbawm, 2006: 260-289.

personajes de estas grandes historias de gesta debido al pasado reciente. Por supuesto que a nivel de la crítica intelectual y experta las películas del cine épico carecían de valor por su carácter netamente comercial; no obstante, como dicen Babington y Evans (2009, 1-3), recibían el apoyo del público. Michael Wood (1975, 165-188) ha propuesto que el género épico jugó un doble papel en su momento de esplendor: por un lado funcionaba como una alegoría inconsciente de significados centrales para la mitología estadounidense, promoviendo un sentido de superioridad norteamericano en relación al viejo mundo; y por otro era un fiel reflejo del “exceso puro”, una expresión ritual del “despilfarro espectacular de la vida americana” de la Edad de Oro. La progresión del Estado de bienestar y la consagración de una sociedad de consumo nueva, por oposición al comunismo, dotaba de significado a la fastuosidad de estas recreaciones de momentos sublimes de la historia, volviéndolos un ejemplo de la capacidad técnica estadounidense.

A nivel político el cine épico tenía gran significado, ya que sus historias aparentemente inocuas para la censura, contenían subtextos muy interesantes de analizar. La temática propia de las películas, es decir el imperio romano y el nacimiento del cristianismo, es ya un indicio de la voluntad legitimadora del régimen capitalista occidental. Los prólogos de estas producciones son muy claros al respecto, pues revelan la oposición de valores y destacan el acontecimiento histórico del cristianismo (ya sea con el nacimiento o muerte de Jesús) como un “milagro” (*Quo Vadis*) destinado a “crear una nueva sociedad” (*Espartaco*) (Babington- Evans, 2009: 181-185; Reinhartz, 2013: 88-107). El estado romano es presentado como despótico y avasallador, interesado en la dominación del mundo por la fuerza y por el ateísmo. Es inevitable reconocer aquí, por un lado, una dura crítica al mundo soviético (en particular a aquel representado por Stalin) y, por otro, una defensa de los valores individualistas y liberales. Silveira Cyrino (2005, 1-6) y Babington-Evans (2009, 29) proponen que al hacerse la asociación comunismo-ateísmo, la práctica religiosa comenzó a asumir urgencia patriótica en Estados Unidos. El epílogo de *Quo Vadis* podría resumir esta idea: “The glory that was Rome will never fully be reached again (...). Babylon, Egypt, Greece, Rome. What follows? A more permanent world, I hope. Or a more permanent faith. One is not possible without the other” (Scodel-Bettenworth, 2009: 94-97).

El mundo occidental es presentado como el mundo de los Derechos Humanos y de la defensa del individuo en todos sus aspectos; la epopeya cristiana (que no se identifica con ninguna iglesia en particular) opera como punto identitario fuerte. La función de la religión en Norteamérica no es tanto espiritual, sino la de colaboradora de una fe mayor en la democracia y la noción de pueblo elegido, que hermana a todos los credos bajo un Estado secularizado que los respeta.⁶ Esto puede verse en la valoración que hace el emperador Claudio sobre Demetrio al final de *Demetrio y los Gladiadores*: “He’s a remarkable young man. He has something that Rome has lacked since the early days of the Republic. Something to believe in: faith. Our early conquests weakened it and my family, we Caesars, killed and buried it. Strange, if the memory of a dead Jew should bring it to life again”.

Las películas de épica cristiano-romana no son películas religiosas aunque reproduzcan historias religiosas, sino que son películas sobre el conflicto entre los individuos y el Estado, entre los presupuestos del liberalismo y el poder despótico y arbitrario del gobernante de turno. Hablan de un mundo polarizado entre libres y esclavos que añora a la antigua República, el estado ideal de derechos y participación. El cristianismo aparece como la fuerza equilibradora de las desigualdades sociales, emulando los principios republicanos y fundiéndolos en una fe que provee una interesante y útil cohesión social.

Épica, esclavos y cristianos.

La base histórica de la épica cristiano-romana puede encontrarse en los grandes trabajos de historiadores decimonónicos, fundamentalmente en la obras de Henri Wallon y Theodor Mommsen.⁷ Ellos propusieron una lectura muy particular del fenómeno cristiano, pues percibieron su surgimiento como una revolución silenciosa. Un contemporáneo a Mommsen y Wallon fue Paul Allard, arqueólogo e historiador francés dedicado a la investigación sobre los orígenes del cristianismo. El mismo postuló que el cristianismo sentó las bases para la posterior abolición de la esclavitud, al integrar

⁶ Cfr. Herberg, 1983: 1-5, 254-281; Niebuhr, 1988: 127-163.

⁷ De Henri Wallon podemos mencionar su famoso estudio *Histoire de l’esclavage dans l’antiquité* (1879); de Theodor Mommsen resalta su obra cumbre *The history of Rome* (1854-1856).

ampliamente en las asambleas a los miembros de estatus esclavo sin ningún tipo de miramiento.⁸ Asimismo no es extraño hallar ecos de la literatura abolicionista norteamericana en los guiones de las megaproducciones que analizaremos;⁹ en algunos casos las mismas obras literarias que dieron origen al guión, como por ejemplo la novela *El Manto Sagrado* (cuyo autor, Lloyd Cassel Douglas era un ministro de la Iglesia Congregacionista), provenían de ambientes abolicionistas. Todo esto configuró la interpretación histórica del cine épico cristiano-romano y propuso los ejes para el tratamiento del problema de la esclavitud.

La idea de esclavitud dentro de la sociedad norteamericana tiene un componente racial muy notorio, asociando la negritud al estatus esclavo. En el imperio romano la realidad era distinta, ya que los esclavos provenían de diferentes puntos del imperio y nunca formaron una masa homogénea ni en el sentido étnico, ni lingüístico, ni siquiera a nivel laboral, pues eran ubicados en variadas actividades que creaban una jerarquía interna al estatus, ya que no era lo mismo ser un esclavo agrícola o minero que ser el esclavo administrador de un taller o un doméstico dedicado a tareas hogareñas. Esta misma heterogeneidad desactivaba posibles rebeliones.¹⁰ El cine épico de mitad del siglo XX no discriminaba en este aspecto, ya que atribuía la voluntad de libertad a todos los personajes esclavos, aún a los bien situados socialmente. Ese es el caso de Demetrio en *El Manto Sagrado*, que pese a ser el ayudante personal de un general, constantemente reproduce un discurso emancipador; lo mismo ocurre con Antonino, el esclavo de Craso en *Espartaco*, el cual abandona su vida doméstica apacible para unirse a las huestes de esclavos sublevados. La única forma de tolerar el estado de subordinación es bajo la fe cristiana, que integra al personaje esclavo en una familia, como ocurre en *Quo Vadis* con Ligia, una cautiva del este europeo que fue adoptada por el ex general Plaucio y su esposa, ambos fieles cristianos en secreto. Sin embargo la condición de cautiva de Ligia aún pesa sobre ella y el general Vinicio usa la fuerza imperial para arrastrarla a la corte de Nerón. Para el cine épico la condición servil es un estado degradante sin importar el tipo de tarea que se realice, ya que supone la

⁸ Allard, 1946: 156. Hay otras obras del mismo autor que también tocan el tema de la esclavitud: *Le christianisme et l'empire romain* (1896); *Histoire des persécutions pendant les deux premiers siècles* (1892).

⁹ Para un análisis del uso del NT en los discursos de abolición ver: Harrill, 2006: 165-196.

¹⁰ Cfr. Finley, 1982: 102-104; Bradley, 1987: 24-25; 1998: 77-104.

posibilidad de maleabilidad y abuso, de no pertenencia. El diálogo entre Demetrio y Marcipor, portero de la casa del senador Gallio, es muy clarificador: "*Marcipor: To be a slave in this household is an honour. Demetrius: To be a slave anywhere is to be a dog*". En una sociedad norteamericana que condena el totalitarismo, el cuerpo del esclavo, cuerpo con alto contenido sexual en estas películas, es un lugar de disputa: pese a ser bien tratado, el personaje esclavo siempre es pasible de violencia física.¹¹ En *El Manto Sagrado* Demetrio es golpeado por su amo y luego torturado por Calígula y, en *Demetrio y los Gladiadores*, es objeto de los caprichos de Mesalina; en *Quo Vadis*, Ligia es violentada por Marco Vinicio, quien apela a la ley de cautivos estatales y extrae a la joven de la casa de sus padres adoptivos; en *Ben-Hur*, Judah se vuelve un esclavo remero que sufre la violencia de los capataces romanos. La inestabilidad de la condición esclava no conoce diferencias de estatus para el cine épico. La esclavitud es algo total, un estado de inseguridad permanente, por lo cual el ansia de libertad es constante.

La concepción norteamericana-capitalista de libertad, propia del periodo de posguerra, hace intolerable la enajenación política de los individuos, que dejan de ser ciudadanos para convertirse en súbditos del Estado. Esta idea de libertad surge y se afianza como el reflejo de lo que ocurre en el bloque soviético. La inestabilidad de los personajes esclavos en la épica recurre a este modelo del "individuo a merced del Estado", sin garantías de vida o de libertad.¹²

Dijimos que el cuerpo esclavo es un cuerpo con connotaciones sexuales en estas producciones. Este recurso tiene varias explicaciones, la más inmediata de las cuales es que estas películas eran un espacio para desnudos justificados, punto de atracción para la audiencia. Pero el desnudo, y la vestimenta, también hacen a la construcción de los personajes. La esclavitud es representada con la desnudez o, al menos, con la insinuación del cuerpo (Glancy, 1996: 135-136; Silveira Cyrino, 2005: 87). Así ocurre con el personaje de Demetrio en *El Manto sagrado* y *Demetrio y los Gladiadores*, con Ligia en *Quo Vadis* e incluso con Judah, en el filme *Ben-Hur*, durante su periodo de esclavitud en las galeras. Las escenas del mercado de esclavos con la exposición del

¹¹ Lo cual no deja de ser un reflejo interesante acerca de la realidad material de los esclavos antiguos. Cfr. Finley, 1982: 120-121.

¹² "La Roma imperial es el centro del imperio y la indiscutible ama del mundo. Pero con este poder inevitablemente llega la corrupción. Ningún hombre tiene la vida asegurada. El individuo está a merced del Estado. El asesinato reemplaza a la justicia" *Quo Vadis*, Mervyn LeRoy, 1952.

material humano, presentes tanto en *El Manto Sagrado* como en *Espartaco*, asocian la sensualidad a la esclavitud. Este doble juego de observación-degradación es un componente que recupera la realidad histórica de los esclavos como seres carentes de intimidad y cuyos cuerpos eran propiedades de terceros. Es claro que los papeles de los esclavos en estas producciones eran asignados a íconos sexuales del momento, actores y actrices que encarnaban el ideal físico masculino de virilidad y fuerza y el ideal femenino de templanza y maternidad.¹³ Lo sexual está presente tácitamente en los personajes esclavos, en su actuación y en el destino que deben afrontar; sin embargo la decisión sexual que realicen les supondrá una elección entre una acentuación de su deshumanización o una elevación a valores cívicos, morales y domésticos más altos. Lo sexual es parte de la construcción del poder del esclavo, lo era en el imperio romano y lo es en las películas que analizaremos.¹⁴ La virginidad no es una opción para el cine épico cristiano-romano, pues representa una forma de absolutismo personalista no solidario con la defensa de los valores republicanos.

El esclavo del cine épico cristiano-romano es un ser física y materialmente degradado, vulnerable y despreciado; mas no pierde su carácter humano, al contrario, su sometimiento lo realza. En las películas de este género el personaje esclavo tipifica, por contraposición, al hombre libre. Como dice Jennifer Glancy: "the figure of the males labe in Hollywood films epitomizes in a predictably ironic way what it means to be a free man" (1996, 128). Para las fuentes antiguas la identidad del esclavo delimitaba la identidad de los libres, es decir que señalaba lo que el libre no era (Garlan, 1988: 19). En estas producciones el esclavo es el ideal de hombre libre porque es consciente de su sujeción e intenta subvertirla. La libertad individual está en el corazón de la trama de estas películas, y los esclavos son quienes mejor reflejan este conflicto, aunque el mismo se proyecte también a los personajes romanos libres (soldados, aristócratas, magistrados), que alcanzarán la "libertad" a través de la adhesión al cristianismo promovido por los personajes esclavos. Teniendo esto en mente, no es extraño que en estos filmes la relación amo-esclavo tenga una mayor relevancia argumental que la

¹³ Babington-Evans (2009: 227-237) profundizan estas características a partir del análisis de los trabajos del actor fetiche del género épico: Victor Mature.

¹⁴ El ascenso social del esclavo que es compañero sexual del amo puede encontrarse en la obra de Petronio *El Satiricón* 75.10-11. Cfr. Veyne, 1961: 213-247; Finley, 1982: 122-124.

relación amorosa, la cual se beneficia en muchos casos del proceso de conversión surgido de la primera.

Considerando todos estos elementos, procederemos a analizar cada una de las películas mencionadas a partir de los itinerarios de sus esclavos protagonistas.

Quo Vadis: amor y esclavitud.

Quo Vadis fue la primera gran producción cristiano-romana del cine épico. Aunque hubo versiones previas en el cine mudo,¹⁵ la producción dirigida por Mervyn LeRoy rompió todos los esquemas al magnificar los decorados de la Roma Imperial y al ambientar al filme con la música de Miklos Rozsa. Fue un verdadero éxito de taquilla. Su guión era una adaptación de la novela homónima de Henryk Sienkiewics, periodista y escritor polaco ganador del premio Nobel de Literatura (1905).¹⁶ La acción de la obra ocurre en el año 64, durante la persecución de cristianos por parte del gobierno de Nerón (Peter Ustinov);¹⁷ en ese momento un general del ejército, Marco Vinicio (Robert Taylor), se enamora de una esclava cristiana, Ligia (Deborah Kerr), adoptada por un soldado retirado. Pese al amor que sienten, Marco no tolera la religión de la joven y le pide renunciar a ella. Sin embargo se desata la persecución y ambos terminan en prisión, donde contraen matrimonio frente al mismo apóstol Pedro antes de ser arrojados a la arena y, finalmente, salvados por un levantamiento popular y militar que, a la vez, provoca el suicidio de Nerón.

La figura esclava de la trama es claramente Ligia, el cuerpo en disputa. La adscripción cristiana de la joven provoca el choque con el orgulloso y triunfante general Marco Vinicio, quien recurre a los métodos legales para poseerla. La condición servil de Ligia, disimulada al inicio bajo el título de "hija", reaparece al despertar el deseo sexual en el romano, quien la extrae del ambiente doméstico. Sin embargo, y pese a la

¹⁵ Previo al filme de LeRoy hubo dos versiones italianas: una dirigida por Enrico Guazzoni en 1912 y otra dirigida por D'Annunzio y Jacoby en 1924.

¹⁶ Varios analistas han visto en el relato de *Quo Vadis* alusiones a la realidad política que vivió su autor. Ligia, la tierra que da nombre a la heroína, es el nombre de la antigua Polonia, amenazada por las fuerzas opresoras alemanas y rusas, asemejadas al imperio romano. Cfr. Wyke, 1997: 117-118; Silveira Cyrino, 2005: 17-18; Babington-Evans, 2009: 17-18.

¹⁷ En cierta forma, Nerón representaría al maccarthysmo. Así lo interpreta Bley (2014: 89) al analizar el texto de la carta de despedida de Petronio, interpretado por Leo Glenn, dirigida al excéntrico y caprichoso Nerón de Ustinov.

violencia, Ligia está enamorada del romano. Según señalan Babington y Evans (2009, 187), en ella se da una fuerte tensión de éticas opuestas: desea la conversión de Marco, pero también su amor. Este dilema de la esclava se resuelve en la aceptación del amante pagano sin exigencia de conversión.¹⁸ La virgen mártir no es un personaje atractivo para el público receptor pues no encarna valores humanos solidarios, sino personalistas y enajenantes. La esclava cristiana, pese a representar lo espiritual, mantiene rasgos sensuales asociados a la "buena sexualidad", es decir, al matrimonio (Babington-Evans, 2009: 188-189; Silveira Cyrino, 2005: 32-33; Scodel-Bettenworth, 2009: 63-70).¹⁹ El triunfo de Ligia no es el de Marco Vinicio, quien triunfa políticamente sobre el tirano Nerón (Babington-Evans, 2009: 189-190; Silveira Cyrino, 2005: 22-23); sino el de direccionar la sexualidad masculina y templarla.

La figura de la liberta Acte, concubina de Nerón, aporta dos elementos interesantes a la película: en primer lugar queda patente su filocristianismo, aspecto que refuerza la idea de que el cristianismo era originalmente un culto de esclavos y desposeídos (que veremos desarrollarse en subsecuentes producciones); en segundo lugar, ella guía la daga de Nerón para cometer suicidio, cumpliendo su rol de esclava al asociarse a su amo aún en la muerte. De la misma manera Eunice, la esclava concubina de Petronio, se suicida junto con él. Tanto Acte como Eunice siguen comportándose como esclavas porque no son plenamente cristianas, como el personaje de Ligia. Ella es consciente de su "humanidad", o sea del valor que el liberalismo capitalista le otorga al individuo. Por esta razón el guión pone en boca de Pablo de Tarso, maestro de Ligia en el filme, la siguiente reflexión abolicionista en su diálogo con Marco Vinicio:

Paul: You own slaves, do you not?
 Marcus Vinicius: Hundreds. Goods ones too. Why?
 Paul: Jesús wishes no man to be in bondage. You should set them free.
 Marcus Vinicius: Set them free? But they're mine, I own them.

¹⁸ Esto inevitablemente trae a la memoria el texto de *1Cor* 7.12-16 sobre los matrimonios mixtos.

¹⁹ En este sentido la Ligia de Sienkiewics y la interpretada por Deborah Kerr en el filme son una mezcla entre Blandina, la esclava mártir de las actas de Lyon y Viena (177 d.C), y Felicidad, mártir de Cartago (203 d.C.), figuras que, pese a ser presentadas en un espacio masculino (la cárcel, la arena), no pierden su feminidad ni sus atributos maternos. Ambas son presentadas con rasgos maternos: Blandina es descripta metafóricamente como la "madre" de todos los mártires que dan testimonio de Cristo. Eusebio de Cesarea *Historia Eclesiástica* 5.1,55; Felicidad era una esclava que estaba embarazada y dio a luz en la prisión de Cartago antes de su martirio. Al salir a la arena, aún tenía signos físicos de su reciente maternidad. *Martirio de Perpetua y Felicidad* 15 y 20.

Paul: But you can't buy human beings, Marcus. (*Quo Vadis*, Le Roy, 1952)

La esclava Ligia tiene en claro lo que significa ser un hombre libre. En estas películas es el personaje esclavo el que es el verdadero hombre, la verdadera mujer. A diferencia de Eunice y de Acte, la esclava Ligia triunfa porque reúne el ideal de trascendencia, posible gracias a su fe cristiana, y el ideal cívico y social, posible gracias a la sexualidad y el matrimonio.

El Manto Sagrado: amistad y esclavitud.

Inmediatamente después del éxito de *Quo Vadis*, producido por la Metro Goldwyn Mayer, la Twentieth Century Fox decidió lanzar *El Manto Sagrado* (1953), primera película que pudo disfrutarse en widescreen gracias al desarrollo del cinemascope. Siguiendo la línea de la épica cristiano-romana, *El Manto Sagrado* va más atrás en el tiempo, a la época de Cristo y de la primera iglesia, tanto en Judea como en Roma. El general Marcelo Gallio (Richard Burton), hijo de un senador opositor al régimen imperial, adquiere un esclavo griego rebelde llamado Demetrio (Victor Mature). Castigado por ofender al joven Calígula, heredero del imperio, Marcelo es enviado con su siervo a atender las guarniciones romanas en Jerusalén. Allí su esclavo se encuentra con Jesús y se convierte a la nueva fe. Marcelo es obligado a crucificar al nazareno y, luego de su muerte, queda paralizado y con espasmos al tocar el manto del ajusticiado. Demetrio, después de maldecir a su amo por haber ejecutado al mesías, le sustrae el manto y huye. Marcelo regresa a Roma enfermo y atormentado; el emperador Tiberio le pide que vuelva a Judea a averiguar acerca de esta sedición cristiana. En el villorrio de Caná, Marcelo palpa el cristianismo aldeano y recupera la paz una vez que halla a Demetrio y al manto, a cuyo contacto queda curado de sus tormentos. Marcelo regresa a Roma convertido en cristiano, pero Calígula, que había accedido a la púrpura imperial, no tiene intenciones de tolerar esa nueva fe.

La trama de este filme del director Henry Koster está tomada del best-seller homónimo de Lloyd C. Douglas, publicado en 1942.²⁰ Ya dijimos que la idea abolicionista se palpa en los comienzos de la novela y se refleja claramente en la película. El personaje de Demetrio vuelve a ser un cuerpo en conflicto a lo largo del argumento, elevando la importancia de su relación con su dueño a un primer plano, por encima de la relación amorosa de Marcelo con la noble Diana (Jean Simmons). Esto lleva obligatoriamente a ver en contraste permanente los roles de Demetrio y Marcelo.

El itinerario de Demetrio se inicia en el mercado de esclavos y culmina en la sala de torturas del Palatino, de la cual es liberado por Marcelo y los cristianos. Su estatus personal es el de esclavo, tanto al inicio del filme, cuando es amarrado en el mercado e insultado por su vendedor, como hacia el final, cuando es pasible de tortura para obtener información sobre su amo (procedimiento muy común, destinado a validar la declaración del esclavo). Sin embargo Demetrio alcanza su libertad tanto física como espiritual en el nudo de la película. A nivel espiritual se libera por medio de su encuentro con Jesús durante la entrada a Jerusalén; a nivel físico se libera de su amo cuando le recrimina sus actitudes luego de la crucifixión: *"Demetrius: You've crucified him. You, my master. But you've freed me. I'll never serve you again, roman pig. Masters of the world you call yourselves. (...) A course on your empire!"*. La tensión que acumula el personaje de Demetrio llega a su punto cúlmine cuando su amo lo golpea durante la huida del Calvario. Sin embargo el esclavo reconocía su deuda de hombre honorable con el romano que lo había comprado en el mercado, aunque no aceptaba su amistad (*"Friends can't be bought, sir. Even even for three thousands pieces of gold"*) ni toleraba indiscutidamente la idea de la esclavitud, por más buenas condiciones de vida que eso le granjease. Ante la brutalidad romana, expresada en la crucifixión, el esclavo se rebela. Demetrio, igual que Ligia, es consciente de la idea de dignidad humana occidental, la cual está codificada por valores judeocristianos, y que, además, exige la defensa de los atropellos. La muerte de Cristo, curiosamente atribuida a los romanos en este género cinematográfico (Babington- Evans, 2009: 199-202), es intolerable pero, a diferencia de la mujer cristiana, a Demetrio se le exige una muestra de fuerza.²¹

²⁰ Sobre la perspectiva social de la obra de Lloyd Cassel Douglas es interesante el trabajo de Lippy (1994: 179-182).

²¹ Cfr. Glancy, 1996: 138-143; Silveira Cyrino, 2005: 22-23.

Demetrio huye del romano y se une a los cristianos. La culpa sentida a raíz de la crucifixión de Jesús persigue a Marcelo, que pierde sus ademanes de superioridad y cae enfermo. Su reestablecimiento solo se dará luego de realizar un viaje de autodescubrimiento a la aldea de Caná, donde entrará en contacto con gente simple (como Justo, Jonathan y Miriam) para finalmente hallar a Demetrio con el manto. En ese momento se produce una reversión de autoridad que es el equivalente a la conversión del romano:

Marcellus: I'll have you whipped through the streets of Jerusalem and sold as a galley slave. I'll teach you who's master here.

Demetrius: I know who my master is. You're afraid, but you don't really know the reason why. You think it's his robe that made you ill, but it's your own conscience, your own decent shame. (The Robe, Koster, 1953)

El esclavo se presenta seguro y firme, nuevamente consciente de una idea de humanidad occidental capitalista. La ejecución del inocente Jesús es sinónimo de la opresión del imperio, lo mismo que el asesinato de Justo, el líder de la aldea de Caná que gobernaba serenamente las almas de sus vecinos. El paraíso cristiano prefigurado en la aldea es un lugar donde los enfermos son felices, los líderes son hospitalarios y reina la paz. En ese paraíso igualitario el esclavo pierde su condición jurídica y se vuelve un hermano.²² Ya lo aclara el emperador Tiberio al decir que estas historias que oye sobre milagros, discípulos y esclavos que se fugan es el comienzo de un cambio mayor, es el deseo del hombre de ser libre. Este aspecto deja entrever una concepción histórica del cristianismo como revolución social silenciosa, interna, que se inicia por los espacios domésticos y aldeanos, por las clases más bajas, "*the riffraff of the plebeian class, as well as slaves*".²³ En Roma, Demetrio vuelve a ser un esclavo y es tratado como tal cuando es torturado por los esbirros de Calígula a fin de obtener información sobre Marcelo. La reversión total de los valores la encontramos en el desenlace, cuando el

²² Aquí podría estar escenificándose la fórmula de *Gal* 3.28. Es interesante la propuesta de interpretación del espacio de Tierra Santa en los filmes épicos que propone Gregoratti (2015: 35-45).

²³ Engels (1964: 316), y Deissman (1957: 27-52) propusieron a fines del siglo XIX y principios del XX que las primeras comunidades cristianas se constituyeron con pobres y marginados, entre los que se incluían los apóstoles. Esta perspectiva fue debatida y refutada por autores como Grant (1977: 119) y Malherbe (1977: 31), que se inclinaron por observar una preeminencia en las comunidades cristianas de personas provenientes de una clase media artesanal y campesina, aunque sin negar la presencia de desclasados. Meeks (2003: 72-74) analizó el fenómeno de la extracción social de las comunidades paulinas y concluye que en cada congregación hay una mezcla de niveles sociales con clara preeminencia de artesanos libres y pequeños comerciantes y una ausencia de aristócratas terratenientes y de las clases más bajas.

romano Marcelo, aún contra los deseos de su amada Diana, rescata a su esclavo y cae en manos de Calígula por ese acto heroico. Resignada, Diana le pregunta a Marcelo: "Why must you throw your life away for a slave?", a lo cual él responde: "I owe him a great deal more than my life". La trama se sella con la amistad alcanzada entre hombres de desigual estatus jurídico que, por la misma fe, han llegado finalmente a considerarse ya no amo y esclavo, sino amigos. Esta idealización está inextricablemente unida a la idea de democracia, manifiesta en el personaje de Demetrio, griego de origen. Se ve aquí una mirada de la democracia griega según el prisma de la democracia estadounidense. Ya en el prólogo se remarca la inferioridad romana a nivel cultural, y en subsecuentes diálogos se deja en claro que los romanos solo eran bárbaros cuando los griegos ya estaban en pleno desarrollo civilizatorio.²⁴ Demetrio, esclavo y griego, puede equipararse al senador Gallio, padre de Marcelo y defensor de los ideales republicanos que el imperio ha corrompido; no obstante el senador reniega de su hijo en el momento final, mientras que el apóstol Pedro y los cristianos lo acogen y lo contienen. El regreso a la República no es factible, pero es posible una nueva igualdad social, propuesta a partir de la amistad entre el esclavo y el libre a partir de una fe común que otorga la igualación jurídico-política.

Demetrio y los Gladiadores: deseo y esclavitud.

Ni bien se proyectó *El Manto Sagrado*, gran éxito de taquilla, ya se estaba rodando su secuela: *Demetrio y los Gladiadores*, estrenada en 1954. En esta cinta Demetrio tiene el papel principal luego de la muerte de su amo Marcelo y de Diana. El esclavo griego, que hasta ahora había sido un cuerpo torturado, pasa a ser un cuerpo sexual a partir de la inclusión en la trama del personaje de Mesalina (Susan Hayward), esposa de Claudio. A la fuerza y a la espiritualidad de Demetrio se le agrega ahora un grado de sensualidad; el guardián del manto sagrado vuelve a caer en la esclavitud material y espiritual a la vez. Arrestado por unos altercados en los suburbios de Roma, en un

²⁴ En el prólogo de *El Manto Sagrado* se alude al tema, pero la cuestión se vuelve más explícita en uno de los primeros diálogos de Marcelo con su esclavo:

Marcellus: Not a slave's reason. More like a Roman's.

Demetrius: A Greek's.

Marcellus: Yes, I know. In the great days of Greece, we romans were no more than barbarians.

enclave de cristianos,²⁵ Demetrio es juzgado y se encuentra imposibilitado de demostrar su manumisión (que no se ha visto en el filme anterior, pero a la cual se alude). El guión conserva el interrogatorio con los detalles jurídicos del caso:

Judge: ¿Are you slave or free?

Demetrius: Free, Sir.

Soldier: Mark of a slave, Sir.

Demetrius: I was slave, but my Master freed me, Sir.

Judge: A slave may be freed by emancipation before a praetor, inscription in the censor's record, testament on death of Master or declaration before witnesses. Can you provide proof of any of these?

Demetrius: No, Sir.

Judge: ¿Were you bought or born to the house?

Demetrius: Bought, Sir.

Judge: ¿Where is your Master?

Demetrius: Dead. (Demetrius and the Gladiators, Daves, 1954)

Como ha señalado Glancy (1996, 128), Demetrio es forzado nuevamente a esclavitud ante la falta de pruebas de su liberación; y no es vendido sino apropiado por el Estado, como gladiador bajo el poder de Claudio, tío de Calígula.²⁶ Allí comienza su lucha personal por el autocontrol, el dominio de su deseo por Mesalina. La contradicción surge entre ese deseo y la admiración por la casta Lucía (Debra Paget), una virgen cristiana prácticamente asexuada (Glancy, 1996: 128, 141; Babington-Evans, 2009: 220-222). En esta tensión Demetrio se encuentra solo, aislado de los otros gladiadores salvo por dos excepciones: la esclava corintia (Anne Bancroft), griega como él y solidaria con sus intereses amorosos hacia Lucía, y el gladiador Glicón, hombre de color interesado en los principios morales del cristianismo. Será Glicón el catalizador de las reflexiones de Demetrio en dos momentos importantes de la película según Glancy: cuando es insertado en la fiesta de los gladiadores, la noche previa a su primera lucha, y, posteriormente, cuando Demetrio despidе groseramente al apóstol Pedro frente a la seductora Mesalina (Glancy, 1996: 142). El personaje de Glicón, lo mismo que el de Draba en *Espartaco*, simbolizan la pureza, incluso la ingenuidad alojada en un ser físicamente portentoso. La aparición de personajes negros en momentos de inflexión positiva en este tipo de filmes se enmarca en un énfasis general de Hollywood sobre el

²⁵ Situación muy similar a la ocurrida al obispo Calixto (*Refutación de todas las herejías* 9.11-12), que según Hipólito fue apresado por la autoridad siendo un liberto de confianza del liberto imperial y cristiano Carpóforo.

²⁶ Que un liberto recaiga en esclavitud no era algo inusitado. Cfr. López Barja de Quiroga, 2007: 65-67.

asunto de los hombres de color.²⁷ Las películas con trasfondo religioso estaban obligadas a dar una imagen integradora, aspecto en el que varias iglesias cristianas ya habían avanzado. Glicón lo deja bien claro al señalar lo que se dice de Jesús: "*They say he thought as well of a slave as of a patrician, even an emperor*". Pero su rol va más allá, pues al transformarse en un liberto de Demetrio, ahora devenido tribuno, Glicón pasará a ocupar el rol que el mismo Demetrio tenía en *El Manto Sagrado*. Este intercambio de papeles es equivalente, según el apóstol Pedro, a la recaída en esclavitud de Demetrio, esclavitud representada por los lazos amorosos de la adúltera Mesalina.²⁸ Frente a eso, la amistad con los esclavos y libertos como Glicón, desaparece.²⁹ Demetrio ha pasado a ocupar el lugar del indolente Marcelo Gallio. Su misma transformación física denota su ascenso social, aspecto que lo contrapone a la comunidad cristiana, que está compuesta por esclavos y artesanos.

La película desemboca en un final armonioso: la derrota del maniático Calígula, la aclamación como emperador del anciano Claudio y la promesa de Mesalina de ser una buena esposa (sutil ironía para entendidos en la historia de los Césares³⁰). Claudio, el "esclavo de sí mismo" que se abaja a realizar tareas propias de domésticos y es criticado por ello en el filme,³¹ promete tolerancia al cristianismo y una nueva era republicana.³² Él ha ascendido por la humillación personal, por asumir una posición subordinada que

²⁷ Cfr. Silveira Cyrino, 2005: 118-119; Babington-Evans, 2005: 224-226; Maty Bâ, 2011: 246-374.

²⁸ Este diálogo es uno de los ejes del filme, pues asocia la esclavitud con la muerte y la enfermedad:
Demetrius: ¿Did you know that Jesus could turn water into wine? That was only one of his tricks.
Peter: Yes, only one. Anything that was base, he'd make noble. He found a leper and he made him clean. He found death and he made life. He found you a slave and freed you.

²⁹ Al enfrentamiento con Pedro lo sigue el diálogo con Glicón:
Demetrius: You're under my orders, Glycon. I forbid you to ever see this man (*Peter*) again.
Glycon: I won't obey that order, Tribune. You're my superior, but I'll choose my friends.
Demetrius: We were friends once, Glycon.
Glycon: I know. I suppose I should blame myself for what has become of you. When I put that sword in your hand it killed more than Dardanius and the others. It killed you.

³⁰ La vida licenciosa de Mesalina durante el gobierno de Claudio es mencionada por varios autores: Tácito *Anales* 11. 16-21; Juvenal *Sátira* 6; Suetonio, *Claudio* 26, 29.

³¹ Mesalina critica a su marido por realizar tareas de esclavos. En sí los autores clásicos también han conservado una imagen de Claudio como un hombre temeroso e incluso inepto y manipulado, que vivió "*antes como esclavo que como emperador*". Tácito *Anales* 9.28; 12.1; Suetonio, *Claudio* 2-4, 10, 29.

³² Una solución de compromiso para completar el cuadro final triunfante, pues nada de eso ocurrió bajo Claudio. Al contrario, este emperador fue poco tolerante, ordenando la salida de los judíos de Roma y desalentando el proselitismo de otras religiones. Cfr. *Hch* 18.2; Suetonio, *Claudio* 25; Séneca *Apocolocintosis* 9.

le permitió reflexionar sobre los costos del poder. Asimismo Demetrio y Glicón, dos esclavos, tipifican al cristianismo triunfante en su marcha final mientras salen del Palatino, acompañados por el apóstol Pedro. La humillación aparece como un valor positivo en el filme, pues promueve el verdadero liderazgo por la experiencia del sufrimiento. Mesalina representa el ascenso social de Demetrio, que de esclavo y gladiador pasa a ser tribuno, transformándose en un romano. Aquí tenemos una evolución compleja de la trama: el esclavo ya no es la víctima del sistema, sino que se puede ser esclavo y querer convertirse en un romano opresor. Por eso el líder legitimado es aquel que comparte con los esclavos el anhelo de libertad e igualdad (Claudio, que se ha humillado y pretende una nueva republica con tolerancia al cristianismo).

Ben-Hur: redención y esclavitud.

Escrita en 1888 por el Gral. Lew Wallace, héroe de la Guerra Civil, *Ben-Hur* ya había sido llevada al cine en 1927.³³ En 1959 la Metro Goldwyn Mayer adquirió los derechos y encargó el proyecto a William Wyler, quien dirigió una producción colosal que se alzó con once estatuillas en la entrega de los Oscar. Esta historia relata las peripecias de Judah Ben-Hur (Charlton Heston), un príncipe judío que es sentenciado a ser esclavo remero de galeras por su mejor amigo, Messala (Stephen Boyd), ahora devenido tribuno. Al estilo del conde de Montecristo, Judah promete vengarse de su traidor, acto que finalmente logra gracias a que durante un asalto al barco en el que ejercía de remero, salva la vida de un cónsul romano que lo adopta como hijo. Sin embargo al regresar a Judea comienza a seguir a Jesús, lo cual dará un giro a su historia.

La trama de *Ben-Hur* es muy compleja y la película de la Metro Goldwyn Mayer admite diferentes lecturas.³⁴ Nosotros analizaremos el fragmento en que Judah se transforma en esclavo y cómo logra revertir su situación.

³³ Película muda dirigida por Fred Niblo, una de las primeras grandes producciones de la Metro. Winchell, (2008: 61-76) propone una lectura política comparando la producción de *Ben Hur* de 1925 con la de 1959.

³⁴ Es muy sugerente la lectura que proponen Elley (1984: 131-132) y Silveira Cyrino (2005: 86-87) sobre la relaciones árabe-israelí representada en el filme a la luz de la crisis del canal de Suez en 1956. Es interesante también la perspectiva analítica de Paul (2013: 213-250).

La esclavitud aparece en la película como algo accidental, fruto de una voluntad maligna y, por ende, de origen romano como no podía ser la excepción. Hay aquí algo propio de las novelas griegas del inicio del periodo imperial (en las cuales sus protagonistas eran raptados por piratas y esclavizados pese a ser individuos de estirpe real³⁵) mezclado con ciertos elementos sionistas propios del trasfondo político de la época. El esclavo bajo el poder imperial está desnudo, símbolo de su degradación (Silveira Cyrino, 2005: 87). La exposición física de Judah bajo el yugo romano se complementa con una alimentación deficiente y la negación de la bebida. La famosa escena de los esclavos encadenados que pasan por la aldea de Galilea custodiados por los soldados sirve como eje de la película, ya que el desfalleciente Judah recibe agua de manos de Jesús, presagiando su liberación espiritual futura. De la misma manera Judah recibe agua de manos de Quinto Arrio cuando son rescatados por el barco romano. El gesto de Arrio libera a Judah de su esclavitud material, restableciéndolo social y económicamente; el gesto de Jesús lo reestablece en su dignidad humana. Finalmente, mientras Jesús carga la cruz y es azotado como un esclavo, es Judah quien le acerca agua, cerrando el círculo argumental. En sí el agua tiene un simbolismo muy fuerte en la película, pues es sinónimo de purificación y de cambio de estatus; esto se ve por ejemplo en la lluvia posterior a la muerte de Jesús, durante la cual la madre y la hermana de Judah, enfermas de lepra, se curan y vuelven a su estado original de pureza.

Por oposición a la presentación deshumanizante de la condición de los esclavos bajo comando romano, los esclavos judíos de la familia de Judah gozan de beneficios y de una confianza muy íntima. Este es el caso de Simónides, mayordomo comercial de la familia Hur, y de su hija Esther. La esclavitud en el interior del judaísmo es presentada de una manera muy humana, muy doméstica y prácticamente en términos de amistad.³⁶ Esther va a casarse con un judío, también mercader, por lo cual Judah decide liberarla. Este aspecto no es menor en la película, ya que los lazos afectivos rompen la relación

³⁵ Cfr. Perkins, 1995: 41-76.

³⁶ Esta imagen idílica que ofrece la película no se condice mucho con la realidad histórica. La esclavitud al interior del Judaísmo del segundo Templo suponía limitaciones y un estatus marginal a nivel religioso, social y doméstico para los esclavos israelitas: tienen una participación limitada en la sinagoga (*Tratado Yebamoth* 48b; *Tratado Gittin* 38b.4-12), están exentos de recitar la *Shemá* y no están obligados a portar filacterias ni a peregrinar a Jerusalén en época de fiesta (*Tratado Berakhot* 3.3; 4.1; *Tratado Hagiga* 1.1). Los esclavos paganos bajo el poder de un amo israelita estaban obligados a circuncidarse (*Libro de los Jubileos* 15.12-13; *Tratado Yebamoth* 48).

amo-esclavo.³⁷ Esto ocurre cuando Quinto Arrio decide adoptar a Judah como su hijo; de la misma manera Judah manumite a Esther, por un lazo de amor. La fidelidad de Esther a la casa de Hur, aún después de la caída en desgracia de su amo y su familia, exalta el vínculo afectivo manifestado por los esclavos israelitas hacia sus dueños. Aquí no hay cuestionamiento de la relación de dependencia, sino de un tipo de esclavitud brutal y forzada, violenta y alienante. A diferencia de *El Manto Sagrado*, en *Ben-Hur* el binomio esclavitud-amistad no está conformado por términos excluyentes. La subordinación no es cuestionada, pues Simónides y Esther al inicio del filme son esclavos de Judah y su familia, pero lo que importa es el trato puertas adentro, donde se manifiesta la igualdad. Con esto volvemos a un planteo de recato social, de disimulación: el judaísmo y el cristianismo siempre habrían sabido que la esclavitud era mala, pero no se opusieron a ella para evitar conflictos sociales; sin embargo en el interior de sus asambleas, reuniones y espacios domésticos, reinaba la igualdad. Esta imagen idílica escondía una sociedad con fuertes desigualdades sociales y con un conflicto de segregación racial irresuelto. La igualdad de la épica cristiano-romana era una buena pantalla publicitaria de los valores del mundo occidental.

Espartaco: rebelión y esclavitud.

Las producciones que analizamos hablan de un mundo contemporáneo convulsionado, interesado en regresar a la épica con nuevos intereses para encontrar allí la magnificencia y el triunfo, pero también para reflejar la opresión y la persecución. La industria cinematográfica hollywoodense sufrió durante la década de 1950 la presión del maccarthysmo, obsesionado en perseguir el comunismo en los medios de comunicación a través de la HUAC (House of Un-american Activities Committee) que intervenía las productoras e interrogaba a guionistas, actores y productores.³⁸ El tratamiento de ciertas temáticas aparentemente inocentes en la gran pantalla podía generar problemas, y la épica cristiano-romana era un género que tenía como eje el conflicto de ideologías. Precisamente por esto el tema de la esclavitud en la pantalla grande no podía pasar inadvertido, y el conflicto llegó cuando a fines de la década de

³⁷ Relacionado a esto puede analizarse el tema de la paternidad en el filme. Cfr. Joshel- Malamud-Maguire, 2001: 44-45.

³⁸ Cfr. Whitfield, 1996: 1-76; Doherty, 2003: 19-36; Babington- Evans, 2009: 210-213.

1950 se comenzó a producir una película sobre Espartaco, el esclavo gladiador rebelde que puso en jaque a las fuerzas imperiales entre el 73 y el 71 a.C. Si bien Espartaco ya era un símbolo consagrado de libertad y rebelión, presentar su historia en medio del conflicto ideológico con los comunistas no generaba mucha simpatía, mucho menos cuando la novela de base para el guión fue *Espartaco* (1951) de Howard Fast, escritor comunista también investigado por la HUAC.³⁹ Para peor, el guionista del filme producido por Kirk Douglas era Dalton Trumbo, comunista reconocido e integrante de la "lista negra".⁴⁰ Trumbo quiso mostrar en su guión que la rebelión de Espartaco fracasó no porque las masas esclavas eran incapaces de organización y de integración, sino porque las fuerzas armadas romanas eran superiores.⁴¹ El mundo esclavo es retratado como ejemplar, consciente del valor humano (como en las producciones antes analizadas) y hasta con intereses artísticos (Paul, 2013: 175-212), un mundo opuesto al romano y muy similar a la aldea de Caná en *El Manto Sagrado*. La libertad es la motivación en Espartaco, como lo es en la mayoría de las películas del género. Sin embargo la película de Kubrick- Douglas traiciona el ideal de Trumbo al presentar a Espartaco (Kirk Douglas) como un cristiano *avant la lettre*: "*Spartacus: I imagine a god for slaves and I pray. Varinia: ¿Why do you pray for? Spartaus: I pray for a son who'll be born free. Varinia: I pray for the same thing*". A la fuerza emancipatoria de los esclavos le faltaba el elemento espiritual que era necesario para sostener al "mundo duradero", o al menos para dar sentido trascendente al sacrificio. Pese a esto, con *Espartaco* la épica en general entró en una nueva era, concretamente en una era de declive y de secularización que ya el filme de Kubrick-Douglas presagiaba. El

³⁹ Cfr. Zemon Davies, 2000: 17-21; Silveira Cyrino, 2005: 100-103; Cooper, 2007: 14-55.

⁴⁰ Dalton Trumbo es considerado uno de los "Diez de Hollywood", es decir aquellas personalidades de la industria del cine que el maccarthysmo proscribió. Trumbo debió exiliarse y trabajar bajo varios seudónimos, como ocurrió durante su participación como guionista de *Espartaco*. Sobre la ideología de Trumbo y los roces entre la política estadounidense y el guion de *Espartaco* son muy reveladores los trabajos de Smith (2000: 206-237) y Hanson (2001: 135-148).

⁴¹ Las disputas de Trumbo con Kubrick y Douglas en cuanto a la representación del colectivo esclavo en el guión llegaron a extremos de fuerte tensión. Al asumir la dirección del film, Kubrick rechazó las escenas en las que se insinuaba la potencialidad esclava para el liderazgo (particularmente aquella en la que Espartaco manifestaba a Varinia su intención de aprender a leer). Las sugerencias y reescrituras del guión propuestas por Howard Fast, también comunista pero opuesto a Trumbo, Peter Ustinov y Laurence Olivier llevaron a que Trumbo se alejara del proyecto por considerar que su perspectiva había sido deformada. Toda esta disputa, con sus intereses ideológicos subyacente, puede contemplarse en Dick (1989: 208-210); Parenti (2007: 144-153); Baxter (2009: 27-28) y Cooper (2009: 91-101). Sobre el tema es muy interesante la película Trumbo (2015), dirigida por Jay Roach.

cristianismo como componente civilizatorio comenzó a ser relativizado y el enfoque volvió a centrarse en los valores cívicos universales.⁴²

Conclusión

Un mundo occidental en desarrollo necesitaba ver reflejada su prosperidad y sus miserias en la pantalla grande. Todo lujo y comodidad son permitidos en el auge del consumismo, menos la posesión de seres humanos. El cine épico de los años '50 hizo historia contemporánea con tramas inspiradas en el pasado. La esclavitud era un asunto acuciante en un mundo que afrontaba la descolonización y que promocionaba la Declaración de los Derechos Humanos. El esclavo aparecía como el cuerpo maleable, deshonrado, desnudo, pero íntegro moralmente, un proto-mártir de los ideales republicanos occidentales. El cristianismo era visto como una fuerza ética superior que igualaba a los individuos, promoviendo la concordia social y la defensa de la propiedad privada. Considerando esto, es impactante la reversión de conceptos que propone un film contemporáneo como *Ágora* de Amenabar (clasificable como épica cristiano-romana), en donde hay una presentación mas cruda de las relaciones de poder y un crudo revisionismo del cristianismo en tanto ética igualadora y tendiente a la armonía social.

La historia antigua siempre ha sido materia para la industria del entretenimiento y de la propaganda, particularmente en periodos de crisis y de desarrollo eufórico. Sin embargo la historia que se presenta en el celuloide, por más correcta que sea, siempre está respondiendo a una necesidad actual concreta. El público consume estos relatos como fidedignos, integrándolos a la memoria y operando con ellos. Nadie dudaría en la década de 1950 que el cristianismo antiguo era opositor a la institución de la esclavitud, (aunque bien sabemos que la realidad histórica fue muy diferente). Sin embargo esa idea, exaltada en los filmes mencionados, se popularizó, proyectando el conflicto abolicionista al pasado. Según estas películas la conciencia de libertad individual es algo inherente a la raza humana desde tiempos remotos y ha logrado su plenitud, luego de

⁴² Cfr. Babington- Evans (2009: 7-8).

muchas luchas, en el mundo de los espectadores, la sociedad del estado de bienestar estadounidense de la Edad de Oro.

Referencias bibliográficas

ALLARD, Paul. Los cristianos en la esclavitud del Imperio romano. Buenos Aires: Ed. Difusión, 1946.

BABINGTON, Bruce Francis; EVANS, Peter William. Biblical Epics. Sacred Narrative in the Hollywood Cinema. 2.ed. Eugene- Oregon: Wipf and Stock, 2009.

BAXTER, John. "Kubrick encadenado". En Matellano, Víctor (ed.). Espartaco. Edición especial 50th. Madrid: T&B Editores, 2009, 17-36.

BLEY, Derek. The Epic Film. Myth and History. 2. ed. London-New York: Routledge, 2014.

BRADLEY, Keith. Slaves and Masters in the Roman Empire. A Study in Social Control. Oxford: Oxford University Press, 1987.

_____. Esclavitud y sociedad en Roma. Trad. Fina Marfá. Barcelona: Ediciones Península, 1998.

BURGOYNE, Robert. The Hollywood Historical Film. Carlton-Victoria: Blackwell Publishing, 2008.

COOPER, Duncan L. "Who Killed the Legend of Spartacus? Production, Censorship, and Reconstruction of Stanley Kubrick's Epic Film" en Winkler, Martin M. (ed.). Spartacus. Film and History. Carlton: Blackwell Publishing Ltd., 2007, 14-55.

_____. "Trumbo contra Kubrick" en Matellano, Víctor (ed.). Espartaco. Edición especial 50th. Madrid: T&B Editores, 2009, 89-102.

DEISSMANN, Gustav Adolf. Paul: A Study in Social and Religious History. 1. ed. 1911. New York: Harper & Row, 1957.

DICK, Bernard. Radical Innocence. A Critical Study of the Hollywood Ten, Lexington-Kentucky: The University Press of Kentucky, 1989.

DOHERTY, Thomas. Cold war, Cool Medium: Televisión, McCarthyism, and American Culture. New York Chichester: Columbia University Press, 2003.

ELLEY, Derek. The Epic Film: Myth and History, London- New York: Routledge, 1984.

ENGELS, Friedrich. "On the History of Early Christianity" en Marx, Karl and Engels, Friedrich (eds.). On Religion. 1. Ed. 1894. Atlanta: American Academy of Religion Book, 1964, 316-347.

- FINLEY, Moses. *Esclavitud Antigua e ideología moderna*. Trad. Antonio Prometeo Moya. 2. Ed. Barcelona: Crítica, 1982.
- GARLAN, Yvon. *Slavery in Ancient Greece*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.
- GLANCY, Jennifer. *The Mistress of the Gaze: Masculinity, Slavery and Representation*. *Semeia*, Society of Biblical Literature, v. 74, 1996, 127-145.
- GRANT, Robert. *Early Christianity and Society: Seven Studies*, New York: Harper & Row, 1977.
- GREGORATTI, Leonardo. "City of God: Ancient Jerusalem and the Holy Land in Cinema" en García Morcillo, Marta, Hanesworth, Pauline, and Lapeña Marchena, Oscar (eds.). *Imagining Ancient Cities. From Babylon to Cinecittá*. London-New York: Routledge, 2015, 35-47.
- HANSON, Peter. *Dalton Trumbo, Hollywood Rebel. A Critical Survey and Filmography*, North Carolina: McFarland & Company Inc. Publishers, 2001.
- HARRILL, J. Albert. *Slaves in the New Testament. Literary, Social and Moral Dimensions*. Minneapolis: Fortress Press, 2006.
- HERBERG, Will. *Protestant, Catholic, Jew. An Essay in American Religious Sociology*. 1. ed. 1955. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.
- HOBSBAWM, Eric. *Historia del siglo XX*. Trad. Juan Faci, Jordi Ainaud y Carmen Castells. 2. ed. Buenos Aires: Crítica, 2006.
- JOSHEL, Sandra. MALAMUD, Margaret. MAGUIRE, Donald. *Imperial Projections. Ancient Rome in Popular Culture*. Baltimore- Maryland The Johns Hopkins University Press, 2001.
- LIPPY, Charles H. *Being Religious, American Style: A History of Popular Religiosity in the United States*. Westport: Greenwood Press, 1994.
- LÓPEZ BARJA DE QUIROGA, Pedro. *Historia de la manumisión en Roma. De los orígenes a los Severos*. Madrid: Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid, 2007.
- MALHERBE, Abraham J. *Social Aspects of Early Christianity*. Baton Rouge and London: Louisiana State University Press. 1977.
- MATY BÂ, Saër. "Diegetic Masculinities: Redding the Black Body in Epic Cinema", en Burgoyne Robert (ed.). *The Epic Film in World Culture*. New York-London: Routledge, 2011, 346-374.
- MEEKS, Wayne A. *The First Urban Christians. The Social World of the Apostle Paul*. 2. ed. New Haven and London: Yale University Press, 2003.
- NIEBUHR, Richard. *The Kingdom of God in America*. 2. ed. Middletown-Connecticut: Wesleyan University Press, 1988.

PARENTI, Michael. "Roman Slavery and the Class Divide. Why Spartacus Lost", en Winkler, Martin M. (ed.). *Spartacus. Film and History* (pp. 144-153), Carlton: Blackwell Publishing Ltd., 2007.

PAUL, Joanna. *Film and the Classical Epic Tradition*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

PERKINS, Judith. *The Suffering Self. Pain and Narrative Representation in the Early Christian Era*. London- New York: Routledge, 1995.

REINHARTZ, Adele. *Bible and Cinema. An Introduction*. New York: Routledge, 2013.

SCODEL, Ruth. BETTENWORTH, Anja. *Whither Quo Vadis? Sienkiewicz's Novel in Film and Television*. Chichester: Blackwell Publishing, 2009.

SILVEIRA CYRINO, Monica. *Big Screen Rome*. Carlton-Victoria: Blackwell Publishing, 2005.

SMITH, Jeff. "A Good Business Proposition": Dalton Trumbo, Spartacus, and the End of the Blacklist, en Bernstein, Matthew (ed.), *Controlling Hollywood. Censorship and Regulation in the Studio Era*. London: The Athlone Press, 2000, 206-237.

SOLOMON, Jon. *The Ancient World in the Cinema. Revised and Expanded Edition*. Chelsea-Michigan: Yale University Press, 2001.

VEYNE, Paul. *Vie de Trimalcion*. *Annales, sociétés, civilisations*, EHESS, vol. 2, 1961, 213-247.

WALLON, Henri. *Histoire de l'esclavage dans l'antiquité*. Paris: Hachette et Cie, 1879.

WHITFIELD, Stephen J. *The Culture of the Cold War*. Baltimore-Maryland: Johns Hopkins University Press, 1996.

WINCHELL, Mark Royden. *God, Man and Hollywood. Politically Incorrect Cinema from The Birth of a Nation to The Passion of the Christ*. Wilmington: ISI Books, 2008.

WOOD, Michael. *America in the Movies or "Santa Maria, it had Slipped my Mind"*. New York- London: Columbia University Press, 1975.

WYKE, Maria. *Projecting the Past. Ancient Rome, Cinema, and History*. New York: Routledge, 1997.

ZEMON DAVIES, Natalie. *Slaves on Screen. Film and Historical Vision*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

FILMOGRAFÍA

- *Quo Vadis*, Mervyn LeRoy, 1952, Estados Unidos.
- *The Robe (El Manto Sagrado)*, Henry Koster, 1953, Estados Unidos.
- *Demetrius and the Gladiators (Demetrio y los Gladiadores)*, Delmer Daves 1954, Estados Unidos.

- *Ben Hur*, William Wyler, 1959, Estados Unidos.
- *Spartacus (Espartaco)*, Stanley Kubrick, 1961, Estados Unidos.
- *Gladiator (Gladiador)*, Ridley Scott, 2000, Estados Unidos- Reino Unido.
- *Ágora*, Alejandro Amenabar, 2008, España.
- *Trumbo*, Jay Roach, 2015, Estados Unidos.

Entre Representações e Requerimentos: os debates sobre os cemitérios extramuros nas câmaras municipais mineiras, no Conselho de Governo e no Conselho Geral de Minas (1827/1834)

Pâmela Campos Ferreira*

Resumo: Procuraremos abordar as discussões sobre a construção dos cemitérios extramuros (cemitérios localizados fora dos templos religiosos), travadas em instituições locais (câmaras municipais) e provinciais (Conselho de Governo, Conselho Geral da Província até 1834). Em seu diálogo intermitente, essas instituições buscavam normatizar o cotidiano das localidades através da formulação de posturas municipais feitas pelas câmaras municipais (as posturas serviam como uma espécie de códigos que estabeleciam determinadas normas comuns à vivência nas localidades). As posturas precisavam em última instância da aprovação do poder provincial para ter validade. Trataremos dos diálogos travados entre o Conselho de Governo com as câmaras municipais mineiras, especialmente a Câmara Municipal de Ouro Preto e com autoridades imperiais no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: cemitérios, câmara municipal, posturas municipais.

Between Representations and Requirements: the debates on extramural cemeteries in the municipal councils of Minas Gerais, the Council of Government and the General Council of Mines (1827/1834)

Abstract: We will try to approach the discussions on the construction of the cemeteries outside the walls of churches, located in local institutions (municipal councils) and provincial (Council of Government, General Council of the Province until 1834). In their intermittent dialogue, these institutions sought to standardize the daily life of the localities through the formulation of municipal postures made by the municipal councils (the postures served as a kind of codes that established certain norms common to the experience in the localities). The positions ultimately needed the approval of the provincial power to have validity. We will discuss the dialogues between the Council of Government and the municipal councils of Minas Gerais, especially the Municipality of Ouro Preto and with imperial authorities in Rio de Janeiro.

Keywords: cemeteries, town hall, municipal positions.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS UFJF), e-mail: pamelacamposf@hotmail.com

Quanto é indecente revolver-se á terras muitas vezes fétida dentro dos templos dedicados ao Culto Divino [...], [uma vez que] já se conhece os males que se originam do ar mefítico exalado nos Templos fechados em grande parte do dia e toda a noite abertos ao ato de entrada das pessoas.¹

A primeira menção a edificação de um cemitério ocorreu em uma sessão do Conselho de Governo reunido em 01º de fevereiro de 1827.² Na dita sessão o conselheiro Manuel Ignácio de Mello e Souza fez uma indicação para que a Câmara Municipal de Mariana levasse a cabo a pronta execução da doutrina da Carta Régia de 14 de janeiro de 1801,³ que versava sobre o enterro dos mortos fora dos templos. Neste sentido o conselheiro alertava para o fato de que o cemitério de Mariana estava localizado em lugar impróprio, defendendo sua imediata remoção.

É interessante notarmos que apenas a lei de 01º de outubro de 1828 designaria as novas obrigações das câmaras, e entre elas está a de estabelecer cemitérios, assim como fiscalizar para que os enterros intramuros não mais ocorressem. No entanto, outra importante legislação, a Carta Régia de 14 de janeiro de 1801, foi uma das primeiras (se não a primeira) doutrina no espaço luso-brasileiro que versava sobre a temática cemiterial. Ressaltamos o fato de que diferentemente da lei de 1828, a carta de 1801 possuía um tom proibitivo, ela buscava a efetiva proibição dos sepultamentos em igrejas, defendendo a construção de cemitérios fora da cidade do Rio de Janeiro, o que se estenderia para o restante da América Portuguesa.

Por outro lado, a lei de 1828 não possuía o mesmo tom proibitivo, discorrendo apenas sobre a real necessidade do estabelecimento de cemitérios fora das igrejas. Enfatizamos o fato de que o conselheiro Mello e Souza fazia menção à observância da doutrina da carta de 1801 um ano antes (1827) de ser promulgada a lei das câmaras (1828) que apontaria esta obrigação como sendo da alçada municipal. É possível que para parte da elite provincial (alocada nos conselhos) haveria um interesse na remoção dos cemitérios intramuros para fora das cidades, o que justificaria a fala de Mello e Souza um ano antes da promulgação da lei de 1828. Provavelmente para parte da elite mineira esse objeto deveria ser tratado com urgência.

¹ Fala do conselheiro Manuel Ignácio de Mello e Souza em sessão do Conselho Geral no ano de 1830.

² APM, Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, SP.

³ Carta régia a D. Fernando José de Portugal, proibindo os sepultamentos nas igrejas e determinando a construção de um ou mais cemitérios fora da Cidade do Rio de Janeiro. Lisboa, 14 jan. 1801. Com assinatura autógrafa do príncipe. Original. 2 p. CEHB. n. 6.130. I – 31. 21. 20. Biblioteca Nacional (Brasil) – Catálogos. Manuscritos – Brasil – História – Bibliografia – Título.

Uma das mais renhidas discussões que ocorreram no Conselho de Governo sobre a transferência dos cemitérios das cidades para as zonas desabitadas teve lugar na sessão de 19 de janeiro de 1830. Na dita sessão a Comissão de Posturas responsável por dar seu parecer sobre um documento a ela enviado, fez duras críticas às evasivas do vigário do Arraial do Tijuco, defendendo que este ministro eclesiástico estava:

[...] fundado na linguagem uniforme dos canonistas em despeito da lei de 18 agosto de 1769 oferece reflexões jurídicas aos vigários da Vara, que aliás não são as autoridades eclesiásticas de que trata o § 2º mas sim os párocos sobre a matéria; pretendendo assim nada menos que arrogar-se o direito de interpretar a lei, que quando afirma que a disposição do referido § 2º versa somente acerca dos cemitérios, e nunca das sepulturas dentro dos Templos, que tem outra inspeção privativa. A Comissão não concebe cômodas palavras da Lei = cemitérios fora do recinto dos templos = se possa deduzir inteligência na referida portaria, pois que o vocábulo = recinto = nenhuma outra significação pode ter que o espaço compreendido dentro de certos termos; portanto recinto do Templo é todo o espaço que fica dentro das paredes do Templo: a Comissão deixa a sabedoria do Conselho a pressuposição de quais podiam ter sido os motivos de tais absurdos, ou como parece atentados, sendo de primeira intenção os úteis fins que a Assembleia Geral, e S. M. Imperador tiveram em vista na promulgação de tão interessante Lei, geralmente observada nos países cultos, crescendo, que, quando fosse menos claro o espírito dela em excluir dos Templos as sepulturas em atenção a saúde, mais acertado fora o buscar se a inteligência genuína nas disposições das leis pátrias a semelhante respeito, como a Carta Régia de 14 de janeiro de 1801, [...] A Comissão pois se limita a desejar que aprovando-se a resolução da câmara se lhe diga mais que na presença de lei expressa curvam-se todas as autoridades, e calam-se todas as considerações.⁴

É interessante observar que o parecer da Comissão de Posturas era de crítica à “linguagem uniforme dos canonistas”. Mais interessante ainda é perceber as interpretações feitas acerca da lei de 01º de outubro de 1828. Neste sentido e como expresso acima, as autoridades eclesiásticas entendiam que a lei versava apenas sobre o estabelecimento de cemitérios fora dos templos, de modo que a mesma não proibia as inumações em território santo. Frente o fato dos eclesiásticos “se arrogarem do direito de interpretar a lei”, o posicionamento da Comissão foi taxativo ao defender que perante as leis deveriam se curvar todas as autoridades “[...] e calam-se todas as considerações”.

⁴ APM, Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, SP.

As autoridades eclesiásticas entendiam que o artigo 66 da lei de 01^o de outubro de 1828, não proibia expressamente os sepultamentos nos templos religiosos, por outro lado, os poderes municipais e provinciais, não compartilhavam da mesma visão, defendendo que ao se estabelecerem cemitérios fora da igreja, conseqüentemente os enterros intramuros deveriam ser abolidos. É necessário ressaltarmos também a menção a saúde pública feita por parte da dita Comissão.

A urgência em se extinguir o hábito dos enterros intramuros apenas fazia sentido por causar danos à saúde dos povos. Foi com a criação de uma nova sensibilidade olfativa e a reação contra o “horroroso suplício dos odores fétidos” que houve uma mudança no olfato. Se antes o mesmo não percebia os odores que o rodeavam, a partir de meados do século XVIII passaria a investigar os cheiros a sua volta, tal sensibilidade olfativa foi decorrente do avanço em áreas como a medicina e a química. Neste sentido todos os odores provenientes de lugares insalubres passaram a ser investigados, era necessário se proteger do lixo e dos odores exalados pelos outros: “no espaço público, assim como no espaço privado, a partir de meados do século XIX, desenvolveu-se uma irritabilidade contra as ofensas territoriais”. (Corbin, 1987)

Voltando a sessão de 19 de janeiro de 1830, ao fim da apresentação do parecer da Comissão de Posturas, o conselheiro Mello e Souza fez um discurso defendendo “[...] a salutar providência da lei que proibia o enterramento dos corpos no recinto dos Templos”.⁵ Ressaltou ainda que a Câmara:

[...] conferenciando com a autoridade eclesiástica proceda a feitura do cemitério ainda que ela não concorde no lugar, e concluído legalmente requeira a benção do lugar a autoridade competente, e quando a recuse, ou a demore use de recurso legal contra a violência e usurpação.⁶

Paralela à questão da construção de cemitérios, os conselheiros levantaram também outro assunto: o luxo dos funerais. Sobre tal pauta Mello e Souza (o conselheiro mais ativo no debate) era de parecer que não houvesse uma redução nos gastos com os enterros. Bernardo Pereira de Vasconcelos por outro lado, entendia ser necessário evitar o luxo presente nos cortejos fúnebres, defendendo que fosse marcada uma quantia para os funerais. Foi aprovado na forma sugerida por Mello e Souza.⁷

⁵ APM, Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, SP.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

Um importante e ativo segmento social que representava aos poderes locais e provinciais eram as ordens terceiras e irmandades. Na sessão de 08 de maio de 1832 o conselheiro João Baptista de Figueiredo leu o parecer sobre a representação da Ordem Terceira do Carmo da Vila do Príncipe, em que reclamavam para serem enterrados na sua capela seus irmãos até a construção do cemitério geral. Eles queixavam-se da resolução da câmara de que seriam enterrados nos cemitérios das igrejas até a referida construção. Parecer de que a câmara não obrou bem e deveria reformar sua resolução.⁸

Era de extrema importância para os poderes municipais se colocarem perante as Irmandades e igrejas como as autoridades que detinham a palavra final sobre o assunto. Neste sentido a observância às posturas municipais deveria ser seguida. Sobre tal questão é interessante observarmos a resposta dada pela Comissão de Posturas da Câmara Municipal da cidade de Ouro Preto a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, na sessão de 15 de abril de 1830, quando defendia que:

[...] tomando em consideração o Ofício da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, em que comunica pretende dar principio a seu cemitério atrás da mesma Igreja, é de parecer que se declare aquela Mesa que não tem lugar a fundação do seu cemitério onde pretende, que a Câmara ignora o domínio que a mesma Mesa tem nesse terreno, para sem o aforar a esta Câmara, pretender nele o edificar, e como a Comissão consta que pelas Posturas aprovadas pelo Conselho Geral, se proíbem cemitérios a menos de 200 passos da cidade, e se ordene que as Irmandades concorram para o Cemitério Geral, requer a Comissão que se espere pelas ditas Posturas para se tomar melhor acordo, que devera logo comunicar aquela Mesa para não perder o seu tempo e dinheiro em um edifício que depois para nada servira [...].⁹

Procurando se ater as posturas aprovadas pelo Conselho Geral, a Câmara se colocava na posição de fiel observadora da legislação local, alertando para o fato de que seria desnecessário e perda de dinheiro investir em cemitérios particulares, uma vez que se esperava a construção do cemitério geral. É comum observarmos os poderes municipais e provinciais chamarem a atenção das irmandades no sentido das mesmas ajudarem com a edificação do cemitério previsto desde a Carta Régia de 1801. Cemitério este que devia estar cerca de 200 passos da cidade, determinação que constava não apenas nas posturas, mas também nos tratados médicos e químicos que abordavam este objeto.

⁸ APM, Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, SP.

⁹ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Série 2: Correspondência expedida. Subserie 1: Atas das sessões e pareceres de comissões. Código: CMOP³ 1 CX_02 (Doc. 02).

Ainda sobre a resposta dada pela Comissão à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, é possível perceber o posicionamento de certos vereadores como o do vereador Carvalho que apegado à observância das posturas entendia que a Câmara jamais deveria consentir em cemitérios particulares, justamente por ir contra o que previa as posturas.¹⁰ O vereador Magalhães por outro lado, discorreu sobre o fato de que outra instituição leiga a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo já havia começado a construir suas catacumbas “[...] com toda a sua decência e que nenhum prejuízo causava a povoação”.¹¹

É relevante ressaltar os posicionamentos destes homens no interior destas instituições, pois a partir desta análise percebemos que nem todos eram apegados restritamente ao que determinavam as posturas, como foi o caso do vereador Magalhães. Ao levantar o fato de que a Ordem do Carmo já começara a construir suas catacumbas, desrespeitando as posturas, o vereador Carvalho solicitou a leitura da Ata que tratava deste assunto, e concluiu-se que:

[...] a Câmara tinha louvado a Ordem em ser a primeira a cumprir a Lei, mas que nem a Ordem [do Carmo] dissera o lugar em que pretendia fazer as catacumbas e nem a Câmara o marcara, e por isso Carvalho instou que se proibisse a todas as Ordens e Irmandades de seus procedimentos. Oficiando-se a todos em geral.¹²

O vereador Magalhães opôs-se ao exposto por Carvalho, entendendo que a Ordem por ser exata em cumprir a lei, ao empreender uma obra de tão alto custo, na qual já haviam sido gastos “muitos contos de mil réis”, não poderia ter prejuízos por ter seguido a lei. Ainda assim a visão que prevaleceu foi a de que a dita Ordem ajudasse financeiramente com a criação do cemitério geral. É interessante tomarmos nota para o posicionamento do vereador Carvalho que sustentava sua opinião alertando para que se obedecessem as deliberações do Conselho Geral.

Os debates levados a cabo pelos vereadores na sessão acima referida põem em cheque outra importante questão, como ficariam os cemitérios particulares pertencentes às ordens e irmandades? A lei de 1828 não abordou tal assunto.

¹⁰ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 3: Documentação interna. Subserie 1: Atas das sessões e pareceres de comissões, CMOP³ 1 CX_02 (Doc. 02).

¹¹ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 3: Documentação interna. Subserie: 1. Atas das sessões e pareceres de comissões, CMOP³ 1 CX_02 (Doc. 02).

¹² Idem.

Exatamente por isso, estas instituições oficiavam à câmara municipal e aos poderes provinciais solicitando poder continuar enterrando seus irmãos em seus cemitérios.

Em alguns casos as irmandades começavam a fazer seus cemitérios relatando tal fato aos poderes municipais que prontamente proibiam o andamento do projeto, como o caso ocorrido na sessão de 28 de maio de 1830 em que teve leitura um ofício da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Antônio Dias, em que respondeu ficar ciente de executarem a construção do cemitério projetado para aquela Freguesia, certamente obedecendo a uma determinação da Câmara.¹³

Como na sessão de 15 de abril de 1830 a câmara mandara oficiar a todas as irmandades e ordens da localidade a contribuírem com a construção do cemitério geral, e como elas não se pronunciaram sobre o assunto, na sessão de 06 de julho de 1830, o vereador Carvalho o mesmo que anteriormente defenderá a plena observância das posturas municipais, fez a seguinte proposta:

Não tendo até o presente obtido resposta das ordens e irmandades, a quem se oficiou na Sessão passada para concorrerem na fatura do Cemitério Geral, e devendo presumir-se que elas o recusam, proponho que afixem editais convidando empresários para a fatura do Cemitério Geral, na forma que determina no artigo 67 servindo o orçamento apresentado pelo Fiscal na sessão passada.¹⁴

No entender do Conselho Geral bem como da Câmara Municipal as irmandades e ordens poderiam ter seus jazigos e carneiros separados no cemitério geral quando este fosse construído. Isso ficou claramente expresso na seguinte ata da Câmara Municipal de Ouro Preto na sessão de 18 de fevereiro de 1831, em consonância ao determinado pelo Conselho Geral de Minas:

[...] e que recomende ás Irmandades e Fabriqueiros que não façam cemitérios senão em lugares marcados pela Câmara, pois seria contrário ao fim da Lei, e á comodidade da saúde pública, multiplicarem-se cemitérios em uma povoação, e que tendo de fazê-los no mesmo lugar, melhor e mais conveniente será cooperarem para o Geral, onde poderão ter sepulturas ou carneiros separados, para jazigo dos defuntos da Irmandade ou Ordem Terceira, bem como os particulares que os quiserem fazer para suas famílias, deveram concorrer com a cota correspondente para o dispendioso trabalho de fechar e preparar o lugar.¹⁵

¹³ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 1: Correspondência recebida. Subserie 10: Documentos Diversos. CMOP³ 1. CX_02 (Doc. 15).

¹⁴ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 2: Correspondência expedida. Subserie 1: Cópias de ofícios expedidos, CMOP³ 1 CX_02 (Doc. 22).

¹⁵ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 2: Correspondência expedida. Subserie 1: Cópias de ofícios expedidos, CMOP¹ 3 CX_01 (Doc. 50).

É preciso ressaltar que embora a determinação fosse sempre de que as ordens e irmandades cooperassem para a edificação do cemitério geral, enquanto este não fosse criado (seja porque as confrarias não tinham condições financeiras por terem outras despesas), elas poderiam fazer suas catacumbas em terrenos permitidos pelas câmaras. Neste caso o fiscal da Câmara iria demarcar o lugar mais apropriado (respeitando a saúde pública) dentro dos limites que as ordens e irmandades possuísem. Mais uma vez verificamos as câmaras como as detentoras do poder normatizador do espaço urbano, caberiam a elas determinar o lugar onde as catacumbas das irmandades seriam construídas.

Em resposta ao Procurador Geral da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, que havia enviado um requerimento à Câmara Municipal de Ouro Preto em 24 de maio de 1832 solicitando poder construir seu cemitério, e que para tanto o fiscal da Câmara demarcaria o terreno para tal construção dentro dos limites territoriais pertencentes à Ordem, a mesma Câmara respondeu vinte dias depois, oficiando ao fiscal nos seguintes termos:

Concede-se a licença que requer em vista da informação do Senhor Fiscal, e este marcara o dia em que deve fazer a demarcação pretendida, assinando o suplente os termos que se fizeram. Suplente Procurador da Ordem dos Mínimos de São Francisco de Paula declara á Vossa Senhoria que os terrenos que a mesma Ordem possuem são ao lado da ponte, afastado da capela dos quais paga foros a este município, e que ora se acham cercados de [?] parecendo ao Suplente muito apropriado para o que pretende [...].¹⁶

Como exposto acima as ordens e irmandades necessitavam da licença da Câmara para terem seus cemitérios construídos. Ainda assim a determinação municipal mais recorrente era de que as confrarias ajudassem financeiramente a fim de que o cemitério geral fosse erigido. No entanto, para além da construção do cemitério geral, percebemos que as ordens e irmandades tinham aprovação (em alguns casos) para edificarem seus cemitérios e catacumbas em seus terrenos, desde que fossem situados fora dos povoados.

Podemos constatar então, que as confrarias absorveram de certa forma o discurso de fundo médico no seguinte sentido, elas entendiam que a discussão girava em torno da transferência dos cemitérios situados nas cidades para fora delas. Dessa forma as

¹⁶ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 2: Correspondência expedida. Subserie 1: Cópias de ofícios expedidos, CMOP¹ 4 CX_03 (Doc. 36).

confrarias solicitavam poder construir suas catacumbas e cemitérios fora do meio urbano, uma vez que assim estariam de acordo com o proposto pelas posturas municipais.¹⁷

Pelas posturas aprovadas pelo Conselho Geral em 1830, o cemitério geral de Ouro Preto deveria ser construído no Morro do Matoco. No entanto, por algum motivo, não seria este o lugar a receber o cemitério, pois na sessão de 16 de maio de 1831 da Câmara Municipal de Ouro Preto, foram discutidas entre outras pautas, a que se referia ao lugar apropriado para edificação do cemitério.

Nesta sessão os párocos da freguesia haviam sido convocados para assistir a discussão que visava marcar os lugares em que seriam feitos os cemitérios gerais. É interessante notarmos a presença dos párocos na sessão que tratava do lugar que receberia o cemitério. Por mais que o discurso médico fosse absorvido pelas autoridades políticas, o que se materializava nas legislações que tratavam das temáticas de saúde pública, alertando para os perigos provenientes da insalubridade, em grande medida ainda entendia-se que as autoridades religiosas participassem dos debates que envolvessem objetos relacionados à morte.

Mesmo com o processo de construção dos cemitérios extramuros nas variadas províncias do Império, não houve de forma imediata uma separação entre o sagrado e as práticas sociais. Como já falamos no primeiro tópico, segundo as próprias posturas municipais, uma vez edificado o cemitério, seria preciso as bênçãos de uma autoridade eclesiástica. Percebemos então, que a sociedade, sobretudo os poderes municipais e provinciais “compraram” o discurso médico, o que se materializou nas determinações legislativas, por outro lado, as práticas sociais desenvolvidas (neste caso específico o sepultamento intramuro) eram herdeiras do universo católico, que tinha como interesse último a sorte da alma no além-túmulo.

Voltando a sessão de 16 de maio de 1831 em que se decidiriam os lugares para construção dos cemitérios, o presidente da sessão Antônio Ribeiro Fernandes Forbes,¹⁸ dizia haver urgência em se marcar os lugares para tal obra, visto que:

¹⁷ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 1: Correspondência recebida. Subserie 4: Requerimentos de petições, CMOP¹ 4 CX_03 (Doc. 37).

¹⁸ Antônio Ribeiro Fernandes Forbes nasceu em 24 de novembro de 1791 em Lugar da Cancela, São Mamede de Cepães Fafe, Minho, Portugal e morreu em 03 de maio de 1862. Foi conselheiro geral e vereador em Minas Gerais.

[...] o lugar marcado tinha muitos inconvenientes e dificuldades, e consultou a Câmara se devia entrar nesse trabalho, assim se resolveu. O senhor Presidente expendeu as suas opiniões e mostrou que havia na Freguesia do Ouro Preto a Chácara do finado Jerônimo de Sousa que era capaz para esse fim. O senhor Vigário do Ouro Preto, achou que o lugar da Casa do Ensino Mútuo era muito próprio, e que até apresentava grande economia. O senhor Carvalho mostrou que o lugar lembrado pelo senhor Vigário não podia ser por se achar unido a povoação, e contra o disposto nas Posturas, e foi de opinião que fosse no lugar lembrado pelo senhor presidente, os mais senhores foram desta opinião, e o senhor pároco assim conveio. Resolveu a Câmara que no caso de se poder efetuar a compra de Chácara ficasse esse lugar marcado para o Cemitério Geral da Freguesia de Ouro Preto.¹⁹

Cerca de três meses depois da sessão de maio de 1831, o debate sobre o lugar que se decidirá construir o cemitério a então Chácara do finado Jerônimo de Souza, houve outra discussão sobre este tema, pois para alguns vereadores o dito lugar era demasiadamente úmido. Eles entendiam que o lugar mais apropriado para tal construção fosse o anexo ao matadouro, por ser mais espaçoso.²⁰ Houve a autorização ao fiscal para que começasse a obra, despendendo com elas “[...] o que for necessário a custa das rendas do município, sendo ambos coadjuvados pelos Galés”.²¹

Como observamos, as resoluções tomadas pelas câmaras poderiam sofrer alterações dependendo do caso tratado. Por se tratar da salubridade nas localidades, esta temática era tratada de forma delicada. Embora não houvesse a efetiva construção do cemitério geral, é possível notar que para as autoridades municipais e provinciais, o lugar destinado a ser o cemitério deveria estar enquadrado nas normas médicas, afastado duzentos pés das povoações, espaçoso, e com árvores em seu entorno.

Pela análise das fontes é perceptível a prorrogação da construção do cemitério geral, e até este ser construído as instituições (igrejas, e confrarias) que por muito tempo possuíram o encargo dos sepultamentos intramuros representavam aos poderes provinciais e municipais, poderem continuar sepultando seus mortos nos antigos cemitérios.

Neste sentido as ordens e irmandades recorrentemente enviavam requerimentos solicitando que o poder provincial lhes designasse um lugar para a construção de seus

¹⁹ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 3: Documentação interna. Subserie 1: Atas de sessões e pareceres de comissões, CMOP³ 1 CX_03 (Doc. 31).

²⁰ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 3: Documentação interna. Subserie 1: Atas das sessões e pareceres de comissões, CMOP³ 1 CX_03(Doc. 45).

²¹ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, Serie 2: Correspondência expedida. Subserie 1: Cópias de ofícios expedidos, CMOP³ 1 CX_03 (Doc. 45).

cemitérios. Isso estava expresso como no seguinte requerimento enviado ao Conselho Geral pelas Ordens Terceiras do Carmo e São Francisco de Sabará:

Requerendo as Ordens Terceiras do Carmo e São Francisco de Sabará, que a Câmara Municipal lhes designasse os lugares, em que pudessem construir cemitérios particulares, recusou a Câmara assentir a tal proposição, persuadida de que em observância do § 2º do artigo 66 da Lei Municipal, e do artigo 61, e seguinte das Posturas Policiais, nenhum outro cemitério deve haver em cada povoação, se não o geral ou gerais [...].²²

Os poderes provinciais sejam eles o Conselho de Governo ou o Conselho Geral continuamente pontuavam o fato de que os únicos cemitérios aceitáveis na província eram os gerais, ou seja, cemitérios que observavam as medidas higiênicas propostas pelos médicos. Os antigos cemitérios (intramuros) só poderiam receber cadáveres caso o poder provincial assim o autorizasse. Mesmo quando havia tal autorização as autoridades políticas da província enfatizavam a necessidade da cooperação das fábricas das igrejas e irmandades para edificação do cemitério geral.

Como competia ao Conselho Geral da província “propor, discutir, e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas províncias; formando projetos peculiares, e acomodados às suas localidades, e urgências”, o diálogo com os poderes municipais com vias a resolução de possíveis problemas locais era recorrente. Dessa forma era muito comum que os objetos que passavam por discussão fossem referentes a obras públicas, consertos em estradas e pontes, iluminação das cidades e vilas, ou seja, questões que tratavam da intervenção no espaço urbano. Também cabia ao Conselho Geral aprovar as posturas elaboradas nas câmaras, de modo que encontramos maiores referências sobre a criação de cemitérios no dito conselho do que no conselho de governo.

Em algumas situações o Conselho Geral remetia a discussão à Assembleia Geral, como no seguinte ocorrido em 16 de fevereiro de 1830, quando o mesmo conselho asseverava que:

[...] a Câmara dessa cidade [Ouro Preto] deixou de executar o título 2º do Artigo 66 das Posturas da Lei de 01º de outubro de 1828, na parte relativa dos cemitérios fora do recinto dos templos, elevando a Assembleia Geral uma representação á este respeito, [...], resolveu que se recomendasse á Câmara a observância do disposto no citado título e

²² APM, Conselho Geral da Província, Serie 1: Correspondência recebida. Subserie 2: Câmaras Municipais, CGP³ 1 CX_03 (Doc. 328).

artigo, demandada pelo interesse público, e que conferenciando com a autoridade eclesiástica, proceda a fatura do cemitério ainda que ela não concorde no lugar, e concluindo legalmente requeiram a benção do mesmo á Autoridade competente [...].²³

Nas representações enviadas ao Conselho Geral, é comum encontrarmos referências a dificuldades ou obstáculos para a execução dos artigos 66 e 67 das posturas, como é possível constatar em duas representações remetidas ao Conselho Geral, uma da Câmara Municipal de Ouro Preto, e outra da Câmara Municipal de Sabará. A Câmara de Ouro Preto reclamava que a fábrica da Paróquia:

[...] nega a feitura do cemitério geral pela falta de rendimentos e as irmandades e ordens alegam querer cemitérios particulares, não compreendendo neste negócio a Ordem Terceira do Carmo, que iniciou a feitura da catacumba por "autoridade e aprovação da câmara" concedida antes da reforma das posturas. Também consta "a diligência e louvável [utilidade] da câmara para desempenhar os seus deveres neste objeto, fazendo medir o terreno", fazer o orçamento da obra.²⁴

A Comissão que recebera esta representação, ponderando sobre as razões expedidas pela Câmara e pelas irmandades e ordens terceiras, decidiu que o poder municipal devesse prosseguir com a criação do cemitério, recorrendo ao artigo 63 das posturas.²⁵ Declarou às irmandades e fabriqueiros apenas poderem fazer seus cemitérios nos lugares determinados pela Câmara, pois "seria contrário ao fim da lei e comodidade da saúde pública o multiplicarem cemitérios dentro de uma população e que tendo de o fazer no mesmo lugar melhor e mais conveniente será cooperarem para o geral [...]".²⁶

Na mesma sessão de 14 de fevereiro de 1831, a Câmara Municipal de Sabará, de modo similar ao apresentado pela Câmara de Ouro Preto, representou ao Conselho sobre as dificuldades postas pelas irmandades e ordens terceiras da vila por não concorrerem com as despesas para a construção do novo cemitério, alegando que elas

²³ APM, Conselho Geral da Província, Serie 2: Correspondência expedida. CGP¹ 4 CX_01 (Doc. 111 e 112).

²⁴ APM, Conselho Geral da Província, Serie 1: Correspondência recebida. Subserie 2: Câmaras Municipais, CGP³ 1 CX_03 (Doc. 20, p. 10 e 11).

²⁵ Pelas posturas aprovadas pelo Conselho Geral em 1830, o artigo 63 versava: "A Câmara poderá prorrogar os termos dos Artigos 61 e 62 quando dentro delles não se possa findar o Cemitério, ou Cemitérios". POSTURAS da CMOP em 01^o de fevereiro de 1830, p. 13.

²⁶ APM, Conselho Geral da Província, Serie 2: Correspondência expedida, CGP³ 1 CX_03 (Doc. 20, p. 10 e 11).

fundamentavam-se no artigo 66 das posturas,²⁷ e nas palavras “se quiserem”, e que as mesmas irmandades e ordens se propõem a fazer cemitérios particulares.

O conselheiro Manuel Ignácio de Mello e Souza mandou um parecer ponderando que não convinham a particulares a edificação de cemitérios por ser prejudicial à saúde pública, de modo que o preterido pelas irmandades e ordens não seria atendível, pois elas não poderiam enterrar seus confrades fora do lugar designado pela Câmara, e que se estendesse esta determinação a Câmara de Minas Novas que também havia representado neste sentido.²⁸

Em relação ao orçamento para o ano financeiro de 1832 a 1833 da Província de Minas Gerais o Conselho Geral em sessão de 12 de fevereiro de 1831 entendia que “da quantia que houver de ser consignada para as Obras Públicas da Província seja o Presidente em Conselho autorizado para aplicar uma cota á edificações de Cemitério, ou Cemitério Gerais”.²⁹

Outro ponto comum nessa documentação era a prorrogação do prazo de enterrar os mortos nos templos. Como o cemitério geral ainda não havia sido iniciado, e como evidentemente as pessoas morriam a todo o momento, decidiu-se que os sepultamentos intramuros continuassem até o último dia de junho de 1832, como a Comissão de Posturas do Conselho Geral nos apresenta:

[...] examinando a Resolução da Câmara desta Imperiosa Cidade, em que marca o prazo do enterramento dos Cadáveres dentro dos Templos, até o último dia de Dezembro do corrente, e verificando os obstáculos que ocorreram para o estabelecimento dos Cemitérios, é de parecer que se espere até o último dia de Junho de 1832, oferecendo o seguinte Projeto de Resolução:

Artigo 1º: O prazo marcado para o enterramento de cadáveres no Recinto dos Templos fica prorrogado até o último dia de Junho de 1832;

Artigo 2º: Findo este prazo, terá execução o Artigo 64 das Posturas nesta Cidade;

Artigo 3º: As Fábricas, Ordens, e Irmandades da mesma Cidade que dentro do mencionado prazo, não concorrerem para o Cemitério Geral, ou

²⁷ Pelas posturas aprovadas pelo Conselho Geral em 1830, o artigo 66 versava: “O Cemitério desta Cidade será feito á custa das Fábricas das duas Matrizes, e das Irmandades que nelle quiserem enterrar os seus irmãos; e os de fora á custa das Fábricas respectivas e Irmandades”. POSTURAS da CMOP em 01º de fevereiro de 1830, p. 13.

²⁸ APM, Conselho Geral da Província, Serie 2: Correspondência expedida, CGP³ 1 CX_03 (Doc. 20, p. 12).

²⁹ APM, Conselho Geral da Província, Serie 3: Documentação interna. Subserie 2: Resoluções, CGP³ 1 CX_03 (Doc. 314).

não fizerem os seus Cemitérios se articularem nos lugares designados pela Câmara, serão multados na quantia de 30 mil réis.³⁰

Muito provavelmente as ordens e irmandades oficiavam às câmaras municipais solicitando poderem construir seus cemitérios em seus territórios, pois se não o fizessem seriam multados na quantia de 30 mil réis. Como já assinalamos, essas instituições apenas poderiam edificar estes cemitérios se as câmaras concedesse licença para tanto.

Se na sessão de 17 de dezembro de 1831 acima destacada, a Comissão de Posturas do Conselho decidiu que o prazo para enterrar os cadáveres nos templos fosse até o último dia de junho de 1832, cinco dias depois na sessão de 22 de dezembro de 1831, o conselheiro F. Assis,³¹ determinava que o prazo para o sepultamento dos cadáveres nos templos ficasse improrrogavelmente marcado até o fim do ano de 1832, tendo as câmaras municipais que participar esta resolução às Confrarias que tivessem requerido demarcação de terrenos para seus cemitérios.³²

Como já assinalado anteriormente um dos segmentos sociais que mais representavam aos poderes municipais e provinciais eram as ordens e irmandades. A Comissão de Posturas do Conselho em sessão de 28 de janeiro de 1832 analisou a representação da Ordem Terceira do Carmo da Vila de Sabará na qual a mesma informou que a Câmara de Sabará havia designado licença para construir seus cemitérios em separado do geral, visto que nem as irmandades nem a Fábrica da Matriz tinham concorrido como lhes cumpria para a edificação do cemitério geral. As ordens suplicantes pediam a isenção da concorrência imposta pela Câmara bem como permissão para construir catacumbas ou cemitérios separados.³³

A Câmara de Sabará por sua vez, oficiou ao Conselho informando não ser possível obrigar as Ordens e Irmandades a concorrer com a edificação do cemitério geral, e representou as dificuldades para sua construção por não ter havido lance ou concorrentes.³⁴ A Comissão de Posturas ponderava que as ordens se ofereciam para

³⁰ APM, Conselho Geral da Província, Serie 2: Correspondência expedida, CGP³ CX_04 (Doc. 12 p. 08).

³¹ Francisco de Assis d'Azeredo Coutinho foi deputado da Primeira Constituinte em 1828, conselheiro geral em 1831, e deputado provincial em 1834.

³² APM, Conselho Geral da Província, Serie 3: Documentação interna. Subserie 2: Resoluções, CGP³ CX_04 (Doc. 15, p. 16).

³³ APM, Conselho Geral da Província, Serie 1: Correspondência recebida, CGP³ 1 CX_05 (Doc. 14 p. 47 e 48).

³⁴ Idem.

construir seus cemitérios em um prazo razoável e refletindo que a Câmara não tinha meios para construir o geral, ofereceu um projeto de resolução segundo a qual a Câmara na conformidade de suas posturas marcaria o lugar para que a Ordem Terceira do Carmo pudesse construir suas catacumbas, concedendo-lhes tempo suficiente para a construção e cominando penas na falta.

E as ordens e irmandades que não tivessem possibilidade de construir eram obrigadas a concorrer para a construção do cemitério geral conjuntamente com a Fábrica com a cota que fosse marcada pela Câmara Municipal de Sabará.³⁵ Este foi o parecer do conselheiro Baptista Caetano de Almeida,³⁶ e é importante destacar que ele era membro da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo sendo enterrado neste cemitério, de algum modo o fato dele ser associado em tal Ordem pode ter influenciado seu parecer favorável à mesma.

Conclusão

Por mais que existissem as determinações das câmaras neste sentido, declarando construir os cemitérios, enquanto estes não fossem edificados, os habitantes entendiam que a proibição de se sepultar os cadáveres nos templos não tinha sentido. Como as pessoas morriam a todo instante, estes corpos precisavam ser inumados em algum lugar, se não fosse no cemitério geral, ainda não construído, que fossem nas igrejas. Mas os poderes provinciais não poderiam permitir a sobrevivência deste hábito arcaico e insalubre por ser comprovadamente prejudicial à saúde pública. E caso concordassem estariam entrando em contradição com os postulados médicos, por eles defendidos e propagados.

Os poderes políticos da província até poderiam conceder licenças às irmandades e ordens terceiras para que estas construíssem seus cemitérios, desde que fora dos povoados, mas permitir os sepultamentos nos templos seria ir contra os tratados

³⁵ Idem.

³⁶ Baptista Caetano d'Almeida nasceu em 03 de maio de 1797 em São João del-Rei, arraial de Camanducaia, e faleceu em 1839 em São João del-Rei. Foi um político e fundador da primeira Biblioteca Pública de Minas Gerais. Foi proprietário do periódico *Astro de Minas*. Foi deputado da Assembleia Legislativa pelo Partido Liberal no período de 1830-1838. Eleito para um segundo mandato, faleceu antes de tomar posse, em 1839, em São João del-Rei, aos 42 anos de tuberculose (tísica), doença que abreviou a sua atuação no cenário político daquela Vila. Está enterrado no Cemitério da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, da qual era membro.

médicos, e as legislações que tratavam do assunto. Para tentar então solucionar estes problemas, os poderes provinciais “apertavam” as câmaras municipais, para que estas cumprissem com seu dever, estabelecido pelo regimento de 1828, de providenciar a construção de cemitérios fora das igrejas.

As câmaras por sua vez pontuavam a necessidade das irmandades e ordens ajudarem na construção do cemitério geral, tanto que nas suas posturas estavam expressas que as Fábricas que quisessem enterrar seus irmãos no cemitério deveriam contribuir com uma cota. Ao usar o termo “quiserem” como já vimos em uma ata do Conselho acima citada, as irmandades e ordens entendiam que não eram obrigadas a ajudar na edificação deste cemitério, e representavam aos poderes municipais e provinciais dizendo não serem obrigadas a pagar, solicitando poderem construir seus próprios cemitérios.

Acreditamos que nesta luta de interesses, as irmandades e ordens querendo ter seus próprios cemitérios, em lugares designados pelas câmaras, e os poderes municipais chamando estas instituições à responsabilidade de concorrer com a fatura do cemitério, a última morada dos mortos ficou comprometida, pois nenhuma atitude foi efetivamente tomada para a construção do cemitério geral na década de 1830 do século XIX.

Referências Bibliográficas

Fontes

CARTA RÉGIA a D. Fernando José de Portugal proibindo os sepultamentos nas igrejas. Lisboa, 14 de janeiro de 1801. Disponível em: Biblioteca Nacional (Brasil) – Catálogos Manuscritos.

CGP – Conselho Geral de Província. Disponível em: www.siaapm.cultura.mg.gov.br

CMOP – Câmara Municipal de Ouro Preto. Disponível em: www.siaapm.cultura.mg.gov.br

LEI de 01º de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições e o processo para a sua eleição e dos Juizes de Paz. In: COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1828. Disponível em: www.camara.leg.br

POSTURAS da CMOP em 01º de fevereiro de 1830.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da Vida Privada no Brasil Império: a corte e a modernidade*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLC/USP, 2004, p. 288.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986, p. 93.

CATROGA, Fernando. *A Geografia dos afectos pátrios*. As reformas político-administrativas (séculos XIX – XX). Coimbra, Almedina, 2013, p. 22 e 23.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002, p. 94.

CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Ordem Familiar*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

EUGÊNIO, Alisson. *Arautos do Progresso*. O ideário médico sobre a saúde pública no Brasil na época do Império /Alisson Eugenio – Bauru, SP: Edusc, 2012.

_____. *Reforma dos Costumes: Elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.

JORGE, Karina Carneiro. *Urbanismo no Brasil Império: a saúde pública na cidade de São Paulo no século XIX (Hospitais, Lazareto, e Cemitérios)*. Dissertação de Mestrado, PUC-Campinas, 2006, p. 15.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

**"Compadre e amigo do coração"
As relações de compadrio no interior da província do Ceará (1835-1837)**

Noemia Dayana de Oliveira*

Resumo: O presente artigo visa discutir as relações de compadrio estabelecidas entre José Martiniano de Alencar e Manoel do Nascimento Castro e Silva, no interior da província do Ceará, especificamente a partir das correspondências trocada por eles entre os anos de 1835 a 1837. Este período corresponde à ascensão de Martiniano à presidência provincial pelo Partido Liberal Moderado, de modo que esta candidatura foi sustentada pelo apoio econômico e político de Manoel, pertencente a principal família cariense da primeira metade do século XIX. Desse modo, visamos contribuir para os estudos acerca da formação do Estado Nacional brasileiro, que se deu principalmente através do poder do estado intermediário, o qual será problematizado aqui nas ações estabelecidas pelas elites locais de Crato (CE).

Palavras-chave: Compadrio, Elites locais, Estado intermediário, José Martiniano de Alencar, Manoel do Nascimento Castro e Silva.

**"Compadre y amigo del corazón"
Las relaciones de compadrio en el interior de la provincia del Ceará (1835-1837)**

Resumen: El presente artículo trata de discutir las relaciones de compadrio establecidas entre José Martiniano de Alencar y Manoel do Nascimento Castro e Silva, en el interior de la provincia de Ceará, específicamente a partir de las correspondencias intercambiadas por ellos entre los años 1835 a 1837. Este período corresponde al ascenso de Martiniano a la presidencia provincial por el Partido Liberal Moderado, de modo que esta candidatura fue sostenida por el apoyo económico y político de Manoel, perteneciente a la principal familia cariense de la primera mitad del siglo XIX. De este modo, pretendemos contribuir a los estudios acerca de la formación del Estado Nacional brasileño, que se dio principalmente a través del poder del estado intermedio, el cual será problematizado aquí en las acciones establecidas por las elites locales de Crato (CE).

Palabras clave: Compadrio. Elites locales. Estado intermedio. José Martiniano de Alencar. Manoel do Nascimento Castro e Silva.

*Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: noemia__oliveira@hotmail.com

Considerações iniciais

O processo de formação do Estado nacional brasileiro teve início na primeira metade do século XIX, quando começaram a surgir diferenças políticas entre as elites locais, residente na colônia, e a metrópole, residente em Portugal. O estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil em 1808 corroborou para alargar essas diferenças, as quais despontaram em revoltas populares tais como a Revolução de 1817, liderada por padres do recém-fundado Seminário de Olinda; e a Confederação do Equador, considerada por nós como continuidade do movimento anterior, uma vez que ambas tiveram caráter separatista e republicano.

Com a independência em 1822, o Estado brasileiro através das elites regionais, passou a investir na efetivação de seus projetos para a nação, isto é, através das Assembleias Provinciais e a da Assembleia Nacional, os chefes locais adentravam essas salas por meio da representação política de deputados e senadores, que defendiam os seus interesses políticos, e porque não dizer também econômicos. Dessa forma, a expressão política que despontou no Parlamento Nacional após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, foi o Liberalismo Moderado, cujos componentes reunidos sobre a mesma “causa política”, a de imprimir o seu projeto para a nação, contaram com uma heterogeneidade de proposições e de interesses.

Esse liberalismo que adentrou o Parlamento Nacional com significativo número de deputados eleitos para a legislatura de 1834-1837, estava longe das prerrogativas necessárias a um organismo partidário, ou seja, homogeneidade nos interesses políticos, coesão de proposições parlamentares e, principalmente, organicidade no programa do partido. Ao contrário disso, prevaleceu à união de homens com ideias antagonistas no mesmo grupo, que temiam a restauração do trono por um português, D. Pedro I, e pela necessidade de frear as insurreições populares que ocorriam no Brasil durante as regências.

Nesse sentido, o principal objetivo do grupo dos Liberais Moderados limitou-se a

[...] realizar reformas de caráter estritamente político-institucional, que limitassem os poderes do Imperador, conferissem maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário, assegurassem a aplicação das conquistas liberais já firmadas ou previstas pela Constituição (sobretudo no que concerne aos direitos civis dos cidadãos) e, ao mesmo tempo, estabelecessem uma liberdade circunscrita à esfera da lei e da ordem (Basile, 2001: 94).

Entretanto, para a efetivação dessas reformas, os Liberais Moderados precisavam convergir forças em nível nacional e provincial, de modo a consolidar um projeto político de Estado, tornando-se essencial conciliar as diferenças internas do grupo, “evitando quaisquer tipos de excessos, tirania ou jacobinismo, seja nas mãos de um ou na de muitos” (Veiga *apud* Guimarães, 2013: 113-114). Na província do Ceará, a que nos interessa nesse momento, a formulação desse partido se deu em 1830, através da ação de um sujeito político carismático, que cuidou em condicionar agentes em torno de si, ele era José Martiniano de Alencar.

Martiniano, um padre de formação, destacou-se, através do seu envolvimento com a Revolução de 1817, para levar o liberalismo moderado à sua província de origem, atividade política designada pela cúpula dos padres do Seminário de Olinda. Nesse período ele fora preso, contudo, perdoado, e logo se tornou deputado pelas Cortes de Lisboa, o que sinalizou mais uma estratégia política do cearense, dada a absolvição da pena de lesa majestade, mesmo após ter atuado contra o governo português. Após isso, envolveu-se uma vez mais no movimento de 1824, por convite do seu irmão Tristão de Alencar Araripe, o qual morreu no movimento, enquanto Martiniano fora novamente preso e perdoado ao enviar uma carta, de próprio punho, ao imperador D. Pedro I pedindo perdão.

Daí em diante, José Martiniano se aproximou das tramas político-institucionais, entre outras coisas, fez parte da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro, e lá aprendeu a arte de “análise das mais pequeninas ações de governantes e governados, que possam ter influência direta ou indireta nas coisas sociais” (Guimarães, 2013: 106). Através disso, ele aperfeiçoou as suas ações políticas, camuflando a sua real intenção de modelar o Estado nacional em combinação com os seus interesses políticos, utilizando-se da estratégia, primeiro nas Cortes em Lisboa e depois no Parlamento Nacional brasileiro, de apresentar pseudo-razões de caráter mais popular, com vistas a se beneficiar da opinião pública. Seu objetivo, portanto, visou a conquista ou a influência do poder para obter a adesão/obediência popular.

Com o estabelecimento do partido Liberal Moderado no Ceará, Martiniano adotou uma postura política conciliadora, típica do novo perfil político que assumira e distante das ações de outrora como revolucionário. Ao se tornar senador, numa disputa travada com Manoel do Nascimento Castro e Silva, foi logo indicado para assumir a presidência

da província, o que o fez retornar ao Ceará reforçando a postura mitigada para melhor governar entre as divergências políticas locais. Além disso, os laços da família Alencar arrefeceram-se com a Regência, o que fez com que ele consolidasse alianças com diferentes figuras políticas.

Durante a organização do Partido Liberal Moderado no Ceará, especificamente em 1831, “os companheiros de José Martiniano de Alencar possuíam suas diferenças” (Alencar, 2014: 91), isto é, uns foram confederados, que tentavam convencê-lo que a família Castro e Silva, a qual se tornou a principal aliança política de Martiniano, era uma ameaça a “liberdade” dos novos tempos. Outros, eram burocratas, a exemplo desta família, que fizeram parte dos espaços político-institucionais do primeiro império e por isso eram vistos com reservas.

Partindo dessas premissas, o nosso objetivo é o de discutir as relações de compadrio estabelecidas entre José Martiniano de Alencar – líder dos liberais moderados no Ceará e senador pelo império – e Manoel do Nascimento Castro e Silva – deputado geral pela mesma província e privilegiado agente econômico do cariri cearense. Vale ressaltar que essas relações serão analisadas através de três correspondências enviadas por Manoel a Martiniano durante o período de 1835 e 1837, de modo que possamos perceber os meandros da formação do Estado nacional brasileiro a partir do poder dos intermediários, como veremos a seguir.

O poder dos intermediários

As reflexões acerca da formação dos Estados nacionais têm poderoso arcabouço teórico, desenvolvido primeiramente pelos cientistas sociais e políticos e, posteriormente, pelos historiadores. Um dos nomes mais conhecidos é do sociólogo alemão Max Weber, o qual desenvolveu categorias de análise para pensar este fenômeno moderno que foi a construção dos Estados. As suas ponderações recaem sobre as dificuldades que existiram nesse processo de criação, que visavam um lugar de poder em que o absolutismo estivesse definitivamente fracassado.

Na teoria weberiana, a condição de dominação patriarcal e patrimonial aparece como opositora ao sistema dos novos Estados modernos, pautados sob a organização burocrática, a qual defende ele ser impessoal. Nesse sentido, as relações de dominação

patriarcal são “rigorosamente pessoais. Seu germe encontra-se na autoridade do chefe da comunidade doméstica” (Weber, 2014: 234). As normas que advém desse estilo de dominação não se baseiam na racionalidade, como se pretendia com o advento moderno da criação dos Estados Nacionais, os quais seriam pautados no sistema burocrático de regras e disciplina. “Na dominação patriarcal, ao contrário, fundamentam-se na tradição; na crença na inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre” (Weber, 2014: 234).

Contudo, a criação dos Estados Nacionais não garantiu a efetivação do sistema burocrático impessoal, como defendia Weber, de modo que o modelo patrimonial permaneceu expandindo os “tentáculos” do poder doméstico para o espaço público, organizando-se assim como um novo tipo de dominação. A criação do Estado Nacional brasileiro em 1822 optou, portanto, por esse novo modo de organização política, a qual teve a monarquia como saída para a mediação entre as diferenças políticas que aqui existiam, bem como “vínculos de obrigação recíproca entre desiguais” (Gonzalbo, 1993: 135).

No Brasil, a constituição do Estado nacional ficou a cargo de homens que pensaram “o espaço público a partir do privado, de modo que melhor pudessem proteger e ordenar os interesses de indivíduos particulares” (Gonzalbo, 1993: 36), isto é, as ações desses sujeitos frente ao sistema político-institucional, que se processou na primeira metade do século XIX, correspondeu à impressão de uma moral cívica pautada em uma construção “imaginária”.

Para tanto, a responsabilidade desses homens esteve condicionada aos seus próprios interesses, os quais foram impressos no espaço público, descaracterizando a pretensão da “coisa pública” distanciada dos interesses de um determinado grupo ou cidadão. Essa categoria – cidadão – surgiu a partir do advento moderno e da criação dos Estados-nação, cujos indivíduos passaram a ser entendidos como cidadãos, que deveriam seguir uma conduta moral condizente com um ideal cívico. Este ideal cívico ditou (e ainda dita) quais comportamentos públicos os homens e as mulheres devem ter, além da própria conduta que se imprimiu ao homem que está diretamente ligado ao lugar de poder do Estado.

O Brasil, que se tornou independente burocraticamente da sua metrópole (Portugal) em 1822, carregou na construção do Estado-nação maneiras de fazer política

que são oriundas da colonização, a qual personalizou ações políticas em torno de figuras carismáticas em suas mais diversas localidades. Isto porque a metrópole, em seu distanciamento com a colônia, acabou por delegar poder a homens abastados, os quais se tornaram a representação burocrática da Coroa na colônia. Com a independência e, portanto, o triunfo das reivindicações desses líderes carismáticos na máquina do poder, os interesses particulares foram evidenciados, e no lugar de um projeto de nação que abarcasse os interesses dos diversos grupos sociais, este foi ocupado por apenas um projeto, o qual alternou no poder imperial durante o século XIX.

Na historiografia brasileira, e mais especificamente na tese defendida por Carlos Guilherme Mota (2000), a construção do Estado nacional esteve comprometida desde a sua criação com a evidência desses interesses particulares no poder, se tornando uma “viagem incompleta” a tentativa de formular um país sob as mesmas demandas sociais, tendo em vista a longa extensão territorial, bem como os interesses locais que são demasiadamente diferentes nas regiões do país. No Ceará, esse processo esteve sob o julgo de interesses particulares, que se aproximavam de outras províncias do Norte imperial, do que propriamente das províncias do sul no século XIX. Essas diferenças regionais esbarraram na concepção de uma só nação, como assinalou o historiador Evaldo Cabral de Mello (2014).

Para tanto, a formação do Estado brasileiro contou muito mais com a ação de cidadãos que se reconheceram na sua localidade e, conseqüentemente, na ação política de líderes carismáticos locais, do que necessariamente na figura de imperadores (D. Pedro I e II), que representaram o anseio da centralização política em contrapartida aos federalismos. No entanto, não se pode deixar de reconhecer o jogo político dos *saquaremas*¹ da Corte imperial, ou mais precisamente da província do Rio de Janeiro, que foi estudada pelo historiador Ilmar Rohloff de Mattos (1987) e colocada em termos da imposição de seu projeto conservador ao poder.

No Ceará, a existência de diferentes expressões políticas na primeira metade do século XIX, pontuou também as disputas pelo poder provincial. Na região litorânea, mais especificamente Fortaleza, concentrou-se a Assembleia Provincial em 1835, o que não implicou na vitória dos projetos políticos daquela região. Ao contrário, o projeto dominante nesse período foi do cariri, mais especificamente da cidade de Crato, onde

¹ Alcinha do Partido Conservador durante o Império do Brasil.

nascera José Martiniano de Alencar e os seus parentes republicanos. Além do liberalismo moderado, o qual foi responsável, inclusive, por conduzir inicialmente a máquina burocrática e provincial, este não implicou no desaparecimento de outros projetos políticos durante o período. Exemplo disso foi o projeto restaurador de Joaquim Pinto Madeira, que será mencionado mais adiante. O triunfo do liberalismo moderado de Martiniano não representou um triunfo apenas local, mas principalmente nacional dada a vitória das pautas liberais durante as regências.

Elites locais e as relações de compadrio no interior do Ceará

As teses presentes na historiografia sobre a construção do Estado nacional brasileiro e a participação das elites locais são inúmeras, as quais se tornaram as mais conhecidas: a de José Murilo de Carvalho sobre a *Construção da Ordem* ser obra da elite política educada em Coimbra; a de Ilmar de Mattos sobre *O Tempo Saquarema* e a derrota das elites regionais e seus interesses demasiadamente locais; a de Richard Graham acerca do *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*, que percebeu o alinhamento do poder central aos interesses locais; e a de Miriam Dolhnikoff que versa sobre *O Pacto Imperial* ser obra de interesses locais, evidenciados a partir do Ato Adicional em 1834.

Essas teses compõe um arcabouço referencial que vem ganhando cada dia mais volumes, de modo que constituem espaços e possibilidades para os estudos das mais diversas locais brasileiras no século XIX. No Ceará, e mais especificamente nos programas de pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE) foi possível verificar nos últimos anos avanços acerca dos estudos que se debruçaram sobre o tema da formação do Estado nacional e os projetos políticos da província, cuja pretensão está inserida no esforço maior da historiografia local em desfazer perspectivas que priorizam o eixo centro-localidade, ao invés de localidade-centro.

Merece destaque os estudos de Keile Socorro Leite Felix (2010), Raimundo Alves de Araújo (2011) e Gustavo Magno Barbosa Alencar (2014)², os quais se dedicam a

² Respectivamente os títulos são "*Espíritos inflamados: A construção do Estado Nacional Brasileiro e os Projetos Políticos no Ceará (1817-1840)*"; *Família e poder: A construção do Estado no Noroeste Cearense*

entender desde a emancipação da capitania de Siará Grande de Pernambuco em 1799 – fato que marcou a importância das famílias locais do Ceará e a incongruência com as de Pernambuco –, até a constituição do poder provincial centralizado e a derrocada das famílias interioranas. Este fracasso pode ser compreendido pela necessidade de eliminar, com a proclamação da república, o sistema político brasileiro que evidenciava o estado intermediário, ou melhor, as relações parentais.

No entanto, antes da defasagem da “política parental”, nos cabe investigar neste espaço como se deram as relações de compadrio no interior da província do Ceará, e como está foi exitosa ao passar pela Assembleia Provincial, e daí se transformar em parte constituinte do Império do Brasil na primeira metade do século XIX. Contudo, é preciso entender que tal ascensão política só foi possível por meio desse jogo político, que se articula em redes, a partir de uma figura central, que não pode ser isolada em seu poder no processo histórico-político. Ou seja, na nova historiografia sobre o tema é preciso:

[...] substituirmos a análise dos indivíduos políticos de forma isolada pela análise das redes de relações nas quais estavam inseridos, onde os vínculos parentais desempenhavam importante papel, perceberemos que, muitas vezes, os chefes paroquiais responsáveis pelos desmandos e fraudes eleitorais estavam vinculados por lealdade e/ou parentesco com grandes políticos da província e da Corte (Farinatti; Vargas, 2014: s/p).

No caso aqui estudado, José Martiniano de Alencar era de uma família republicana responsável por derrubar as forças restauradoras de Joaquim Pinto Madeira em 1831³ e, conseqüentemente, ascender à presidência da província em 1834. Este era o período de afirmação liberal, cujo propósito extrapolava os limites provinciais e constituía o projeto nacional dos liberais, que combatiam os opositores e fiéis detentores dos interesses portugueses frente ao recém-independente país (Brasil). Conformavam-se assim os interesses locais aos nacionais, com as devidas ressalvas para as disputas entre a autonomia local *versus* a centralização.

Para ascender politicamente não bastou apenas imprimir o projeto liberal a província do Ceará, tarefa árdua dada às inúmeras famílias poderosas econômica e

do Século XIX (1830-1900); Pelas tramas da política: A constituição do partido liberal moderado na província do Ceará (1830-1837).

³ Joaquim Pinto Madeira era militar, nascido na cidade de Jardim (CE), próxima à cidade do Crato (CE). Ele se tornou a figura do cariri cearense de maior projeção política em termos conservadores, uma vez que ficou conhecido por liderar uma revolta, que reunia forças restauradoras em defesa do retorno de D. Pedro I ao trono do império brasileiro em 1831.

politicamente na província. Foi preciso acalmar os “ânimos” restauradores e republicanos durante o período das regências, e estabelecer um partido que tornasse possível ter forças demasiadamente contrárias sobre a mesma “bandeira”. Diante disso, o Partido Liberal Moderado organizado por José Martiniano era resultado, entre outras coisas, das redes de relações parentais oriundas dele.

A principal figura política e econômica do cariri cearense, a qual já foi citada na introdução deste trabalho, foi a do deputado-ministro Manoel do Nascimento Castro e Silva, ligada a José Martiniano pela relação de compadrio. Este último havia apadrinhado filhos do ex-funcionário de D. Pedro I, e a partir de 1835 passou a ser o representante liberal do Ceará no Ministério da Fazenda, durante a regência do padre Diogo Feijó.

Para tanto, se faz necessária a investigação política em torno das relações parentais, as quais nos permite entender a existência, em torno de uma figura de expressivo poder econômico e, conseqüentemente, político. Cria-se assim uma rede de solidariedade pessoalizada, que se estabelece com relações de parentesco de sangue ou ritual (compadrio) ou de alianças (uniões matrimoniais). O caso aqui investigado compreende-se a partir de um ritual, cujos personagens envolvidos utilizaram-se da consagração do batismo, nos termos da igreja católica, para legitimarem a sua relação, especificamente a do compadrio.

O compadrio aproximava agentes de distintas condições socioeconômicas, mas exercia sobre eles o peso do controle. Isto é, o descumprimento de compromissos estabelecidos pelo compadrio era uma profanação contra essa instituição, algo que se tornava um escândalo moral e religioso. Por isso, a obrigação de Manoel com Martiniano não era apenas de fidelidade política, mas principalmente de lealdade ao seu compadre, o qual recebia os seus compromissos como retribuições a sua gratidão.

Desse modo, a dominação exercida por Martiniano sobre Manoel era reatualizada a partir dos valores religiosos, uma vez que ambos contraíram vínculos parentais através do batismo dos filhos deste último. Este grau familiar existente entre eles abria espaço, muitas vezes, para imposições política de Manoel sobre as decisões provinciais. O compadrio, portanto, serviu para Manoel se sentir no direito político de ditar quem seria os funcionários promovidos por Martiniano, como se vê na correspondência enviada por Manoel ao seu compadre:

Com efeito V. não pensou bem quando nomeou o Bastos, e estou certo que seria falta de reflexão, pois sendo tão terminante o código, **se o tivesse presente não o nomearia**: se eu estivera em seu lugar quando a Câmara apresentou, eu procuraria pelo Juiz Municipal que **a nomeação de promotor fosse em pessoa de minha confiança**, e então mandaria a Câmara que fizesse a proposta, e recaindo ela em pessoas de seu lado, eu para ganhar tempo levaria a proposta ao Governo Geral propondo a dúvida de os três candidatos não merecendo a confiança do presidente, este deveria ser obrigado a escolher um deles: e quando chegasse a solução, já a crise era passada: destarte V. **sairia melhor, do que do meio de que se serviu isto é de que ver sustentar uma ilegalidade...** (Castro e Silva: agosto de 1835) (grifo nosso).

Após a transferência de Manoel para a Corte imperial, devido os afazeres ministeriais, este se comunicava com o seu compadre através de correspondências, as quais revelam o grau de parentesco alargado, dada a interferência direta sobre os nomes que seriam promovidos por Martiniano, como se viu na correspondência acima. Além disso, é possível verificar os mandos e desmando do “compadre e amigo do coração”, que não aceita a indicação de Martiniano, por não ser uma pessoa de sua confiança. Vale ressaltar que no estado intermediário, onde as relações personalizadas são evidenciadas, a “confiança” é quem determina o grau de participação no âmbito político-institucional.

Contudo, a interferência de Manoel nos negócios provinciais chegou ao conhecimento dos deputados gerais (hoje federais) cearenses eleitos para a legislatura 1834-1837 e dos deputados provinciais, sendo ambos contrários a essa intervenção. Isso gerou mal-estar na província e, conseqüentemente, fragilidade do partido Liberal Moderado cearense no Parlamento Nacional, uma vez que condizia com o que o próprio Manoel relatou na carta, a sustentação da ilegalidade. Ou seja, com a promulgação do Ato Adicional de 1834, o qual alterou a Constituição de 1824, entre outras coisas os líderes políticos provinciais passaram a ter maior autonomia, ao passo que os agentes nacionais foram limitados em suas interferências locais; além disso, ficou vetado o acúmulo de cargos públicos em nível local e nacional.

Desse modo, a ilegalidade apontada pelo ministro foi duas vezes cometida: a primeira pelo próprio Manoel, que se colocou na correspondência como capacitado a intervir nas nomeações para cargos provinciais; e a segunda pelo seu compadre, que havia nomeado Bastos como procurador, o qual já possuía cargo político na localidade e não poderia acumular outros cargos, de acordo com as novas diretrizes legais aprovadas um ano antes do envio dessa correspondência.

As interferências de Manoel correspondiam a tentativa da família Castro e Silva, velha força atuante na burocracia do Ceará e do Império, de imprimir os interesses particulares em âmbito público. A insistência, portanto, em se projetar localmente se verifica novamente um ano depois pela correspondência enviada ao seu compadre sobre outras nomeações locais:

A respeito do Batista não posso de maneira alguma anuir ao meu pedido por que meu compadre e amigo quer V. dar importância a quem não tem? Para que esse germe continuado de intriga? V. mesmo não disse que ele é altivo insubordinado, como quer sujeitar aos nossos amigos a altivez desse fedelho? Pois aqueles que sempre estiveram em nosso lado hão de ficar agora sujeitos a Batista? **Se V. quer, como eu creio a paz na província, como a conseguirá por esses meios que necessariamente hão de irritar os ânimos! Se ele tem préstimo, aproveite para a tesouraria provincial cuja afluência é menor** (Castro e Silva: setembro de 1836) (grifo nosso).

O Ministro da Fazenda mesmo após desencadear as intrigas com os deputados gerais e provinciais, causando mal-estar para o Partido Liberal Moderado cearense dentro e fora da província, não deixou de enviar cartas a Martiniano indicando nomes para a ocupação de cargos públicos, bem como alertando o compadre para as nomeações que ele insistia em fazer. Na correspondência acima, o deputado-ministro menciona a nomeação de Batista como um erro, de modo que para repará-lo era necessário remanejá-lo para o cargo da tesouraria provincial. Isso porque o “fedelho” era um dos resultados de conciliação entre republicanos e restauradores que Martiniano investira desde o momento em que se tornou presidente da província. Ocupar, portanto, um cargo alto na burocracia provincial poderia ameaçar o poder do compadre e, conseqüentemente, as intromissões políticas do ministro.

A estratégia de conciliar os ânimos para estabelecer um partido que pudesse comportar os diferentes projetos políticos do Ceará foi a empreitada de Martiniano, embora tenha aberto muito mais espaço para os desentendimentos que ajudaram no fortalecimento de outras famílias, habitantes em Fortaleza e nas regiões circunvizinhas, do que propriamente avançar nas tramas políticas provinciais e concretizar o triunfo liberal na Corte imperial. Ocupar os espaços político-institucionais no Ceará a partir da rede de relações parentais, e avançar em âmbito nacional, não trouxe os resultados que Martiniano almejava ao final da terceira legislatura do império.

As pressões exercidas pelos deputados gerais, bem como os provinciais, era parte da desestruturação dos Liberais Moderados perante o efêmero momento de vitória que

estes viveram durante 1834-1837 na política local e nacional. Era o momento em que o projeto dos regressistas⁴ avançava e o período das regências estava chegando ao fim. O último dos regentes foi Pedro de Araújo Lima, deputado geral pela província de Pernambuco e integrante do Partido Conservador. A sua postura política comedida contribuiu para a antecipação da maioria de D. Pedro II em 1840 e, conseqüentemente, o desmantelamento do projeto liberal no poder.

A carta de Manoel no final da terceira legislatura demonstrava outro tom, frente a inserção que havia tido na burocracia provincial:

Já livre da pesada carga da pasta da fazenda lhe faço esta, e tal era a gana da oposição contra a administração, que apesar de defunta não foi poupada, porém eles ouviram o que não pensaram. **V. sempre esteve em discussão, sinto que não transcrevessem o que eu disse em sua defesa:** foram seus obsequiadores Maciel Monteiro, Calmon, Martim, Honório, Roiz Torres e o Barreto Pedroso que talvez V. não o conheço, mas Figueira com os seus companheiros e Ibiapina e P.^e Pinto o imbuíram das suas calunias, pois não só tem andado atrás dos deputados da oposição para falarem contra V., **como pelo sete de Abril tem propalado todas as suas falsidades, tão perversas são, pois que a terem outros sentimentos se teriam apresentado francamente na Tribuna** (Castro e Silva: julho de 1837) (grifo nosso).

A abdicação de D. Pedro I trouxe avanços para o projeto liberal, contudo, de caráter efêmero, o qual não se pôde desfrutar por muito mais de cinco anos. A constituição da terceira legislatura apontou para as fragilidades desse projeto, pautado na manutenção de práticas clientelistas oriundas das redes de parentela, seja cearense ou de qualquer outra província do recém-independente país. Por esse motivo, o nome de Martiniano fora colocado em observação pelos próprios deputados gerais eleitos para aquela legislatura, bem como pelas famílias influentes econômica e politicamente do Ceará.

O resultado que se pode ver na carta de Manoel ao seu compadre é a destituição do cargo de ministro da fazenda, o acirramento de ânimos entre os deputados Liberais Moderados e o abandono do projeto conciliatório pelo próprio Martiniano. Na legislatura seguinte (1838-1841), a qual teve o processo eleitoral realizado em março de 1837⁵, os nomes que aparecem como representantes do Ceará para a Câmara dos Deputados

⁴ Os regressistas foram os parlamentares do Partido Conservador que defenderam a antecipação da maioria do imperador D. Pedro II e a posse do mesmo no trono brasileiro em 1840.

⁵ Para maiores informações ver Jornal do Comércio, edição de 07 de março de 1837.

correspondem aos “fiéis” do compadre, seguindo a mesma estratégia sem, contudo, ter o mesmo aparato liberal dominando o jogo político imperial.

Manoel e Martiniano, não deixaram de exercer influência nos meandros da burocracia imperial, uma vez que o primeiro continuou a exercer o mandato como deputado geral (novamente eleito para a legislatura de 1838-1841) e o segundo, embora destituído do cargo de presidente da província, possuía ainda a cadeira no Senado nacional.

Considerações finais

O sociólogo mexicano Fernando Gonzalbo afirma, a partir dos estudos que fez sobre o México no século XIX, que para onde se observasse o Estado, ele estava sob o comando de intermediários, que agiam na ausência da eficiência jurídica, e porque não dizer, burocrática. No Brasil, a independência ocorrida em 1822 não garantiu, da mesma forma, a eficiência dos serviços impessoais e racionalizados, pautados naquilo que defendeu Weber. Ao contrário, a dominação continuou a ser exercida pelo sistema patriarcal e/ou patrimonial, cujas relações estavam fadadas a tradição e a autoridade de chefes locais.

Esses homens, verdadeiros agentes intermediários do Estado, cuidaram em estender o poder doméstico, se utilizando disso para moldar o projeto nacional aos seus interesses particulares. Desse modo, vários projetos de nação despontaram no Brasil no período compreendido de 1830 a 1850, entre eles, o da província do Ceará, o qual teve como autoridade local o padre senador José Martiniano de Alencar. No entanto, ele mesmo, na sua província, precisou articular-se com os diversos interesses das elites locais para alcançar o governo provincial em 1834. Tornou-se responsável, portanto, de levar os ideais liberais para o Ceará, resultando na criação do Partido Liberal Moderado e a ascensão a presidência da província.

Ao unir forças com uma das principais famílias daquela localidade, os Castro e Silva, na figura do seu compadre Manoel, Martiniano confirmou através da sua rede de parentela, que o jogo político brasileiro teria nascido por meio de laços extra institucionais, os quais passariam a ocupar significativo espaço no Parlamento Nacional após a abdicação de D. Pedro I em 1831. Contudo, o apogeu liberal tornou-se efêmero, entre outras coisas, por confirmar a manutenção de relações pessoalizadas,

completamente distante daquilo que se almejava com o advento da independência. Ademais, a insistência em fazer política através das redes de parentela não deixou de estar presente no cotidiano brasileiro, atravessando o século XIX e configurando também o advento da República.

Referências bibliográficas

Fontes

CARTAS do Ministro Manoel do Nascimento Castro e Silva ao Presidente José Martiniano de Alencar. *Revista do Instituto do Ceará*, t. XXII, 1908b.

Bibliografia

ALENCAR, Gustavo Magno Barbosa. *Pelas tramas da política: A constituição do partido liberal moderado na província do Ceará (1830-1837)*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. 193f.

ARAÚJO, Raimundo Alves de. *Família e poder: A construção do Estado no Noroeste Cearense do Século XIX (1830-1900)*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011. 221f.

BASILE, Marcelo. Luzes a quem está nas trevas: A linguagem política radial nos primórdios do Império. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, set. 2001, p. 91-130.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

FARINATI, Luís Augusto Ebling; VARGAS, Jonas Moreira. "A nossa causa é a causa deles" elites regionais, chefes paroquiais e a construção do Estado impérial brasileiro: Rio Grande do Sul (c. 1820-c.1880)". In: MANSUR, A. Barata; VIEIRA, MF. Martins; MOTA, S. Barbosa (Orgs.). *Dos poderes do Império. Culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014, pp. 225-256

FELIX, Keile Socorro Leite. *"Espíritos inflamados": A construção do Estado Nacional Brasileiro e os Projetos Políticos no Ceará (1817-1840)*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. 229f.

GONZALBO, Fernando Escalante. *Ciudadanos imaginarios*. México: El Colegio de México, 1993.

GRAHAN, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013. p. 101-125.

MATTOS, Ilmar de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 e 1824*. São Paulo: Editora 34, 2014.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideias de Brasil: Formação e problemas (1817-1850). In: _____. *Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. Vol. 2. 4ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

A viagem de Furtado Coelho pelo Brasil: o sucesso e as polêmicas de um artista português em terras brasileiras

Gustavo Zambrano*

Resumo: O artista português Luiz Candido Furtado Coelho pode ser considerado um dos responsáveis pela implantação do realismo teatral no Brasil. Tendo chegado em terras brasileiras em 1856, Furtado Coelho, em nosso país, desenvolveu trabalhos de ator, ensaiador e empresário teatral, sendo que como ator dramático atuou em peças que foram grande sucesso de público no Teatro Ginásio do Rio de Janeiro. A partir destas considerações, este artigo tem como objetivo, portanto, abordar o segundo período de trabalho de Furtado Coelho no Brasil, ou seja, a passagem do artista português por outras províncias brasileiras, tais como São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Nesta nova temporada, iremos analisar as peças encenadas pelo ator, as quais envolvem em sua maioria dramas de escritores franceses, portugueses e brasileiros, a repercussão do trabalho apresentado, além das polêmicas que o artista se envolveu com alguns empresários teatrais da região nordeste do país.

Palavras-chaves: Furtado Coelho, Teatro Brasileiro, Biografia Artística.

The trip of Furtado Coelho for Brazil: the success and controversies of a Portuguese artist in Brazilian lands

Abstract: The Portuguese artist Luiz Candido Furtado Coelho can be considered one of the responsible for the implantation of theatrical realism in Brazil. Having arrived in Brazil in 1856, Furtado Coelho, in our country, developed works of actor, theatrical director and theatrical businessman, and as a dramatic actor he performed in plays that were a great success at the Ginásio Theater in Rio de Janeiro. Based on these considerations, this article aims to address the second period of work of Furtado Coelho in Brazil, that is, the Portuguese artist 's passage through other Brazilian provinces, such as São Paulo, Rio Grande do Sul and Pernambuco. In this new season, we will comment on the plays staged by the actor, which mostly involve dramas of French, Portuguese and Brazilian writers, the repercussion of the work presented, besides the controversies that the artist got involved with some theatrical businessman of the northeast region of the country.

Keywords: Furtado Coelho, Brazilian Theater, Artistic Biography.

* Doutorando em Letras pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de São José do Rio Preto. Bolsista pela Capes. E-mail: guzambrano@hotmail.com

A partir da segunda metade do século XIX, novos rumos alcançava o teatro brasileiro com a chegada da escola realista¹. Em outras palavras, se no teatro São Pedro de Alcântara, casa de espetáculo dirigida pelo ator João Caetano, o repertório envolvia a encenação de tragédias neoclássicas, de melodramas e de dramas românticos, com a criação do Teatro Ginásio do Rio de Janeiro, antigo São Francisco, em abril de 1855, pelo empresário Joaquim Heleodoro Gomes dos Santos (Souza, 2002: 61), iniciava o sopro renovador no teatro nacional com a exibição de peças teatrais realistas de dramaturgos franceses, portugueses e brasileiros.

No entanto, tal fato não ocorreu de imediato. Émile Doux, ensaiador da nova casa de espetáculos, e que tinha sob sua direção atores formados pela escola romântica, talvez percebeu que seria prudente, um tempo maior de ensaios, visando, assim, um desafio maior². De todo modo, enquanto não chegava o momento de os espectadores cariocas se deparar com o teatro realista e a moralização dos costumes, e de temas que envolviam a família, a prostituição, o adultério e o dinheiro (Faria, 1992: 26), o público do Teatro Ginásio se contentava com a encenação das comédias de Eugène Scribe (Souza, 2002: 64).

Somente em 26 de outubro de 1855, o Teatro Ginásio encenou o primeiro espetáculo realista, com a apresentação da peça *As mulheres de mármore* de Théodore Barrière e Lambert Thiboust. E ao que parece, o drama, que aborda o tema da moralidade e descreve a vida social burguesa, agradou os espectadores, com o Teatro Ginásio sempre lotado (Faria, 1992: 80). Ademais, o drama foi elogiado pelos principais folhetinistas da época. Paula Brito, por exemplo, em sua coluna em *A Marmota Fluminense*, destacava:

As Mulheres de Mármore é uma composição toda moral em seu fundo, toda para moralizar e desenganar os jovens inexpertos, que no fogo das primeiras paixões se deixam levar ao precipício por mulheres perdidas (mulheres de mármore), que não os amam, que não os querem senão pelo prazer de alguns dias, de algumas semanas, ou de alguns meses; composição representada aos olhos dos espectadores por quadros ao vivo, cheios de pinturas expressivas, de cores carregadas, mas verdadeiras, e cada um deles de produzir por si o desejado efeito. (Faria, 1992: 80).

¹ Este artigo é baseado em minha dissertação de mestrado intitulada *A trajetória artística de Furtado Coelho nos palcos brasileiros: (1856 – 1867)*.

² A dificuldade que supostamente apresentaria os atores está na forma de atuação. Enquanto a escola romântica privilegia uma maneira de atuar grandiloquente, a escola realista tem como característica a naturalidade de interpretação. Para mais informações ver (Faria, 2008).

É nesse cenário de inovações que desembarca no Rio de Janeiro, vindo de Lisboa, em março de 1856, o artista português e conhecedor da escola realista Luiz Candido Furtado Coelho. Seu ingresso no ambiente teatral da Corte foi de certo modo rápido, haja vista que em julho daquele ano foi contratado por Joaquim Heleodoro para ser ensaiador do Teatro Ginásio, no lugar de Émile Doux (Faria, 2012: 187). Ou seja, ficaria a cargo do jovem artista a montagem dos dramas realistas, das comédias e dos vaudevilles, e de todo aspecto que envolvesse a organização da *mise-en-scène*. Porém, Furtado permaneceu como diretor de cena na empresa dramática por pouco tempo, pois sofrendo pressões de parentes de prestígios, que não concordavam com a sua vida de artista, e tendo o desejo de não somente ser ensaiador, mas também de desempenhar a função de ator no Teatro Ginásio, acarretou o seu desligamento da companhia teatral em dezembro de 1856 (Filgueiras Sobrinho, 1863: 23).

Com o intuito de alavancar a carreira de ator, a solução encontrada pelo artista foi de se afastar da Corte. Furtado Coelho partiu, então, para a cidade de Recife, ao final do mês de fevereiro de 1857. No entanto, talvez pela sua pouca experiência nos palcos, e também por não conhecer pessoas influentes que pudessem lhe ajudar nesse início, Furtado não teve oportunidade em nenhuma companhia dramática recifense. O máximo que conseguiu em sua estada em Recife foi recitar um poema de sua autoria no Teatro Santa Isabel ao ator João Caetano, que naquela época estava na capital pernambucana (*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1857, p.2, col.4).

O sonho de Furtado de fazer parte de uma companhia teatral não demorou a concretizar. Retornado de Recife e vivendo no Rio de Janeiro, o artista português foi logo contratado por João Ferreira Bastos, empresário da companhia Ginásio Dramática Rio-Grandense de Porto Alegre (Damasceno, 1956: 36). Sua estreia ocorreu em agosto de 1857, atuando no drama realista francês *As mulheres de mármore*, sendo que na sequência de trabalho atuou em outras importantes obras do repertório realista, tais como *Dalila* de Octave Feuillet, *A Dama das Camélias* e *Cinismo, Cepticismo e Crença*, de Cesar de Lacerda (Damasceno, 1956: 36). E ao que parece, seu desempenho nos espetáculos foi de certo modo satisfatório, tanto que os críticos teatrais dos periódicos de Porto Alegre reconheceram o talento do jovem ator (Hessel & Raeders, 1979: 210). Por outro lado, houve também críticas ao artista em razão de alguns erros de atuação. No entanto, tais comentários acerca de seu trabalho procuraram aconselhá-lo, visando, assim, um melhor desempenho no palco (Damasceno, 1956: 37). Fica claro, portanto,

que nos primeiros anos de carreira, Furtado Coelho, apesar de talentoso, era um ator ainda em formação.

Após a temporada no sul do país, chegava o momento de conquistar o público da Corte. Contratado por Joaquim Heleodoro para ser o primeiro-galã do Teatro Ginásio, Furtado fez a sua estreia em 18 de dezembro de 1858, atuando no drama *Por Direito de Conquista* (Faria, 1992: 131). E é a partir desse momento que desponta o sucesso do artista, pois praticando uma forma de atuação inovadora na qual privilegiava a naturalidade dos gestos, do andar e da fisionomia, Furtado recebeu elogios tanto da crítica teatral especializada, quanto dos espectadores que ao teatro se dirigiam para vê-lo atuar. No entanto, apesar do reconhecimento de boa parcela do público e da imprensa teatral carioca, Furtado Coelho, ao final de 1860, ano em que foi empresário e ator em duas empresas teatrais, no Teatro das Variedades e na Sociedade Dramática Nacional, decidiu novamente deixar o Rio de Janeiro e iniciar uma nova fase de sua carreira longe da Corte (Faria, 1993: 133).

Fica então a questão: por que o artista deixou o Rio de Janeiro em um momento importante de sua trajetória artística para se aventurar em outras províncias? Um dos motivos que levou a decisão de Furtado em deixar a Corte diz respeito ao seu desejo de permanecer ao lado da atriz portuguesa Eugênia Câmara, seu grande amor na época, mas que havia partido para a província de São Paulo naquele ano (Faria, 1993: 133). Porém, havia ainda um segundo motivo: Furtado assinou um novo contrato, talvez mais vantajoso, com um empresário teatral paulistano (*Revista Popular*, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1860, p.319).

Mas a desistência em permanecer na Corte e a informação da assinatura de um contrato mais lucrativo com uma empresa teatral paulistana nos leva a indagar, se naquele momento de sua vida, o artista português passava por algum problema financeiro, ou até mesmo a pensar se o seu lado aventureiro tinha como intenção a busca do sucesso no plano das finanças pessoais³. Como sabemos, Furtado Coelho, em seu início de carreira, se sustentava somente com a renda da bilheteria, e quando deixou o cargo de ensaiador do Teatro Ginásio, precisou dar aulas de piano para

³ Apesar de descender de uma família de militares e, portanto, possuidora de alguns recursos financeiros, é bem provável que Furtado Coelho não obteve ajuda dos familiares em seu início de carreira. De acordo com Filgueiras Sobrinho (1863: 18), a família do jovem ator não concordava com a profissão escolhida pelo artista.

sobreviver (*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1856, p.3, col.3). Além do mais, quando empresário do Teatro das Variedades e da Sociedade Dramática Nacional em nenhum momento recebeu subvenções do governo federal, diferente do que ocorreu, por exemplo, com os teatros comandados por João Caetano (Paixão, 1917: 181). De todo modo, a nova viagem do artista português pelo Brasil, seja por motivo financeiro, amoroso ou por ambos, foi de grande contribuição ao teatro brasileiro, pois ao se deslocar para outras províncias do país, Furtado contribuiu para a interiorização do teatro realista e para a circulação de um repertório de peças dramáticas até então pouco conhecidas.

Furtado Coelho deixou, portanto, o Rio de Janeiro, com destino a cidade de São Paulo, em 18 de novembro de 1860, mesmo dia em que ocorreu o espetáculo de benefício de sua ex-colega de palco Adelaide Amaral (*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1860, p.2, col.4). Porém, antes de se fixar na capital paulistana, o artista aceitando a solicitação de alguns amigos fez algumas apresentações na cidade de Santos (Filgueiras Sobrinho, 1863: 48)⁴. A estreia ocorreu em 30 de novembro com o drama *Pedro*, de José da Silva Mendes Leal Junior, e, como informa o articulista da *Revista Comercial*, o público santista lotou o teatro para ver a apresentação do ator. Porém, o importante a destacar no artigo crítico é a forma inovadora de Furtado interpretar, livre de gestos grandiloquentes e mais próximo da naturalidade:

O Sr. Furtado Coelho mostrou-se nessa noite artista em toda a extensão da palavra. O papel de Pedro, representado com tanta maestria, é a expressão mais perfeita da nova escola dramática, que atirou para longe os gritos, as contorções, os gestos ridículos e insuportáveis com que até hoje nos temos vistos mimoseados na cena (Filgueiras Sobrinho, 1863:66).

O artista português permaneceu em Santos por cerca de um mês, tendo retornado à cidade durante os meses de setembro, outubro e início de novembro do mesmo ano para realizar novas apresentações (Filgueiras Sobrinho, 1863: 49). Nesta segunda passagem pelo litoral paulista, Furtado atuou em alguns dramas do seu repertório, tais

⁴ Francisco Antonio Filgueiras Sobrinho é o primeiro biógrafo de Furtado Coelho. Na obra dedicada ao ator português, o escritor dedicou na segunda parte do livro em transcrever a crítica teatral relacionada ao artista em estudo. Assim, os comentários correspondentes ao trabalho artístico de Furtado Coelho não foram realizados por Filgueiras Sobrinho, mas pelos críticos teatrais dos periódicos da época.

como *Rafael* de Ernesto Biester, *Onfália* de Quintinio Bocaiúva e *Redenção* de Octave Feuillet (Filgueiras Sobrinho, 1863: 55-87).

O próximo passo do artista foi conquistar a capital paulistana. Tendo feito a sua estreia como ator em 30 de dezembro de 1860 no drama marítimo *A Probidade*, de Augusto Cesar de Lacerda, Furtado conseguiu levar uma grande parcela dos paulistanos ao teatro da capital, apesar da chuva que castigava a cidade (Filgueiras Sobrinho, 1863: 81-82). E ao que parece, o artista não decepcionou. No *Correio Paulistano*, um texto datado em 3 de janeiro, e que provavelmente seja a crítica da noite de estreia da peça e do artista português, abordou-se o seguinte sobre o ator:

No prólogo, a amabilidade com que interroga o subalterno em quem respeita a ciência prática da navegação; o seu sentimento e ao mesmo tempo a dignidade com que responde as infundadas arguições que lhe são dirigidas por um comandante menos bem informado sobre o fato; o ato de valor e heroísmo por ele praticado quando a fragata se acha em perigo; esse orgulho justificado pelo seu talento, por ter salvado todos do naufrágio; foram cenas dignas de um elevado artista (Filgueiras Sobrinho, 1863:81).

Furtado atuou ainda em outras peças, tendo na sequência de trabalho encenado os dramas *Dalila* de Octave Feuillet, *Justiça*, de Camilo Castelo Branco, *Casamento Singular*, de José D'Almada e Lencastre e a comédia *O gaiato de Lisboa*, obra francesa de Jean François Alfred Bayard e Emile Vanderbuch, mas adaptada ao português por Aristides Abranches.

Mas dentre todas as obras citadas, foi em *Dalila* que Furtado recebeu reconhecimento da crítica teatral. A peça, que já havia sido encenada pelo ator português nos Teatros Ginásio e das Variedades no Rio de Janeiro, foi abordada pelo articulista do *Correio Paulistano*, comentando a cena em que Carnioli, papel desempenhado por Furtado, conta o estado de saúde debilitado da jovem Amélia ao amigo músico Andre Roswein:

Ninguém, absolutamente ninguém poderá ouvir Furtado Coelho recitando esta narração dolorosa, e arrebatadora ao mesmo tempo, sem que sinta estremecer lhe as fibras do coração, e o pranto orvalhar lhe o rosto, traindo o sentimento que o provocou. A posição, o gesto a voz, tudo revela no distinto artista o estudo e a meditação; suas palavras parecem umedecidas de pranto; e como se esse cântico sublime soasse ainda a seus ouvidos, seu corpo ainda estremece só ao lembrá-lo (Filgueiras Sobrinho, 1863: 74).

Além de ator, Furtado Coelho na capital paulistana desenvolveu também a função de ensaiador. Atuando ao lado de atores formados pela escola romântica, o artista português percebeu ser necessário ensinar aos seus companheiros de palco uma nova forma de atuação, menos grandiloquente e mais próxima da naturalidade:

[...] ninguém ainda disse palavra acerca de um grande mérito do Sr. Furtado Coelho, e que para nós é de suma valia. É a mestria com que tem ensaiado todos os espetáculos que têm ido à cena depois de sua chegada; é a paciência é o jeito que para esta especialidade da arte dramática ele tem um subido grau. Só quem tem presenciado o trabalho insano do insigne artista em todos os ensaios, em fazer compreender aos nossos atores, já o papel que vão representar, já os ademanos que devem ter, já o modo de falar, etc,, fazendo repetir uma cena duas, três e quatro vezes, para que ela se aproxime o mais possível do natural; só quem tem sido testemunha dos esforços e da paciência do Sr. Furtado Coelho neste mortificante trabalho, é que pode compreender o seu gênio e dedicação pela arte (Filgueiras Sobrinho, 1863 : 51).

No início do mês de fevereiro, encerrou-se o contrato do artista com a companhia dramática paulistana. Porém, Furtado, sempre na companhia de Eugênia Câmara, resolveu permanecer na província, atuando em cidades do interior, tais como Sorocaba, Itu e Campinas e depois retornou à capital paulista nos meses de julho e agosto (Faria, 1993, 134). Nesta segunda passagem por São Paulo, o artista português, além de ter sido nomeado sócio da Instituto Dramático de São Paulo, montou uma nova companhia teatral, atuando no drama *Rafael* e em duas peças de França Junior, *Meia hora de cinismo* e *A república modelo*, sendo esta última escrita especialmente para Furtado (Azevedo, 2000: 116-118).

A temporada na província de São Paulo durou aproximadamente um ano e o próximo destino era o Rio Grande do Sul. Mas antes de desembarcar em Porto Alegre, Furtado Coelho, novamente concordando com pedidos de alguns amigos, realizou duas apresentações em Santa Catarina, mais precisamente na cidade de Desterro, atual Florianópolis. O seu desembarque na cidade ocorreu em 14 de novembro de 1861, e de imediato, nos dias 23 e 24, o ator português estava no palco para apresentar ao público catarinense o drama *Dalila* e a comédia *O gaiato de Lisboa (O Argos, Santa Catarina, 21 de novembro de 1861, p.1, col.2)*.

A crítica teatral do jornal *O Argos* não dedicou uma análise aprofundada dos espetáculos apresentados pelo artista. No entanto, no texto crítico referente à noite de

estreia, fica evidente a admiração do articulista pelo ator português, uma vez que Furtado foi considerado como sendo o novo Talma⁵:

Havia, pois, da parte do público uma obrigação de comparecer no teatro nas noites de 23 e 24: e o público foi, e reconheceu por si mesmo essa regeneração da arte; extasiou-se diante das suas revelações, gozou e compreendeu os seus indizíveis segredos. O público—o grande mestre de todos os tempos—disse com as suas estrondosas ovações aos dois artistas mais do que nós lhe poderemos dizer nestas linhas, que não passam de uma homenagem sincera, rendida ao talento do Sr. Furtado Coelho e da Sra. D. Eugênia Câmara; fraco testemunho do muito apreço em que os catarinenses têm ao Talma dos nossos dias (*O Argos*, Santa Catarina, 26 de novembro de 1861, p.1, col.2) .

Furtado Coelho, em companhia de Eugênia Câmara, deixou a cidade de Desterro no dia 25 de novembro, seguindo viagem para Porto Alegre (*O Argos*, Santa Catarina, 28 de novembro de 1861, p.2, col.1). A data do seu desembarque é incerta, ocorrendo provavelmente no final do mês de novembro ou início do mês de dezembro. Já a sua estreia no palco do teatro porto-alegrense não ocorreu de imediato. Furtado Coelho, formando uma companhia própria, e ao que tudo indica desenvolvendo também a função de ensaiador, talvez viu a necessidade de um tempo maior para ensaiar o seu novo grupo de artistas. Assim, somente no final do mês de dezembro de 1861 a companhia dramática do ator português subiu ao palco, encenando o drama *Dalila* (Filgueiras Sobrinho, 1863: 75).

Sobre o decorrer da temporada em Porto Alegre, ou seja, o ano de 1862, temos poucas informações sobre o trabalho artístico de Furtado Coelho⁶. Porém, é possível afirmar de maneira segura que a empresa teatral do ator em estudo encenou outras peças, tais como os dramas *Onfália* e *O ator*, sendo esta obra do próprio Furtado Coelho e a comédia *O gaiato de Lisboa*. Ademais, é importante destacar que nesse período no Rio Grande do Sul, Furtado promoveu algumas apresentações na cidade de Pelotas, encenando, por exemplo, em junho daquele ano, o seu drama *O ator* (Filgueiras Sobrinho, 1863: 85-108).

O artista português permaneceu no Rio Grande do Sul como ator, empresário e ensaiador por cerca de um ano, decidindo na sequência de trabalho se dirigir para a

⁵ François Joseph Talma (1763 – 1826), famoso ator trágico francês.

⁶ A Hemeroteca Digital Brasileira não disponibiliza para pesquisa os principais jornais de Porto Alegre no ano de 1862.

região Norte do país, atual Nordeste. E foi o que o artista fez. Porém, antes de desembarcar no Nordeste brasileiro, Furtado, em companhia de Eugênia Câmara, realizou uma viagem a Portugal, possivelmente em outubro ou novembro de 1862 (Faria, 1993: 134).

O início da conquista do Nordeste por Furtado Coelho ocorreu no início de 1863, com o desembarque do artista na cidade do Recife. Contratado pelo empresário e ator teatral Antônio José Duarte Coimbra, em março daquele ano, Furtado tinha a missão de encenar os grandes dramas até então apresentados nos teatros do sul do país (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 4 de março de 1863, p.3, col.6). A estreia do ator, que também exerceu o cargo de ensaiador e diretor da companhia dramática, ocorreu no Teatro Santa Isabel em 11 de março, com a apresentação da peça *Dalila* e o vaudeville *A filha de Gringolet*, uma imitação de Eugênia Câmara, sendo a parte musical composta por Furtado Coelho (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 11 de março de 1863, p.3, col.3). Como não poderia ser diferente, a população de Recife se mostrou ávida para ver a atuação da nova companhia dramática e principalmente os dois novos atores, tanto que desde às 8:00 da manhã, “a ansiedade para obtenção de um bilhete era crescente” e “o pobre do empresário viu-se em apuros por não dispor de um espaço duplo no teatro” (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 13 de março de 1863, p.2, col.3).

Além das duas peças anteriormente citadas, Furtado Coelho atuou em outros dramas importantes do seu repertório⁷, como por exemplo, o drama realista francês *Lucia Didier*, de Leon Battu e Adolphe Jaime. E ao que tudo indica, a imprensa recifense apreciou esse espetáculo, uma vez que Furtado se mostrou hábil na criação do personagem Paulo Didier, marido de Lucia:

Furtado Coelho já não é o cavalheiro Carnioli, jovem folgazão e estroina, para quem o casamento é a morte, e que ri de tudo e de todos; é sim, o homem em família, marido e pai ao mesmo tempo, em que tudo revela o oposto aquele.

Paulo Didier é criação sua, e nada deixa a desejar; por quanto nenhuma palavra há neste drama que demonstre o valor do artista, se ele não tiver o sentimento ao coração, e, penetrando o íntimo do autor, descortinar ao

⁷ Além de *Lucia Didier*, foram encenados *Cinismo*, *Ceticismo* e *Crença e Trabalho e Honra*, de Cesar de Lacerda, *Um homem de consciência* e *Rafael*, de Ernesto Biester, *O poder do ouro*, de J.M. Dias Guimarães, *Abel e Caim*, de Antônio Mendes Leal, *Um mistério de família*, de Franklin Távora, *As mulheres de mármore*, de Theodore Barrière e L. Thiboust, *A probidade*, *Onfália*, *O demônio familiar*, *Redenção*, *Casamento Singular* e *Meia hora de cinismo*.

público as sensações por que deve passar o homem em iguais atos. (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 18 de março de 1863, p.2, col. 4).

Mas se como ator Furtado interpretava com facilidade os seus personagens, na função de ensaiador o seu trabalho era mais árduo, sendo essa questão podendo ser observada a partir de duas ocorrências. A primeira, diz respeito ao fato de que o artista português, desde a época em que trabalhou no Teatro Ginásio do Rio de Janeiro, tinha por característica em ser um ensaiador que buscava a perfeição na montagem dos espetáculos, não medindo esforços, portanto, na encenação de uma peça. Porém, no período em que trabalhou em Recife, o Teatro Santa Isabel não dispunha de objetos cênicos suficiente para montagem de uma récita, ou seja, não havia utensílios primordiais para a construção de cenário ou de vestimentas a serem utilizadas pelos artistas. Furtado Coelho, estando nessa situação, não tinha outra saída a não ser exigir do empresário Duarte Coimbra um maior esforço financeiro, para então um espetáculo fosse levado em cena. E ao que parece, Duarte Coimbra concordou com o posicionamento de Furtado, pois mesmo não recebendo subvenções governamentais, o empresário financiou com recursos próprios a parte material a qual necessitava o teatro:

O teatro tem estado desprovido de mobília, de guarda-roupas e de muitos objetos que são necessários e indispensáveis para poder funcionar convenientemente.

O Sr. Coimbra tem gasto todas as suas economias, e tem se empenhando para suprir todas essas faltas, tendo comprado ou encomendado diversas coisas, não só para enriquecer o teatro, como para poder levar à cena, com toda decência e propriedade, os dramas do seu repertório.

O Sr. Furtado Coelho, diretor e ensaiador de cena, zeloso como é pela arte dramática, por decidida vocação e ardente entusiasmo, não prescinde de nada, e em tudo quer satisfazer o que manda o autor da peça que pretende representar. (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 24 de março de 1863, p.2, col.5)

Já o segundo ponto acerca das dificuldades enfrentadas pelo artista português como ensaiador gira em torno do fato de que, atuando ao lado de atores formados pela escola romântica, Furtado precisava ensinar esses artistas os fundamentos principais da atuação realista. Porém, o ensaiador português não possuía tempo hábil para ensaiar um espetáculo e corrigir algum deslize dos atores, pois a estratégia empresarial de Duarte Coimbra foi de levar em cena vários dramas em sequência, para assim evitar a perda do “espírito de novidade”, e, por sua vez, o risco de ausência de público no Teatro Santa Isabel (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 24 de março de 1863, p.2, col.5).

No drama português *Cinismo, Ceticismo e Crença*, por exemplo, tais falhas ocorreram, sendo sofrível a atuação dos atores Flavio Wandeck e Thomaz Espinca. Mas Furtado, apesar de no dia estar doente, conseguiu representar bem o seu personagem:

Apesar de doente bastante, desde a véspera, o Sr. Furtado levou a personagem que copiava a mais alta esfera do que tem sido sempre que entre nós há sido representado, vibrando cordas bem fortes em certos corações, quando apresentou a hediondez de seu cinismo. O Sr. Flavio esteve sofrível, o melhor estaria se não ridicularizasse tanto o seu papel. O Sr. Thomaz também foi sofrivelmente, apesar mesmo das declamações com que representou, e que torna-se saliente em meio de seus colegas. (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 7 de abril 1863, p.1, col.5).

Não obstante alguns erros de representação, a companhia teatral apresentava bons espetáculos, sendo que as atuações de Furtado Coelho e Eugênia Câmara chegaram a conquistar o público recifense e principalmente os estudantes de Direito da Faculdade de Recife, tais como Franklin Távora, que se entusiasmou ao ver as atuações de Furtado Coelho (Aguiar, 2003: XV). Do mesmo modo, havia a admiração do artista português pelo escritor cearense, tanto que Furtado ao ler *Um mistério de família* revelou em carta o desejo de atuar no drama, interpretando o personagem Antonio Ferreira (Távora, 1877: n.p.). E como era de se esperar, tal fato ocorreu no dia 6 de junho, sendo que alguns dias depois o ator foi elogiado pela crítica teatral (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 11 de junho de 1863, p.8, col.2). Por fim, não podemos deixar de comentar a admiração de Castro Alves por Furtado Coelho e Eugênia Câmara. Vivendo nos idos de 1863 em Recife, para tentar uma vaga no curso de Direito, o poeta baiano sentiu-se impactado pelos dramas realistas e pelas atuações dos dois artistas portugueses (Calmon, 1956: 91).

Furtado Coelho permaneceu em Recife até agosto daquele ano, uma vez que um desentendimento entre ele e o empresário Duarte Coimbra ocasionou a sua saída da companhia teatral. Segundo explicações do proprietário da empresa dramática, o desligamento de Furtado da companhia teatral, e de outros artistas, tais como Eugênia Câmara e Antônio Lisboa, partiu desses atores, pois após o espetáculo de benefício da atriz Camilla Guimarães tais artistas perceberam um "mau acolhimento do público", além de terem recebido uma outra proposta de trabalho mais vantajosa (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 10 de agosto de 1863, p.2, col.4). Furtado Coelho não aceitou as explicações do empresário, tanto que no dia seguinte escreveu um texto em

sua defesa. Para o artista português, o motivo de sua saída da empresa dramática nada tinha a ver com uma oferta de trabalho melhor ou com uma suposta má acolhida do público, haja vista que os espectadores recifenses sempre o tratou com “apreço, simpatia e consideração” (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 11 de agosto de 1863, p.2, col.5). Na argumentação de Furtado, a razão do seu desligamento seria uma possível diferenças de esforços e pensamento na condução da companhia teatral e principalmente com o fato de a atriz Joanna Bittencourt, do ator Lisboa e de mais dois atores terem saído da companhia teatral. Furtado então percebeu que não valeria mais a pena dirigir a parte artística da empresa, sendo que “todos os esforços tendentes a sustentar a empresa” seriam inúteis (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 13 de agosto de 1863, p.3, col.2).

Por não ter contrato assinado com Duarte Coimbra, mas somente um acordo verbal com o empresário, estava aberto o caminho para Furtado Coelho seguir a sua carreira artística em outra província. Ele, Eugênia Câmara e outros artistas partiram para São Luís do Maranhão, pois foram contratados pelos empresários maranhenses Couto Rocha e Francisco Colás. O desembarque dos artistas na capital maranhense ocorreu em 20 de agosto de 1863 e cinco dias depois a companhia teatral já estreava no teatro São Luís com o drama *Dalila* (*Publicador Maranhense*, Maranhão, 20 de agosto de 1863, p.2, col.3). Ademais, Furtado atuou ainda em *Onfália*, *O gaiato de Lisboa*, *Lucia Didier*, *Casamento Singular*, *O poder do ouro* e na comédia *A viuvinha*, do dramaturgo francês Joseph Mery. Porém, um trabalho que poderia se estender até dezembro de 1863 ou adentrar no ano seguinte foi encerrado em razão de ter ocorrido dois desentendimentos entre Furtado Coelho e os empresários da empresa dramática.

A primeira desavença ocorreu em 31 de outubro de 1863, dia em que ocorreu a encenação do drama *A Redenção* e que era um espetáculo em homenagem ao aniversário do rei de Portugal D. Luiz I. Furtado, um pouco antes da apresentação, lembrou, então, que era prudente colocar um farol no salão de entrada do teatro, como forma de lembrar o público a não cantar o hino português, pois a canção não havia sido ensaiada. Porém, a recomendação do ator irritou um dos empresários, pois entoar o hino era uma maneira de homenagear as autoridades consulares que estavam na casa de espetáculo:

Como seja do uso antigo cantar-se o hino brasileiro nas noites de regozijo nacional e em atenção à solenidade do espetáculo e a presença das

primeiras autoridades e do corpo consular, que todo ali se achava, lembrou o Sr. Furtado Coelho que se pusesse no salão térreo de entrada um farol, no qual se desse ao público a exata notícia de não se poder cantar o hino português por não ter havido tempo para o ensaio do canto. Nada de mais justo. Um dos empresários, que nessa noite achava-se em rebeldia com toda a casta de desculpas, gritou ao proponente: não se põe o farol. (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 18 de novembro de 1863, p.1, col.5).

Sobre esse acontecimento, pode se pensar que tal ocorrência envolvesse uma questão política, e que Furtado, mesmo de origem portuguesa, não considerava pertinente misturar questões políticas com assuntos teatrais. Por outro lado, e que nos parece ser mais plausível, é que o fato revela o quão metódico era o artista português, uma vez que preferia ensaiar exaustivamente os espetáculos para que, assim, não ocorresse nenhum erro nas apresentações.

De concreto, é que apesar do desejo dos empresários em ter a execução do hino português, Furtado, numa postura firme, acabou vencendo a disputa. Porém, a sua relação com Couto Rocha e Francisco Colás ficaria estremecida:

Furtado Coelho encrespou o bigode, correu os dedos pelo anelado cabelo e mais firme do que a guarda imperial retorquiu: há de ir o farol. Ao empresário subiu o sangue a cabeça, ao ator esgotou-lhe a paciência, e de palavra em palavra, de frase em frase, chegaram ambos a um rompimento formal. A última voz do intrépido ator foi uma ameaça bem entendida: vai o farol ou eu não represento hoje! Representou-se; mas três dias depois Furtado Coelho e Eugênia Câmara tinham-se despedido do teatro. (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 18 de novembro de 1863, p.1, col.5).

Apesar de o *Diário de Pernambuco* informar que após esse embate, Furtado teria se afastado da empresa dramática, tudo nos leva a crer que o artista português permaneceu na companhia teatral por mais um mês. E foi nesse período, que ocorreu um segundo conflito entre ele e os empresários.

A nova desavença iniciou, então, quando o artista português foi à imprensa para demonstrar o desejo de no início do mês de dezembro apresentar dois espetáculos: o primeiro em 1 de dezembro, festejo de aniversário da Independência de Portugal, com apresentação do drama *Pedro* e a comédia *A corda sensível*, sendo o lucro do espetáculo revertido para o asilo de Santa Teresa e para a Sociedade Humanitária de São Luís; o segundo, em 2 de dezembro, espetáculo em homenagem ao aniversário de D. Pedro II, com a apresentação do drama *A redenção* e o vaudeville *A corda sensível*, com o lucro

da récita revertido para os cofres da empresa (*Publicador Maranhense*, Maranhão, 12 de novembro de 1863, p.2, col.3). Os empresários Rocha e Colás ao lerem no jornal a publicação de Furtado responderam ao ator português, argumentando que, desde o dia 11, a empresa já tinha escolhido o espetáculo que festejaria a Independência de Portugal e que a récita do dia 2 de dezembro, a peça a ser levada em cena seria a comédia *Os Estudantes da Bahia*, do escritor Luiz Miguel Quadros e não *A redenção* como desejava Furtado Coelho. Além do mais, a apresentação do segundo espetáculo que compreendia o drama *A Redenção* e o vaudeville *A corda sensível* incomodou os empresários, pois eles entenderam que essa récita seria o pagamento aos artistas pelo benefício encenado no dia anterior (*Publicador Maranhense*, Maranhão, 13 de novembro de 1863, p.2, col.4).

Após desligar-se da empresa teatral maranhense, o destino de Furtado Coelho foi a cidade de Belém do Pará, local onde criou uma companhia teatral própria. Sua estreia ocorreu em meados do mês de dezembro, atuando em *Dalila* e alguns dias depois no drama *Pedro* (*Publicador Maranhense*, Maranhão, 29 de dezembro, p.1, col.4). É certo que o artista português, em virtude do seu talento, teve o reconhecimento da população paraense. Porém, é necessário destacar que a boa acolhida do público ao trabalho de Furtado também se deu em razão do teatro realista ser uma novidade na província do Pará. Se antes os espectadores estavam habituados a assistir peças pouco atraentes, Furtado levou ao Teatro da Providência o chamado teatro sério:

Os leitores já sabem que o Furtado fez uma revolução no Pará? Este Furtado é Coelho, e a revolução de que falo não é nenhuma vinagrada ou angelinada. Foi uma revolução teatral, mas destas pacíficas, e não como algumas que ele tem feito.

Os nossos irmãos paraenses estavam acostumados a ouvir no seu *Providencia* alguns fadinhos bem dançados, Otelos de comédias, e outras coisas iguais. Chega o simpático mancebo, o artista gênio ou rei, desenfarda um caixote de elogios que todas as penas bem ou mal aparadas do império lhe tem tecido, e anuncia que vai representar. Foi um *fervet opus*, todos queriam vê-lo, ouvi-lo, admirá-lo a todo o custo. Nunca houve objeto que despertasse tanta curiosidade em parte alguma (*O Paiz*, Maranhão, 2 de janeiro de 1864, p.2, col.4).

Por outro lado, Furtado teve que enfrentar algumas dificuldades. Por contracenar com atores pouco talentosos e possivelmente não aptos ao estilo de interpretação da escola realista, os dramas encenados foram considerados por um crítico teatral de “pequena força”:

Nosso velho teatro se acha ora, como que remoçado pelo aparecimento entre nós, dos dignos atores Furtado Coelho e Eugenia Câmara.

A recepção que ambos tiveram entre nós foi estrondosa, e muito significativa. A ovação que de continuo os acolhe, da mesma forma tem sido estrondosa. Constantemente o teatro se acha repleto de espectadores, a mais não caber.

Em verdade Furtado Coelho é um ator, como poucos, e entre nós é o primeiro que, com tantas distinções artísticas, e mesmo de princípios ou bastante educação elementar, nos visita.

A excelência de ator reúne não só uma bela figura, como simpática voz, pelo que nos papeis ainda de menor força, sobressai.

As peças representadas, tem sido de pequena força, sendo para ele a de mais força o drama *Dalila*, que hoje pela terceira vez, sobe à cena em seu benefício. Parece que se limitam dramas tais pela insuficiência dos atores companheiros (*Publicador Maranhense*, Maranhão, 13 de janeiro de 1864, p.2, col.1)

O artista português finalizou o seu trabalho em terras paraenses provavelmente em janeiro de 1864, haja vista que em fevereiro Furtado já estava no Ceará para iniciar uma nova temporada como ator, ensaiador e empresário (*O Cearense*, Ceará, 16 de fevereiro de 1864, p.1, col.4). Sua estreia ocorreu em 21 de fevereiro com o drama *Dalila* e a cena-cômica *O Sr. José do Capote*, sendo na sequência da temporada encenadas as peças *Cinismo*, *Ceticismo e Crença*, *A proibidade*, *O gaiato de Lisboa*, *Uma paixão romântica*, *A viuvinha* e *Não Volto ao palco*. Porém, após um mês de trabalho, Furtado Coelho foi criticado por não levar em cartaz boas peças e que por isso a concorrência no Teatro Taliense era pequena (*O Cearense*, Ceará, 11 de março de 1864, p.3, col.3). O empresário português não se deu o trabalho de responder a crítica, provavelmente pelo fato de que os dramas importantes do seu repertório ainda estavam por vir, como por exemplo, *Rafael* e *Pedro*, com atuação do ator português, *Mãe*, de José de Alencar, *Abnegação*, de Ernesto Biester, *O marmorário*, *Trabalho e Honra* e *As mulheres de mármore*, mas estes sem atuação do artista⁸.

As mulheres de mármore foi a última peça ensaiada por Furtado Coelho no Teatro Taliense, sendo desconhecidos os motivos que o levou a abandonar a sua empresa dramática. Porém, é possível pressupor que o seu afastamento não tenha ocorrido de forma amigável, haja vista que um jornal da época considerou tal fato um abandono. Ademais, esta tese fica mais contundente quando é mencionado pelo mesmo periódico

⁸ Os dramas citados foram récitas de benefícios, tendo os cartazes dos espetáculos publicados no jornal *O Cearense* de 22 e 26 de abril; 6, 10, 13, 20 e 27 de maio de 1864.

que Furtado deixou o Ceará sem a companhia de Eugênia Câmara. Ou seja, o relacionamento amoroso dos artistas, o qual havia iniciado em 1860, estava desfeito:

Há nesta cidade um indivíduo chamado Francisco Coelho, mais conhecido por Xico Coelho que jurou proteger a quanto cômico por aqui aparece de arribada ou corrido das pateadas, de outros teatros.

Trata-se da ex-companhia Furtado Coelho que durante 4 meses e meio deu no público cearense espetáculos péssimos como o restante do pessoal da companhia.

Por certos desgostos que não vem ao caso referir, Furtado Coelho abandonou a companhia, que passou a ser dirigida pela cômica Eugênia Câmara sob a imediata proteção do Sr. Francisco Coelho, que proporcionou-lhe meios de continuar suas récitas (*O Cearense*, Ceará, 14 de junho de 1864, p.4, col.3).

O artista português deixou então o Ceará ao final do mês de junho de 1864 e sua intenção inicial era seguir para o Rio de Janeiro. No entanto, atendendo um novo pedido de amigos, Furtado aceitou retornar a Recife para apresentar três récitas no Teatro Apolo: em 22 de junho o drama *Cinismo, Ceticismo e Crença* e a comédia *Convido o Coronel* e em 28 de junho a peça *A justiça* e novamente a comédia citada (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 21 de junho de 1864, p.2, col.6). Já o terceiro espetáculo não é informado pelos periódicos. Porém, uma nova polêmica surgiu para fazer parte ao currículo do artista: Furtado Coelho e um certo Clínio Alves Ferreira, praça do exército, foram presos pela acusação de colocar fogo no Teatro Santa Isabel, casa de espetáculos essa do seu ex-sócio e desafeto, Duarte Coimbra, na noite do dia 7 para o dia 8 de julho.

De acordo com os depoimentos contidos no inquérito policial, Clínio afirmou às autoridades não ter participado do delito, mas que somente acompanhou o artista português até o local do crime. A responsabilidade em executar o ato doloso ficaria a cargo de Furtado, o qual teria amarrado pedaços de papeis e panos em um bastão, ateado fogo nesse objeto e depois o arremessado por uma das janelas da casa de espetáculo. Já Furtado Coelho, como era de se esperar, negou as acusações. Segundo o depoimento do artista, na noite do dia 7 para o dia 8, ele afirmou ensaiar no teatro Apolo até por volta das dez e meia da noite, sendo que depois teria se dirigido para o hotel, local da sua residência, ficando por lá até meia-noite. Após esse horário, Furtado relatou que teria alugado um carro para sair em companhia de Maria Bemvenuta dos Anjos, ficando na casa dessa senhora durante toda a noite. Somente às dez da manhã,

do dia oito, Furtado teria se retirado do local (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 27 de julho de 1864, p.1, col.4).

Por outro lado, as alegações do artista têm contradições, segundo o inquérito instaurado. Maria Bemvenuta, por exemplo, relatou a polícia que o ator português chegou em sua residência às nove da noite do dia sete. Ou seja, a alegação de Furtado de que estaria ensaiando traz dúvidas. Além do mais, as contradições se intensificam quando o dono do hotel, Mr. Blandin, relata às autoridades que esteve com o ator português depois das onze da noite; quando José Carlos Gonçalves, possivelmente funcionário ou artista do teatro Apolo, alega que acompanhou Furtado após o ensaio, deixando o acusado cinco minutos antes ou depois da meia noite; ou quando novamente Mr. Blandin explica que, às sete da manhã do dia 8, vira Furtado Coelho em seu quarto, ao contrário do que havia dito o ator português de que estaria em companhia de Maria Bemvenuta. Se não bastassem tais discrepância de fatos, Furtado entra em mais contradição quando nega ter tido um encontro com Clínio na noite do dia 6. Segundo o artista português, nesse dia, ele estava no teatro Apolo desde às quatro e meia da tarde, permanecendo até a uma hora da manhã, pois houve espetáculo. Porém, segundo o inquérito policial, a récita foi no dia 5 e não no dia 6.

O incêndio no Teatro Santa Isabel não foi de grandes proporções, uma vez que o fogo iniciado a partir de uma das janelas destruiu apenas alguns objetos, permanecendo a estrutura da casa de espetáculos intacta. Mas, mesmo havendo a destruição de poucos utensílios, Duarte Coimbra não acreditou nas alegações de Furtado e muito menos o perdoou pelo suposto crime, tanto que a polêmica em questão se estendeu pelos jornais com os dois ex-colegas de palco trocando acusações⁹.

Furtado Coelho foi considerado inocente pela tentativa de incêndio ao Santa Isabel. Na sentença dada pelo juiz do processo, entendeu-se que não poderia condenar o ator português, em razão de não ter sido realizado o corpo de delito. Ou seja, o delegado responsável pela investigação não coletou as provas e os vestígios existentes na casa de espetáculos que poderiam incriminar o artista (*O Liberal*, Pernambuco, 6 de agosto de 1864, p.1, col.4).

⁹ Os textos de Duarte Coimbra podem ser conferidos no *Diário de Pernambuco* de 20 e 23 de agosto de 1864. Já os textos de Furtado Coelho foram publicados no *Jornal do Recife*. Porém, a Hemeroteca Digital não disponibiliza o periódico em seu ano de 1864. Sabemos da existência dos textos do ator português a partir dos artigos de Duarte Coimbra.

Assim, não havendo mais acusações, Furtado deixou Recife no vapor Maranguape no final do mês de agosto de 1864, mas sendo o seu destino desconhecido. Somente sabemos que a embarcação seguiu para a cidade de Penedo, em Alagoas, e depois prosseguiu para portos intermediários (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 26 de agosto de 1864, p.1, col.3). É bem provável, portanto, que Furtado tenha permanecido na região Norte do país por mais algum tempo ou até mesmo se deslocado até Portugal, antes de retornar ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1865, onde se tornaria empresário, ator e ensaiador do Teatro Ginásio até o final de 1869. Era o regresso, portanto, à antiga casa.

Referências Bibliográficas

Fontes

[Autoria Desconhecida]. Movimento do Porto. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1860, p.2, col.4. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/14090>. Acesso em 21 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Notícia. *O Argos*, Santa Catarina, 21 de novembro de 1861, p.1, col.2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/767735/188>>. Acesso em 21 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Notícia. *O Argos*, Santa Catarina, 26 de novembro de 1861, p.1, col.1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/767735/204>>. Acesso em 23 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Teatro de Santa Isabel. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 4 de março de 1863, p.3, col.6. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/831>. Acesso em 23 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Teatro de Santa Isabel. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 11 de março de 1863, p.3, col.3. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/8359>. Acesso em 23 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Revista Diária. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 13 de março de 1863, p.2, col.3. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/8374>. Acesso em 23 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Teatro de Santa Isabel. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 24 de março de 1863, p.2, col.5. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/>. Acesso em 22 jun 2019.

[Autoria Desconhecida]. Revista Diária. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 7 de abril de 1863, p.1, col.5. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/8525>. Acesso em 23 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Companhia Dramática. *Publicador Maranhense*, Maranhão, 20 de agosto de 1863, p.2, col.3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/14568>>. Acesso em 22 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Transcrições. *Publicador Maranhense*, Maranhão, 29 de dezembro de 1863, p.1, col.4. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/docreader/720089/14985>>. Acesso em 22 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Correspondência particular do Publicador Maranhense. *Publicador Maranhense*, Maranhão, 13 de janeiro de 1864, p.2, col.1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/15030>>. Acesso em 23 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Pacotilha. *O Paiz*, Maranhão, 2 de janeiro de 1864, p.2, col.4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/704369/220>>. Acesso em 23 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Companhia. *O Cearense*, Ceará, 16 de fevereiro de 1864, p.1, col.4. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/709506/5803>>. Acesso em 23 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Publicações. *O Cearense*, Ceará, 11 de março de 1864, p.3, col.3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/709506/5833>>. Acesso em 23 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Teatro. *O Cearense*, Ceará, 14 de junho de 1864, p.4, col.3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/709506/5936>>. Acesso em 22 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Teatro de Apolo. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 21 de junho de 1864, p.4, col.6. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/11461 >. Acesso em 22 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Revista Diária. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 27 de julho de 1864, p.1, col.4. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/11692>. Acesso em 22 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Delegacia de polícia. *O Liberal*, Pernambuco, 6 de agosto de 1864, p.1, col.4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/709522/759>>. Acesso em 22 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Revista Diária. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 26 de agosto de 1864, p.1, col.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/11892>. Acesso em 22 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Teatro de Santa Isabel. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 24 de março de 1863, p.2, col.5. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/8446>. Acesso em 26 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Revista Diária. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 18 de março de 1863, p.2, col.4. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/8406>. Acesso em 26 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Anúncios. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, de 6 de dezembro de 1856, p.3, col.3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/12666>>. Acesso em 26 jun. 2019.

[Autoria Desconhecida]. Maranhão. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 18 de novembro de 1863, p.1, col.5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/10039>. Acesso em 26 jun. 2019.

CARLOS. Crônica da Quinzena. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1860, p.319. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/181773/3148>>. Acesso em 22 jun. 2019.

DUARTE COIMBRA, Antonio José. Teatro de S. Isabel. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 10 de agosto de 1863, p.2, col.4. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/9367>. Acesso em 22 jun. 2019.

FURTADO COELHO, Luiz Candido. Ao público. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 11 de agosto de 1863, p.2, col.5. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/9375>. Acesso em 21 jun. 2019.

_____. Ao público. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 13 de agosto de 1863, p.3, col.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/9392>. Acesso em 21 jun. 2019.

_____. Ao público. *Publicador Maranhense*, Maranhão, 12 de novembro de 1863, p.2, col.3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720089/14838>>. Acesso em 21 jun. 2019.

_____. Ao ilustre artista João Caetano dos Santos, rei da cena brasileira. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1857, p.2, col.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/44607>. Acesso em 21 jun.2019.

"G de B". Teatro de Santa Isabel. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 11 de junho de 1863, p.8, col.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/8981>. Acesso em 21 jun. 2019.

ROCHA, Couto; COLÁS, Francisco. Publicações Pedidas. *Publicador Maranhense*, Maranhão, 13 de novembro de 1863, p.2, col.4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720089/14842>>. Acesso em 21 jun. 2019.

Bibliografia

AGUIAR, Cláudio. *Introdução*. In: _____. Teatro de Franklin Távora. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

AZEVEDO, Elizabeth R. *Um palco sob as arcadas: o teatro dos estudantes de direito do largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2000.

CALMON, Pedro. *A vida de Castro Alves*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

DAMASCENO, Athos. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1956.

FARIA, João Roberto. *O teatro realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo, Perspectiva, 1993.

_____. O teatro realista. In: FARIA, João Roberto (org). *História do teatro brasileiro: das origens ao teatro profissional da primeira metade do Século XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2012, v1, p. 159-218.

_____. Machado de Assis e os estilos de interpretação teatral do seu tempo. *Revista USP*, São Paulo, n.77, p.135-148, mar. 2008.

FEUILLET, Octave. Dalila. In: _____. *Ouvres Complètes*. Paris: Calmann Lévy, Éditeur, 1891.

FILGUEIRAS SOBRINHO, Francisco Antonio. *Estudos Biográficos. Teatro. Furtado Coelho*. Pernambuco, 1863.

HESSEL, Lothar; RAEDERS, Georges. *O teatro no Brasil sob Dom Pedro I – 1ª parte*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1979.

PAIXÃO, Múcio da. *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasília Ed., 1917.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *As noites do Ginásio – Teatro e tensões culturais na corte (1832-1868)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

TÁVORA, Franklin. *Um mistério de família*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1877.

ZAMBRANO, Gustavo. *A trajetória artística de Furtado Coelho nos palcos brasileiros: (1856 – 1867)*. São José do Rio Preto: 2018, 443f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2018.

Mutualismo e Imprensa: o processo de fundação da mutual dos tipógrafos e a Revista da Associação Tipográfica Baiana

Humberto Santos de Andrade*

Resumo: Este artigo trata de parte do processo de fundação da Associação Tipográfica Baiana - a mutual de ofício dos trabalhadores gráficos do estado da Bahia - ocorrido no final do terceiro quartel do século XIX, bem como apresenta um dos seus periódicos: a "Revista da Associação Tipográfica Baiana". Os objetivos aqui são analisar e compreender um pouco da trajetória dessa organização que representou e acolheu parte dos membros dos ofícios de tipógrafo, livreiro e litógrafo da cidade de Salvador, como também o periódico produzido por ela. Para tanto, apresenta-se alguns dos resultados obtidos com a investigação das origens da mutual e algumas características concernentes ao formato e objetivo da publicação.

Palavras-chave: Mutualismo, Imprensa, Tipógrafos.

Mutualism and Press: the foundation process of the mutual of typographers and the Revista da Associação Tipográfica Baiana

Abstract: This article deals with part of the foundation process of the Associação Tipográfica Baiana - the mutual organization of the graphic workers of the state of Bahia - that occurred at the end of the third quarter of the 19th century, as well as one of its periodicals: the "Revista da Associação Tipográfica Baiana". The objectives here are to analyze and understand some of the trajectory of this organization that represented and welcomed part of the members of the typographer, bookseller and lithographer of the city of Salvador, as well as the periodical produced by them. To do so, it presents some of the results obtained with the investigation of the origins of the mutual and some characteristics concerning the format and purpose of its publication.

Keywords: Mutualism, Press, Typographers.

* Humberto Santos de Andrade. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP/Assis. E-mail: hsandrade76@gmail.com

A Associação Tipográfica Baiana, sociedade fundada por 68 tipógrafos, livreiros e litógrafos na capital baiana em 30 de Outubro de 1870 e instalada em 16 de Abril de 1871, foi uma associação de socorros mútuos existente na cidade do Salvador. Serviu de abrigo previdenciário e médico nos momentos de adversidade vividos pelos profissionais do setor gráfico baiano, bem como estabelecimento de instrução, nesse período histórico. Neste texto, trata-se, sobretudo, das razões pelas quais a Associação Tipográfica Baiana foi criada e do papel e estrutura de um dos seus órgãos de imprensa.¹

Associações, tal como a Tipográfica Baiana, organizavam-se a partir dos interesses comuns, que envolviam um determinado agrupamento profissional. Percebe-se, nas páginas dos registros² legados ao historiador, que a influência dos sócios fundadores condicionava muitos dos rumos tomados pela entidade. Os princípios e metas a serem atingidos eram discutidos e propunha-se sua incorporação aos estatutos após discussão e aprovação por parte daqueles que compunham o corpo social da entidade. Tal espaço de discussão e deliberação era a assembleia geral, que recebia, periodicamente, novas demandas, tendo em vista a adequação da entidade aos desafios do momento.

As sociedades mutualistas, como fenômeno histórico, surgiram no Brasil no período compreendido entre o Primeiro Reinado e o fim da Primeira República, isso em virtude de mudanças na legislação brasileira que regia a criação de associações de várias naturezas no pós-independência. O marco dessa mudança foi a regulamentação dada pela Constituição de 1824, no que respeita ao exercício dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. Vale lembrar que a Carta outorgada por D. Pedro I proibiu as corporações de ofícios. É provável que as mutuais que se organizaram no início da década de 1830 carregassem, nos seus primórdios, práticas herdadas das corporações, situação que se alterou com as transformações operadas no mundo do trabalho.

O artigo 179 da Carta de 1824 tratava da “inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros” e tinha por “base a liberdade, a segurança individual e a propriedade”, enquanto no inciso XXV determinava que estavam “abolidas as

¹ Este texto é parte dos resultados obtidos com a pesquisa para a dissertação de Mestrado intitulada: “Gráficos e Mutualismo: a trajetória da Associação Tipográfica Baiana (Salvador, final do século XIX e início do século XX)”, defendida em 16 de julho de 2014 no Programa de Pós-Graduação em História da UNESP (Campus de Assis), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Tania Regina de Luca.

² Refiro-me, sobretudo, às fontes encontradas que possibilitaram a investigação da trajetória da Associação Tipográfica Baiana. São elas: os Relatórios de Exercício e os periódicos “Revista da Associação Tipográfica Baiana” e “Boletim Gráfico”.

Corporações de Ofícios, seus Juizes, Escrivães e Mestres”³. Uma década depois de tal proibição, surgiu uma nova experiência associativa no Brasil, materializada nas associações mutualistas, ou seja, entidades que, “mediante contribuições mensais asseguravam aos sócios serviços previdenciários como tratamento médico, auxílio a doentes, inválidos, velhos e viúvas” (Luca, 1990: 7).

Além disso, as mutuais poderiam assumir funções que iam desde a formação profissional do indivíduo, como é o caso do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia,⁴ até a constituição de espaços nos quais a preocupação centrava-se na cultura⁵ dos associados, que podiam ter acesso a livros, periódicos e mesmo a aulas noturnas. Tal como no caso inglês, as associações mutualistas não cumpriram apenas fins previdenciários, mas compreendiam uma cultura de reciprocidade, para retomar os termos de Thompson. Essa cultura redundava em organizações do tipo da sociedade de aperfeiçoamento mútuo, “formal ou informal, que se reunia semanalmente com o propósito de adquirir conhecimento” (Thompson, 1987, v. III: 340).

As grandes sínteses sociológicas, que tratam da formação da classe operária brasileira, não conseguiram dar azo à imensa e multifacetada configuração social do país. Como afirma Maria Célia Paoli, discutindo “essas histórias que se perderam e cujo registro se acha pelos cantos dos jornais da época”, não atentar para a heterogeneidade tanto da classe operária quanto dos processos⁶ de industrialização do Brasil, é deixar de perceber e registrar “a visível *heterogeneidade* da classe operária em formação.” (Paoli, 1987: 63).

³ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm.

⁴ Cf. LEAL, Maria das Graças Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)*. Salvador: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996. Aqui, um caso interessante de uma entidade que inicia sua trajetória como uma mutual forjada a partir da conjugação dos interesses de trabalhadores e da elite política e econômica baiana, tendo sua história marcada pelos interesses de ambos os segmentos sociais, inclusive fazendo parte da estrutura estatal de formação e qualificação dos operários.

⁵ Utilizo este termo aqui no sentido de acúmulo de conhecimentos, sejam eles literários, científicos ou outros. Ainda não me refiro a uma “cultura associativa”, no sentido do que pode ter ocorrido como parte do fenômeno mutual.

⁶ Digo processos, pois, dependendo de região/Estado para outra/outro, os fatores que impulsionaram o desenvolvimento econômico poderiam ser diversos.

As associações mutualistas como objeto da História

Até fins da década de 1970, a maioria dos trabalhos de pesquisa histórica ou sociológica postulava a inexistência da classe operária no Brasil antes de 1930.⁷ No que toca às associações mutualistas, eram tomadas como um embrião dos sindicatos, relegando-as a uma protohistória do sindicalismo brasileiro. Aliás, o adjetivo embrionário é a expressão utilizada por Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi,⁸ quando tratam das primeiras associações e manifestações de classe entre os operários brasileiros. Além da abordagem realizada pelas sínteses sociológicas, conta-se também com uma produção que a antecede, vinculada aos militantes.⁹ Essa história iniciou-se já nos primeiros anos do século XX, com trabalhos como o de Evaristo de Moraes,¹⁰ conforme observou Cláudio Batalha.¹¹

Nos anos 1950 e 1960, o tratamento dado ao tema da história dos trabalhadores caracterizou-se principalmente, segundo Batalha, por duas formas de abordagem: as efemérides e as histórias de “corte” ou histórias “inaugurais”, às quais se podem adicionar o gênero memórias, aliás, presentes ao longo de todo o século XX.¹² Como traço comum dessa produção militante sobressai “a função legitimadora, da classe, da política sindical, da corrente ideológica ou partido, ou, ainda, do indivíduo militante” (Batalha, 2001: 147).

A história dos trabalhadores no Brasil é tributária de produções de cunho sociológico, preocupadas em construir grandes sínteses explicativas da “evolução” e “desenvolvimento” da classe operária. Tais pesquisas ancoravam-se num modelo de interpretação que relegava tudo o que era considerado como pré-político ao limbo dos trabalhos acadêmicos. Neste espaço entre o dito e o não dito da historiografia,

⁷ Paoli refere-se às obras de RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976 e, por fim, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil – 1930-1945*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1979. A autora assinala ainda que, provavelmente, essa ideia advenha do pensamento de Oliveira Vianna.

⁸ Cf. HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Ed., 1982.

⁹ Cf. HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5 nº 10.

¹⁰ Cf. MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. 2. ed. São Paulo, LTR Editora, 1971.

¹¹ Cf. BATALHA, C. H. M. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências*. In: FREITAS, Marcos César. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. – 4a. ed.. São Paulo: Contexto, 2001.

¹² Idem.

encontravam-se as associações de socorros mútuos, desprezadas tanto pela produção acadêmica quanto pela produção militante. Como escreve Luca, “analisando mais de perto a questão foi possível perceber que o desprezo pelo mutualismo subordinava-se menos à sua pequena importância do que a posicionamentos teóricos assumidos pelos pesquisadores” (Luca, 1990: 7). Essas interpretações a que nos referimos são as que estão presentes nos trabalhos de autores brasileiros das décadas de 1960 até 1980. A ideia de “embrião – aquilo que não pode ser definido pelo que é, mas pelo que virá a ser – fez escola” (Luca, 1990: 7).

Não tratavam do mutualismo como um objeto digno da pesquisa histórica por não se enquadrar nos modelos “típicos” da classe operária, tomados como paradigmas de transformação. Na visão dos historiadores do trabalho, em geral adeptos de uma postura militante tanto dos operários quanto de si próprios, o movimento operário digno de cidadania historiográfica iniciava-se com os sindicatos.

Reflexo da postura evolucionista é o apego à cronologia que, a despeito da sua importância, não deve sobrepor-se à dinâmica própria e às “peculiaridades” da classe operária brasileira e do seu movimento, que comporta rupturas e continuidades.

Tal como assinalou Thompson ao estudar os efeitos das “inovações” tecnológicas na Inglaterra industrial e a consequente “exploração” das classes trabalhadoras, eram múltiplas as formas organizativas:

Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos – além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária (Thompson, 1987, v. II: 17).

Talvez aqui se delineie um ponto polêmico, principalmente nas abordagens mais recentes do mutualismo no Brasil,¹³ debate que envolve distintos “lugares sociais” da pesquisa acadêmica. Primeiro, uma interpretação mais voltada para a compreensão de que as sociedades mutualistas comportaram, na sua trajetória, potencialidades de formação da classe operária para si e em si. Outra vertente entende que nem mesmo

¹³ Veja-se a esse respeito dois artigos: BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente.*; e VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas*, ambos publicados no dossiê da Revista Mundos do Trabalho, v. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.

a categoria “classe social” seria apropriada para o seu estudo e, por fim, uma terceira que as relacionavam ao atendimento de necessidades, sem maiores preocupações com a construção de uma identidade operária ou classista.¹⁴

A investigação realizada por Tania de Luca acabou por renovar a compreensão que se tinha acerca dessas associações de trabalhadores ou operários, pois contém evidências empíricas que, ao contrário do que estava sacramentado na historiografia brasileira referente ao tema, as mutuais não foram o embrião de organizações tais como os sindicatos, desconstruindo-se, assim, a lógica de sucessão. O que se constata, como um dos resultados da obra *O sonho do futuro assegurado*, é que associações mutualistas conviveram no mesmo espaço temporal e geográfico com sindicatos, principalmente na Primeira República.

Do ponto de vista teórico, também se iniciava a reavaliação do que se entendia sobre as formas de organização da classe operária. A concepção que regia os estudos sobre a classe trabalhadora remetia a um quadro em que esses vários tipos de associações de trabalhadores eram arrolados de forma linear, a partir de uma orientação típica de um etapismo, subjacente a uma ideia teleológica da história. Luca propõe que, além de se romper com a visão do mutualismo como algo estanque que apenas deu lugar em etapa ulterior aos sindicatos, se compreenda o mutualismo como um

objeto de análise distinto e dotado de especificidade: [...] as sociedades de auxílios foram tomadas como representantes de uma fase inicial e curta, logo seguida pelo aparecimento dos sindicatos. [...]. Por outro lado, a suposta incompatibilidade entre as mutuais e o desenvolvimento de relações capitalistas de produção não resiste a uma análise mais profunda (Luca, 1990: 8).

É possível perceber que as sociedades de socorro mútuo – enquanto uma forma de manifestação da cultura associativa dos trabalhadores – são, de fato, anteriores, no espaço e no tempo, aos sindicatos e outras organizações tidas como de “resistência”. Porém, não se infere disso que as mutuais gestaram os sindicatos – sendo assim uma forma prototípica dessas organizações –, tampouco sua existência foi curta e seu ocaso ocorreu no alvorecer das novas relações sociais e econômicas que se estabeleceram

¹⁴ Ver SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre, RS: 2004. Tese (doutorado). - Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

com o fim do sistema escravista. Pelo contrário, as mutuais não deixaram de existir, o que aponta para o fato dessas organizações terem sido “contemporâneos e não excludentes” (Luca, 1990: 11). Portanto, são duas formas distintas de associação de trabalhadores para o interesse do estudo aqui empreendido, mesmo porque as mutuais não se restringiam ao universo dos trabalhadores, poderiam comportar outros tipos de interesses que não necessariamente os de ofício.

É nesse contexto, segundo o que se apurou nas investigações do objeto de estudo, que a primeira mutual é criada no Brasil, sendo ela a Sociedade dos Artífices, em 16 de dezembro de 1832, na província da Bahia.¹⁵ Outras mutuais surgiram, caso da Sociedade Auxiliadora das Artes e Beneficente, em março de 1835, “com o fim de tratar do melhoramento das artes e de beneficiar os associados e suas famílias,”¹⁶ e da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, em Recife, que tinha como objetivo “instruir e socorrer seus membros” (Cord, 2009: 9). Desta forma, destacando o papel da capital baiana do ponto de vista cronológico, o mutualismo em Salvador precedeu outras regiões, mesmo que num intervalo de poucos anos.¹⁷

Do ponto de vista do ordenamento jurídico, a legislação que passou a normatizar, de forma mais específica, o funcionamento das associações mutualistas pode ser identificada a partir da segunda metade do século XIX, com a promulgação da Lei nº. 1083, de 22 de Agosto de 1860, que continha providências sobre os bancos de emissão, meio circulante e diversas companhias e sociedades. No seu artigo 2º, § 1º, a lei assim dispunha sobre a “organização e regime” de sociedades, entre as quais estavam as de socorros mútuos:

As Companhias ou Sociedades Anônimas, Nacionais ou Estrangeiras, suas Caixas Filiais ou Agências, que se incorporarem ou funcionarem sem autorização concedida por Lei ou por Decreto do Poder Executivo, e aprovação de seus estatutos ou escrituras de associação, além de incorrerem na pena do art. 10 do Decreto n. 575 de 10 de Janeiro de 1849, pagarão as que tiverem capital social a multa de 1 a 5% do mesmo capital, e as que o não tiverem a de 1\$000 a 5:000\$000, pelas quais

¹⁵ Cf. BRAGA, Julio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Edições Ianamá. Salvador, 1987, p. 23. Ver também SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *O Monte-Pio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998, p. 35.

¹⁶ Cf. BATALHA, Cláudio H. M. *Op. cit.*

¹⁷ Cf. Julio Santana Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Edições Ianamá. Salvador, 1987, p. 23. Ver também Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva, *O Monte-Pio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998, p. 35.

multas, assim como por todos os atos das referidas Sociedades, ficam solidariamente responsáveis os sócios que as organizarem ou tomarem parte em suas deliberações, direção ou gerência, e as pessoas que direta ou indiretamente as promoverem (Lei nº 1.083, de 22 de Agosto de 1860).

Constata-se que a iniciativa do Estado brasileiro no sentido de regular, do ponto de vista jurídico, as organizações, acabava por colocar, lado a lado, mutuais, bancos e companhias congêneres, dedicadas, sobretudo, às atividades ligadas ao mundo da economia e das finanças. O texto da lei assim prosseguia no que tocava à disposição anteriormente citada:

Esta disposição é aplicável aos Montepios, às Sociedades de Socorros Mútuos, às Caixas Econômicas, e à toda e qualquer Sociedade sem firma social, administrada por mandatários, ainda que seja beneficente. Aos presidentes das províncias, e na forma de Regulamentos dos Governos, pertence a faculdade de autorizar e aprovar os estatutos dos Montepios e das Sociedades de Socorros Mútuos ou de qualquer outra associação de beneficência estabelecida nas províncias... (Lei nº 1.083, de 22 de Agosto de 1860).

Ainda no mesmo ano de 1860, foi publicado o Decreto 2.711, que dispunha sobre a criação de bancos, companhias, sociedades anônimas e outras, reafirmando a obrigatoriedade das sociedades de "toda e qualquer qualidade", sem firma social, necessitarem de autorização e aprovação por parte do Presidente de Província. Rezava o Artigo 27, § 1º:

A autorização e aprovação dos Montepios das Sociedades de Socorros Mútuos, e de qualquer outra sociedade de beneficência sob a forma anônima será concedida nas Províncias pelos respectivos Presidentes, mediante as fórmulas requeridas pelos capítulos antecedentes, e observadas as disposições especiais dos seguintes, e quaisquer outras que no futuro forem estabelecidas em Regulamentos expedidos pelo Governo (Decreto nº 2.711 de 19 de Dezembro de 1860).

O mesmo parágrafo dispunha, no que tange às sociedades de socorros mútuos, que deveriam

ter unicamente por objeto prestar auxílios temporários aos seus respectivos sócios efetivos nos casos de enfermidade, ou inutilização de serviço, e socorrer, no caso de seu falecimento, às despesas do seu funeral (Decreto nº 2.711 de 19 de Dezembro de 1860, Art. 31).

Sobre os estatutos das mutuais, o decreto estabelecia que deveriam conter e mencionar, em primeiro lugar, as condições de admissão, exclusão, ou eliminação dos

sócios, e número destes; em seguida, especificava os casos em que os socorros deveriam ser prestados, o modo de sua prestação, o respectivo quantitativo e sua fiscalização; em terceiro lugar, a importância de cada contribuição ou cotização, as épocas em que deveriam ter lugar, o modo de sua percepção ou arrecadação e as penas em que deveriam incorrer os remissos, ou morosos; em quarto lugar, os estatutos deveriam conter e mencionar o emprego do fundo social; e, por fim, o modo de administração da associação mutualista, e as condições de nomeação ou elegibilidade de seus membros, devendo o Presidente ser nomeado pelo Governo na Corte, e pelos Presidentes nas Províncias.

A fundação da Associação Tipográfica Baiana

A razão para a fundação da Associação Tipográfica Baiana relacionava-se à necessidade e ao ideal de criação de uma sociedade para a “classe”,¹⁸ ideal já alimentado pelos tipógrafos desde os anos 30 do século XIX e que se ligava, fundamentalmente, ao fato de os tipógrafos, enquanto trabalhadores, desejarem construir um espaço de socorro durante as adversidades, como também de instrução e organização dos membros do ofício. Duas tentativas anteriores não chegaram a bom termo. A primeira, no contexto em que estava em curso a Sabinada, sobre a qual se tem poucas informações, à exceção de registro da data de 1837. A segunda ocorreu no ano de 1857, por iniciativa de Eduardo Daniel Galvão, auxiliado pelos colegas de ofício Ladisláo José de Mattos, Albino Henriques da Silva e Eustaquio José de Souza. Os interessados, mais de trinta tipógrafos, reuniram-se numa sala da tipografia do Sr. França Guerra, no Beco do Tira-Chapéu, sob a presidência do Sr. Lucídio de Souza Mascarenhas, para a instalação do conselho provisório, encarregado de dirigir os trabalhos até que se inaugurasse a sociedade.¹⁹

Com o declínio do escravismo e a conseqüente redefinição do sistema econômico, ocorre também a reavaliação social do trabalho e do trabalhador. A antiga compreensão negativa do trabalho braçal vai perdendo espaço para outra pautada na sua valorização. A visão que fazia das artes manuais ocupações para homens inferiores cedeu lugar à crescente louvação das habilidades manuais, dotadas de um novo *ethos*, característico

¹⁸ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia, Abril, 1903, nº 10, p. 161.

¹⁹ *Idem*, p. 165.

das sociedades burguesas e que ganhou força a partir das transformações ocorridas no Brasil dos inícios do século XIX.

A cidade de Salvador, capital da província, assumiu, a partir de 1763, a condição de “rainha viúva”, ainda que “uma rainha viúva grandiosa, shakespeariana” (Zweig, 2013: 230). Assim, “ela desposou o passado” e já há tempos havia entregado “seu poder real a uma geração mais nova e impaciente” (Zweig, 2013: 230). Na tentativa de manter sua dignidade, a cidade ensaiou passos no sentido de manter sua significância econômica, apesar das dificuldades oriundas da perda da centralidade nas decisões políticas.

Salvador, que, no período colonial, foi o “principal esteio”²⁰ da economia do Brasil, estagnou a partir de 1823, o que comprometeu o protagonismo econômico que desfrutara antes da Independência, como bem evidenciou Kátia Mattoso em seus estudos sobre séries econômicas da Província.²¹

Nesse contexto, em que a cidade da Bahia - como assim por muito tempo era chamada a velha Salvador - perdeu sobremaneira o seu poder político, não obstante continuar sendo um importante entreposto comercial, graças, sobretudo, à sua localização e possuir como atributo um importante porto marítimo, as relações sociais e econômicas passaram por transformações.

As formas de organização social e, conseqüentemente, os círculos de sociabilidade adaptavam-se às novas normas legais e às pressões desse novo contexto. Inseridas nesse novo quadro que se delineou, com o Brasil aderindo às exigências do modelo de organização jurídico e econômico do capitalismo moderno, as sociedades de socorro mútuo tornaram-se cada vez mais presentes no universo associativo do país.

Desta forma, os tipógrafos baianos tiveram a iniciativa de criar uma organização que os representasse e congregasse os seus companheiros de ofício no objetivo de atingir os interesses da “classe”.

O discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito, um dos líderes pioneiros - juntamente com Eduardo Daniel Galvão e Domingos Francellino da Silva²² - na criação da

²⁰ Cf. MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. - Salvador: Corrupio, 2004, p. 57.

²¹ Idem.

²² Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 166.

Associação Tipográfica Baiana, pronunciado na sessão de fundação do grêmio, naquela data de 30 de outubro de 1870, onde inicialmente reuniram-se trinta e um “membros da classe”,²³ ilustra bem a quem a associação direcionava seus objetivos. Assim começa o discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito:

Meus colegas:

A aurora de nossa regeneração surge ante o combate das ideias, ante a cruzada do progresso, pelo pórtico imortal da civilização.

O apelo que fizemos aos apóstolos de Gutenberg foi correspondido pela confiança que nestes espíritos reina, acerca de tudo quanto é belo e sublime.

Que imponente e majestoso espetáculo apresenta hoje aqui a imprensa da Bahia! Uma reunião compacta de tipógrafos, livreiros e litógrafos – são elos de uma mesma cadeia, porque identificados em uma só ideia, tendem a um fim comum.

Oh! Colegas, o meu coração extasia-se por este extraordinário e soberbo acontecimento!

Condenados por muito tempo ao silêncio, falamos por fim, e nossa palavra menos autorizada se ergueu fracamente, porém firme na convicção do seu dever, para advogar sinceramente os interesses da classe a que pertencemos.

O véu misterioso do impossível envolvera a existência de uma associação tipográfica; esperanças não havia mais de levantá-la, e nós, abatidos e amordaçados, humildemente curvamos as nossas frentes, sem que uma voz em nossa defesa se fizesse ouvir. Parecia estar de todo extinto, entre nós, o espírito de classe, e dir-se-ia que a ambição de cada um colocava-se mais alto que o interesse de todos.

Enquanto na Bahia, a arte tipográfica definhava e ia a caminho da servidão, nessa Atenas brasileira, – província fértil em produzir estadistas, diplomatas, sábios, guerreiros e artistas – em quase todas as províncias do Império fundavam-se associações tipográficas e órgãos sustentadores de seus direitos (*Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano II, nºs 15 e 16, p. 35-6).

Interessante notar que, nas palavras de Joaquim Hyppolito, há claramente uma visão iluminista de mundo, que se alinhava ao projeto libertador da humanidade pela imprensa. Essa perspectiva de progresso e de civilização alentava os tipógrafos baianos no sentido de organizarem-se em uma associação que defendesse seus interesses comuns. Os tipógrafos, livreiros e litógrafos consideravam-se apóstolos de Gutenberg e, por conseguinte, deveriam ser ciosos da tarefa que lhes incumbia a história, ou seja, de serem os guardiões do invento da imprensa. Além do mais, a confiança em tudo o que é belo e sublime fazia parte do universo do tipógrafo, por isso ele não hesitou em

²³ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano II, nºs 15 e 16, p. 35.

atender ao apelo dos três pioneiros. Pelo menos é a impressão que se quer fixar no início do discurso.

Conclui-se assim, todo o processo de fundação da Associação Tipográfica Baiana que, na realidade, havia sido iniciado na primeira tentativa em 1837, passado pela outra de 1857, capitaneada por Eduardo Daniel Galvão, e culminada em 1870, também sob a liderança desse tipógrafo. Com essa etapa concluída, ou seja, a consecução do projeto de congregar os tipógrafos em uma sociedade de socorros mútuos, seguiu-se o estágio de reconhecimento legal da entidade, o que dependia da anuência das autoridades provinciais, como rezava a legislação da época.

“Artes e Ofícios” na Salvador da Província e do Estado

Na cidade de Salvador de meados e fins do século XIX, o mercado de trabalho poderia ser dividido em duas grandes esferas – a do trabalho livre e a do trabalho escravo. Havia, como escreveu Katia Mattoso, uma “dupla estrutura do trabalho urbano” (Mattoso, 1992: 530). Essa dupla estrutura compunha-se de um segmento constituído por trabalhadores brancos, mulatos e negros livres e outro segmento constituído exclusivamente por escravos. Num contexto em que o exercício de alguns ofícios era vedado aos escravos, é fundada a 30 de outubro de 1870, por tipógrafos soteropolitanos, a Associação Tipográfica Baiana. Não se sabe se a atividade gráfica era interdita aos escravos, dado que no universo das “artes e ofícios” havia uma hierarquização em que se compartimentava essa estrutura em ofícios prestigiosos e outros não. Mattoso relaciona alguns desses ofícios considerados prestigiosos em meados do século XIX. Eram eles os de ourives, colchoeiros, fabricantes de mastros ou relojoeiros; já os ofícios de toneleiro, caldeireiro, serrador de madeira e calafate entre outros, eram considerados atividades mais humildes (Mattoso, 1992: 534). No levantamento realizado por essa historiadora, não aparece o ofício de tipógrafo nessa relação hierárquica da estruturação das ocupações. Contudo, por outras evidências²⁴,

²⁴ Cf. DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. – Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 116; VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e Operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. – São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000, pp. 96-7; Além dessas referências, a qual, no primeiro caso, tratou-se de tipógrafos franceses protagonistas do hoje célebre (pelo menos entre os historiadores) massacre de gatos numa oficina tipográfica parisiense do Antigo Regime, e, no segundo caso, tratou-se de tipógrafos do Rio de Janeiro no século XIX, encontramos referências às especificidades do ofício nos próprios impressos da Associação Tipográfica Baiana, vide, a título de exemplo, a *Revista da Associação Tipográfica Baiana*, nºs 15 e 16, p. 35-8, onde

sabe-se que o trabalhador do setor gráfico via-se, nos termos de hoje, como uma “categoria profissional” privilegiada.

Robert Darnton, analisando o massacre de gatos relatado por Nicolas Contat, capitaneado por Jerome (segundo Darnton, tal personagem seria o próprio Contat) e Léveillé, dois aprendizes numa tipografia parisiense, assinala evidências das diferenciações que hierarquizavam o mundo das atividades artesanais. Quando da passagem do personagem Jerome pelo ritual chamado “o uso do avental” (*la prise de tablier*), que, ao que parece, ocorria logo depois da entrada na oficina tipográfica, e os operários terem se dirigido à taverna preferida, emissários que eram enviados aos açougues pregavam que determinados cortes de carne somente eram dignos dos tipógrafos, e outros, inferiores, deveriam ser deixados para os sapateiros, um ofício menos digno que o daqueles (Darnton, 1986: 116). No espaço restrito que determinados ofícios instituía para si no mundo do Antigo Regime, várias oposições eram estabelecidas. Tanto em relação à moralidade burguesa farisaica como também em relação a outros trabalhadores.

Os operários [*tipógrafos*] posicionavam sua ‘república’ contra esse mundo [*dos burgueses*], e também contra outros grupos de oficiais assalariados – os sapateiros, que comem cortes inferiores de carne, e os pedreiros ou carpinteiros, que eram sempre bons para uma briga, quando os tipógrafos, divididos por ‘habilitações’ [*a casse e a presse*], visitavam as tavernas no campo aos domingos. Entrando num desses ‘setores’ [*as ocupações*], Jerome assimilou um *ethos*. Identificou-se com uma arte; e, como compositor assalariado, em sua plena condição, recebeu um novo nome. Tendo cumprido, na plenitude, um rito de passagem, no sentido antropológico da expressão, ele se tornou um *Monsieur (grifos nossos)* (Darnton, 1986: 120).

Na Bahia de fins do século XIX e início do XX, os tipógrafos, para além da necessidade primordial de associar-se no intuito de fortalecer a “classe”, também buscavam reforçar as prerrogativas outrora perdidas ou em vias de dissolução. No discurso de fundação da Associação Tipográfica Baiana, assim se manifestava Joaquim Cassiano Hyppolito, um dos membros fundadores da sociedade de socorros mútuos dos artistas gráficos baianos:

foi publicado o discurso proferido pelo tipógrafo Joaquim Cassiano Hyppolito na sessão de fundação da Associação em 30 de Outubro de 1870; também no mesmo periódico, os nºs 8 e 9, p. 130-2, e o nº 3, p. 52-3.

O tempo, [...], urge. Estamos em pleno século XIX, o século das Luzes e do Progresso. Ficar estacionário ante a revolução que se opera na sociedade é suicidar-se. 'Caminhar, eis tudo. É o destino do homem; é a legenda dos povos; é o fadário da humanidade'. E por isto vos convocamos para a reunião de hoje, a fim de envidarmos todos os esforços para sustentação de nossos direitos e privilégios arrancados, de nossa dignidade e de nossas necessidades mais palpitantes menosprezadas. [...] Temo-nos esquecido de que uma hora que passa é parte de nossa existência que se esvai; e que hoje estamos mais perto da sepultura do que ontem; que cada instante pode decidir de nossa sorte e de nossa vida e que o infortúnio pode levar-nos às calçadas das ruas, com o braço estendido a implorar caridade pública. [...] E se ainda não bastasse, [...] um inimigo audaz levanta-se diante de nós, [...] disposto a esmagar-nos. Refiro-me ao pensamento que tem a Mesa dos Órfãos de São Joaquim de fundar um estabelecimento tipográfico, em grande escala, com as três artes, aproveitando-se para esse fim dos meninos órfãos ali recolhidos. A realizar-se este pensamento, as classes de tipógrafos, livreiros e litógrafos ficam extintas entre nós, porquanto, dispondo os mesários de recursos pecuniários e de influência, hão de por força fazer convergir para o seu estabelecimento todas as impressões, encadernações etc. É preciso reagir de toda e qualquer forma possível. [...] E o meio, o mais essencial, é seguramente a organização de uma associação que nos proteja e nos ampare – na falta de trabalho, na velhice e na moléstia – e também a criação, **na imprensa, de um órgão que defenda nossos interesses e instrua nossos associados**, fazendo-lhes patente os melhoramentos introduzidos nos países mais adiantados (*grifo nosso*)(*Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano II, Bahia, Setembro e Outubro, 1903, nºs 15 e 16, p. 36-7).

O discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito insere-se em duas vertentes que se vislumbravam aos trabalhadores de ofício no Brasil e na Bahia daquele contexto de meados e fins do século XIX. Uma, ligada a um olhar retrospectivo, em que, desde o fim das corporações, sobretudo os mestres de ofício haviam perdido seus privilégios e a estrutura hierárquica mais enrijecida típica do Antigo Regime já não mais vigorava, o que possibilitava uma ampliação da oferta de mão de obra que não necessitava passar pelos exames que habilitavam um candidato a exercer determinado ofício e fragilizavam os "direitos e privilégios"; outra, relacionava-se a um olhar em perspectiva, ou seja, a necessidade de organizar-se para fugir às adversidades oriundas das relações capitalistas que se consolidavam na sociedade baiana e brasileira, e que geravam uma série de desconfortos profissionais e insegurança quanto ao dia de amanhã, mas que não mais podia conceber a rigidez peculiar às corporações de ofício extintas, no Brasil, em 1824. Nessa última vertente, o objetivo é o socorro mútuo num primeiro momento, mas que deveria ser incrementado com a criação de um órgão de imprensa que defendesse os interesses e instrísse os associados da Tipográfica Baiana.

As três “classes” ali representadas na fundação da Associação – tipógrafos, livreiros e litógrafos – compunham o que se poderia chamar de campo das artes gráficas. No que tange à manutenção de privilégios e a uma reserva de mercado para os artistas gráficos, pode-se perceber, sobretudo na preocupação com o esmero nos resultados dos trabalhos realizados e na devida qualificação dos membros do ofício, a tentativa de não se abrir para qualquer um a possibilidade de exercício da atividade de tipógrafo. Torna-se patente esse intento de preservação do mercado de trabalho, vinculando-se a qualidade dos serviços prestados ao mercado das artes gráficas à apropriada instrução aos membros do ofício. Para isso, era necessária a boa formação dos aprendizes de tipógrafo e o rigor nos exames de qualificação. O fundador Joaquim Hyppolito acrescentava no seu discurso que “outra necessidade imperiosa” era a de pensar-se no “mau sistema de aprendizagem” que à época era “usado”. Segundo ele,

Meninos, que, às vezes, mal sabem ler, e sem moralidade alguma, são admitidos nas tipografias, sem que para isso preceda o mais ligeiro exame. Melhorar esse sistema, sujeitá-lo a regras especiais, a fim de que os futuros esteios do invento precioso do imortal Gutenberg satisfaçam os preceitos dessa sublime arte – é uma das medidas mais importantes a que devemos prestar consideração (*Revista da Associação Tipográfica Baiana*, Ano II, Bahia, Setembro e Outubro, 1903, nºs 15 e 16, p. 37).

Nisto, vê-se a atenção voltada tanto para aspectos técnicos quanto outros relativos à conduta dos indivíduos. A necessidade e cuidado para com o fato de o tipógrafo ser relativamente bem instruído, além de prestigiar o ofício, convinha aos objetivos de resguardar o mercado para um número restrito de artistas gráficos. A precedência de um exame remonta às práticas das corporações de ofício. O sistema deveria ser submetido “a regras especiais”. Preocupações típicas daqueles que, ao longo da história, vinham perdendo privilégios outrora garantidos. Os futuros “esteios” da imprensa deveriam estar qualificados para atender aos “preceitos” da sublime arte que era a de ser tipógrafo, arte da qual o inventor da imprensa era seu pioneiro. A dignidade do ofício de tipógrafo, cultivada desde a modernidade, não foi olvidada durante o século XIX.

Essa visão de mundo elaborada pelos tipógrafos pode ser observada ainda nos seus impressos, ainda que, com a chegada do Brasil ao século XX, novas ideias tenham aportado por aqui e os tipógrafos baianos não tenham ficado imunes; ao contrário, abriram as paginas dos seus periódicos para a exposição daquilo que já vinha desde o

século XIX convulsionando a Europa. As representações dos trabalhadores agremiados na Associação Tipográfica Baiana, durante a sua trajetória iniciada no ano de 1870 e culminando no ano de 1937 (recorte definido pelas fontes encontradas), são, como escreve Roger Chartier, “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (Chartier, 2002: 17). Tania Regina de Luca escrevendo acerca das alterações que envolveram a grande imprensa no início do século XX, chama a atenção para o fato de que a pequena imprensa²⁵ não foi eliminada com esse advento. As pequenas tipografias continuaram a existir, fazendo parte do cenário das grandes cidades. “Temporalidades e ritmos diversos, típicos de uma modernização contraditória e de um país plural, conviviam e articulavam-se de forma complexa”.²⁶

Um Órgão de Imprensa dos Tipógrafos Baianos

Nesse contexto, de “temporalidades e ritmos diversos”, é criada a Revista da Associação Tipográfica Baiana, dando materialidade aquele intento que os fundadores da Associação já nutriam desde o ano de 1870.

Esse periódico é fonte para o estudo da trajetória da mutual de ofício dos tipógrafos baianos e circulou entre os anos de 1902 e 1903. Era uma publicação mensal, dedicada às Artes Gráficas, tendo o seu primeiro fascículo publicado em julho de 1902 e o 14º e último em novembro de 1903. Em suas páginas constavam seções dedicadas ao exercício do associativismo entre os trabalhadores do ofício, aos conhecimentos técnicos da tipografia, literatura, variedades e assuntos diversos. Esse periódico revela-se importante meio para a compreensão de como pensava esse segmento dos trabalhadores soteropolitanos no início do século XX, bem como de que forma elaborava suas estratégias de ação na sociedade baiana da época. Seus objetivos assim eram delineados:

Dedicada às artes gráficas, esta Revista se ocupará, principalmente, de coisas que digam respeito ao desenvolvimento moral e material dos

²⁵ Segundo Luca, a pequena imprensa forma um conjunto extremamente diversificado de folhetos, revistas e jornais de bairros, casas comerciais, órgãos recreativos, educacionais, comerciais, humorísticos, étnicos e a imprensa operária. Cf. LUCA, Tania Regina de. *A Grande Imprensa no Brasil da primeira metade do século XX*. Disponível em: <http://www.brasa.org/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf>. Acesso em: 15 abril 2014, p. 3.

²⁶ Idem, p. 2-3.

ramos em que se subdividem as mesmas artes, acompanhando, quanto possível o seu progredir nos países mais adiantados. Para isso, faremos aquisição de revistas e obras, das quais extrairemos tudo que possa ser útil e aproveitável à satisfação do nosso desejo. Trabalhando em tais moldes, a Revista da Associação Tipográfica Baiana destina-se a prestar valiosos serviços a quantos se interessam pelo desenvolvimento das artes gráficas entre nós. Artigos que não se coadunem com a índole e a missão que nos propomos cumprir – absolutamente não encontrarão lugar nestas colunas. Queremos o progresso das artes pela propaganda ordeira e sensata, pelo cultivo da inteligência e difusão das boas ideias. Reafirmamos aos que nos leem que a Revista será colocada e mantida na altura da simpatia e do prestígio de que se desvanece gozar a Associação Tipográfica Baiana. No intuito de tornar mais interessante o nosso periódico, entre outros melhoramentos, pretendemos criar uma seção literária, para o que esperamos obter a honrosa colaboração de amestradas penas. Desde já contamos com o generoso apoio da imprensa baiana, a qual, e bem assim os dignos leitores, indultarão as faltas que forem notadas na Revista, atenta a humildade dos encarregados de sua direção (*Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Julho de 1902, Ano I, nº 1, p. 2-3).

A enunciação dos objetivos da Revista permite perceber os limites e liames em que enquadravam as perspectivas dos tipógrafos (pelo menos daqueles que fundavam a Revista) na cidade de Salvador no ano de 1902. A tônica inicial na escrita é hegemonicamente a de atingirem-se os objetivos de instrução técnica e moral. Foi uma constante nas páginas desse periódico um tom conciliador que evitava o confronto entre grupos sociais. Quando se fez a reserva de obstar-se a publicação de artigos que não se coadunassem com a índole e a missão a que os administradores da Revista se propunham cumprir, antevê-se a tentativa de não explorar os conflitos e contradições que pairavam não somente sobre as relações de trabalho, mas, com observou Darnton (Darnton, 1986: 113), também sobre os elementos dos rituais e do simbolismo popular, ou, especificamente, às visões e representações dos tipógrafos que porventura evidenciavam as clivagens no mundo do trabalho.

A Estrutura da Revista da Associação Tipográfica Baiana

O *layout* da capa da revista era constituído por duas colunas verticais entre duas colunas horizontais, uma na extremidade superior e outra na inferior. Na coluna superior horizontal ficava gravado o nome da revista e seu subtítulo. Na coluna vertical à esquerda estavam gravados os nomes dos membros da administração da revista. Na coluna vertical à direita estava exposta a periodicidade da revista, que era mensal, o

ano e o número, além do sumário. Na coluna da extremidade inferior vinha um memorando que indicava o destino a que se devia encaminhar qualquer correspondência à revista. Na folha de rosto continha o que se denominava "Instruções Permanentes". Nestas, expunha-se por quem era a Revista dirigida, neste caso, a Associação Tipográfica Baiana, e o fim a que estava destinada, que era o de "fornecer conhecimentos teóricos e práticos sobre todos os ramos das artes gráficas", constituindo-se, portanto, numa "publicação técnica e instrutiva" (*Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Julho de 1902, Ano I, nº I). O preço para comercialização de cada número da Revista ao consumidor/leitor ficava em 500 réis, os quais eram pagos no ato da entrega do periódico. Essa receita era, segundo o exposto nas "Instruções...", destinada ao melhoramento da própria Revista como também da Associação. Além da venda à vista e das assinaturas, outra fonte de receita eram os anúncios que eram feitos por meio de contratos semestrais. Os preços eram definidos pelo espaço que ocupavam nas páginas da Revista. Um anúncio de página inteira custava 15\$000 (quinze mil réis); um de meia página 8\$000; e, por um anúncio de ¼ de página, pagava-se 5\$000. Por fim, as "Instruções..." terminavam com a indicação dos locais de venda da Revista na capital baiana, os quais eram à época a Livraria Magalhães, situada à Rua Direita do Palácio nº 26, e na Encadernação Vicente, situada à Rua do Colégio nº 22.

O primeiro número da Revista, ao qual, a título de demonstração, escolheu-se para mais detidamente analisá-lo aqui, foi publicado no mês de julho de 1902. A administração do periódico estava a cargo de quatro consócios da Associação, Manoel M. Cruz, Antonio J. de Carvalho, F. Miguel Chavez e Prudêncio de Carvalho. Este último era o gerente da publicação e também o proprietário da tipografia onde fora impresso o periódico. A Revista, no seu primeiro número, contou com dezesseis páginas distribuídas por sete seções. A primeira continha uma mensagem aos tipógrafos em que a Imprensa era exaltada desde os tempos de Gutenberg como uma esperança para a humanidade, assim como, também representava uma esperança naquele momento a criação da Revista da Tipográfica. A segunda seção continha um texto que tratava da importância da Associação Tipográfica e o que ela representava para os tipógrafos baianos em termos de espaço de sociabilidade e de solidariedade intraofício. A terceira seção tratava de descrever a Linotipo e o impacto desse invento no campo das artes gráficas. Na quarta seção foram publicadas partes de um Tratado de Tipografia por

Henrique Fournier, “traduzido expressamente para esta Revista”. A quinta seção era dedicada à literatura e continha dois poemas, um de autoria do Abade Laménnais, intitulado “O Desterrado”, e o outro, de autoria de M. Rozentino, intitulado “O Imortal Forçado”. A sexta seção era denominada “Variedades” e continha um artigo que tratava do fabrico de papel e papelão de madeira. A sétima e última seção era a “Resenha Noticiosa” e continha o registro da morte de um consócio da Associação e o relato dos auxílios concedidos a si e a sua família, como também o registro da morte de outro tipógrafo, sendo que este não fazia parte do corpo de associados do grêmio.

Considerações finais

Vê-se que, na Bahia de meados do século XIX e início do XX, a atividade tipográfica era relativamente intensa e empregava número considerável de profissionais, o que se refletia, da mesma maneira, na evolução constante do número de sócios. Pode-se constatar isso, sobretudo, observando-se que, de 1870 (quando contava com 68 membros) até 1937 (último ano analisado na presente investigação), a Associação Tipográfica Baiana havia atingido o número de 532 sócios.

Pode-se concluir que, tanto do ponto de vista da atuação de um agrupamento de trabalhadores, quanto de um empreendimento econômico (pois, como membros da associação registram-se não somente empregados de tipografia, mas, também, proprietários), era um setor da economia soteropolitana em expansão no período entre 1870 e meados da década de 1930.²⁷

A Associação Tipográfica Baiana foi, durante mais de meio século, o refúgio de tipógrafos, livreiros e litógrafos, bem como seus familiares, nos momentos de adversidade tais como de uma doença, de um acidente de trabalho, de um falecimento. Além disso, foi também o espaço de instrução (por meio da escola instituída em suas dependências) para os membros do ofício e seus filhos, num tempo em que o acesso aos bancos escolares era privilégio de grupos sociais abastados.

²⁷ Registre-se que, “meados da década de 1930” em razão da presente investigação ter-se limitado ao ano de 1937, ano de referência do último documento encontrado durante a pesquisa das fontes para elaboração do trabalho.

Um dos seus periódicos, o aqui analisado, a Revista da Associação Tipográfica Baiana, além de ser espaço em que se fomentava o espírito de sociabilidade, foi também de instrução, sobretudo pela publicação de material concernente ao ofício. Era, ademais, espaço para o cultivo do espírito para além do labor, pois, impressos em suas páginas, saíram poemas e demais trabalhos artísticos de autoria tanto de vultos da literatura quanto dos próprios agremiados.

Por fim, visitar as páginas dessas fontes da história de uma organização de um ofício no Brasil, para além da consecução de um trabalho acadêmico, é imergir na heterogeneidade complexa da formação histórica deste país. É compreender um pouco das peculiaridades e transpor e situar-se para lá dos limites dos modelos totalizantes de interpretação da história.

Referências bibliográficas

BATALHA, C. H. M. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências*. In: FREITAS, Marcos César. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. – 4a. ed.. São Paulo: Contexto, 2001.

BRAGA, Julio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Edições Ianamá. Salvador, 1987.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Portugal: Difel, 2002.

CORD, Marcelo Mac. *Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. - . Tese (doutorado em História). Campinas, SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2009.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. – Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Decreto nº 2.711 de 19 de Dezembro de 1860.

Decreto nº 5.112 de 17 de Outubro de 1872.

Diário Oficial do Estado da Bahia: edição especial do Centenário da Independência da Bahia (*fac-símile*). Salvador, 1923.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Ed., 1982.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5 nº 10.

Lei nº 1.083, de 22 de Agosto de 1860.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. *O lábaro protetor da classe operária: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas - Campinas, SP, 2009.

LUCA, Tania Regina de. *A Grande Imprensa no Brasil da primeira metade do século XX*. Disponível em: <http://www.brasa.org/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf>. Acesso em: 15 abril 2014.

_____. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

MATTOSO, Katia M. de Queirós Mattoso. *Bahia, Século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 1992.

_____. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. – Salvador: Corrupio, 2004.

MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. 2. ed. São Paulo, LTR Editora, 1971.

PAOLI, Maria Célia. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros* In: LOPES, José Sérgio Leite. (Coord.), *Cultura e identidade operária*, ed. Marco Zero, 1987.

Revista da Associação Tipográfica Baiana. Bahia, Julho de 1902, Ano I, nº 1.

_____. Ano I, nº 3.

_____. Ano I, nº 7.

_____. Ano I, nº 10.

_____. Ano II, nºs 15 e 16.

SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *O Monte-Pio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940*. 2004. 574f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SOUZA, Paulo César de. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia: 1837*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 142.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.

VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e Operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. – São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, um país do futuro*. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

O que se dá de comer ao homem: interpretações da alimentação no Brasil colonial e a crítica de Sérgio Buarque de Holanda a Gilberto Freyre

André Luiz de Miranda Martins*

Resumo: Desponta em *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, o elogio de suposta “plasticidade” do colonizador português, sugerida pela aquisição, em terra brasilis, de hábitos alimentares rústicos, indígenas, expressos na adoção quase que incontente da farinha mandioca em detrimento da farinha de trigo, de origem europeia. Como se pode depreender de *Ingleses no Brasil*, somente no século XIX os alimentos feitos de farinha de trigo penetrariam mais expressivamente na mesa brasileira, e mais pela mão do elemento britânico. Tais afirmações fomentaram objeções várias. Sérgio Buarque de Holanda procedeu a uma apreciação metodológica, em que se destaca, a propósito do tema da alimentação no Brasil colonial, a crítica do forte impressionismo que marca a escrita de Gilberto Freyre. Com base em pesquisa bibliográfica, o artigo seguinte procurará apresentar os argumentos levantados por Sérgio Buarque em sua crítica a Freyre.

Palavras-chave: alimentação, mandioca, trigo, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda.

What feeds men: interpretations of food in Colonial Brazil and Sérgio Buarque de Holanda’s critique of Gilberto Freyre

Abstract: Gilberto Freyre’s *Casa-Grande e Senzala* praises an alleged “plasticity” of the Portuguese colonizer’s temper in *terra brasilis*, suggested by his acquired indigenous feeding habits, by which manioc flour was adopted at the expense of wheat flour. In another work, *Ingleses no Brasil*, Freyre also states that it was only in the 19th century that a diet consisted mainly of wheat flour spread more strongly in the Brazilian dining table, via British influence then. Such utterances instigated several objections. Apropos the issue of food in Colonial Brazil, Sérgio Buarque de Holanda undertook a methodological appreciation, in which he reviews the strong impressionism that distinguishes Gilberto Freyre’s writings. Guided by a bibliographical research, the purpose of the following paper is to present the arguments raised by Sérgio Buarque in his critique of Freyre.

Keywords: food, manioc, wheat, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda.

* Professor associado, Centro Acadêmico do Agreste da UFPE. Pós-doutorando no Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

Introdução

Intérprete do Brasil; pioneiro da história do cotidiano e da história cultural no Brasil; inspirador de diversas sociologias – a Gilberto Freyre não faltarão alcunhas. Sua vasta obra suscita aplauso e apuro. Suscita ainda, e principalmente, inúmeras releituras, numerosos retornos aos seus escritos.

No retorno ora pretendido, examinar-se-á sua descrição da alimentação e das provisões de alimentos dos habitantes da terra brasilis nos séculos de jugo colonial português (e batavo, brevemente no século XVII). Tal descrição, que traz a marca da sua particular estilística, está presente em sua obra magna, *Casa-Grande & Senzala*, tal qual em outra obra sua, *Ingleses no Brasil*.

Desponta em *Casa-Grande & Senzala* o elogio de suposta “plasticidade” do colonizador português, sugerida pela aquisição de hábitos alimentares rústicos, indígenas, simbolizados na adoção quase que incontinente da farinha mandioca em detrimento da farinha de trigo, com a qual até então reinóis e europeus em geral garantiam o seu passadio diário. Como se pode depreender de *Ingleses no Brasil*, teria sido somente no século XIX que os alimentos feitos de farinha de trigo penetrariam mais expressivamente na mesa brasileira, e mais pela mão do elemento britânico, proveniente de civilização já fortemente industrializada.

Tais afirmações fomentaram objeções várias, e com diversos propósitos, pela pena de intelectuais igualmente destacados. Sérgio Buarque de Holanda (em artigos coligidos no livro *Tentativas de Mitologia*) procedeu a uma apreciação metodológica, em que se destaca, propósito do tema da alimentação no Brasil colonial, a crítica do forte impressionismo que marca a escrita de Gilberto Freyre.

Com base em pesquisa bibliográfica, no que segue se pretendeu, partindo de um quadro histórico geral – a historiografia da alimentação no Brasil colonial –, apresentar, em seguida, os argumentos levantados por Sérgio Buarque de Holanda em sua crítica a Freyre.

Em carta a J. Huizinga, Henri Pirenne certa feita notaria que existem “diversas verdades para uma só coisa; é um pouco, como na pintura, uma questão de iluminação”. Nas considerações que encerram o presente artigo, tentar-se-á refletir brevemente, com Pirenne, sobre os possíveis jogos de luzes empregados pelo mais

ilustre domiciliado do Solar de Santo Antônio de Apipucos. Ou, ainda, e com a devida adaptação, sobre as possíveis combinações de temperos.

Revisitando a historiografia da alimentação no Brasil colonial: as comidas da terra e as do colonizador

Uma historiografia da alimentação no Brasil colonial articula tanto as estruturas do cotidiano alimentar – transformações e permanências do comer, dos comeres e das comidas, um dos aspectos centrais da vida social – quanto as conjunturas econômicas pelas quais se dão, no tempo, as provisões de víveres.

Há, aí, um choque de temporalidades: a da ocupação de um território e sua constituição em colônia escravista voltada à exportação de mercadorias para uma economia mundial em emergência, e que coloca pela primeira vez o problema histórico da produção de alimentos para exportação vis-à-vis a provisão para o consumo interno. Isto em uma colônia onde vigia o sistema de plantação, monocultor excludente e escravista, onde o pagamento de salários estava longe de ser a regra.

A outra é temporalidade da mudança cultural, de preferências gustativas e práticas alimentares – cada qual com os seus simbolismos denotativos de diferentes relações com o comer e as comidas –, que envolve povos nativos e estrangeiros, tantos os vindos quanto os preados e trazidos à força: os colonizadores e os emigrados como escravos, em seus encontros com a população nativa. “Já Vidal de La Blache havia afirmado há muito tempo que ‘entre as fôrças que ligam o homem a um determinado meio, uma das mais tenazes é a que transparece quando se realiza o estudo dos recursos alimentares regionais’” (Castro, 1969:15).

Haveria, assim, mais justeza histórica em se abordar a questão da alimentação nos primeiros tempos coloniais brasileiros – em particular no que se refere à adoção de novos sabores, de novas comidas – como um percurso dificultoso.

Malgrado a expansão territorial e a decorrente rustificação da existência, nosso cotidiano quinhentista (1532-1630) apegou-se aos modelos da vida material no Reino tão porfiada quanto ao cabo inutilmente, a começar pelos hábitos alimentares [...]. Ao oposto da noção segundo a qual o português teria aderido alacrememente aos costumes da terra, provando destarte sua capacidade superior de adaptação ao mundo não-europeu,

ele procurou manter-se fiel à tríade canônica do trigo, do vinho e do azeite, até quando foi possível, isto é, pela altura da invasão holandesa, quando a aceitação de produtos nativos pela gente de prol se terá imposto, devido às dificuldades do suprimento de gêneros reinóis [...]. No decorrer do nosso primeiro século, o uso da farinha de mandioca nos núcleos litorâneos não foi tão generalizado quanto ocorreria depois, nem constituiu o consumo do trigo uma novidade da ocupação holandesa, a qual, esquecida desde então, teria sido impingida no século XIX pelos ingleses, como julgou Gilberto Freyre. (Mello, 2002: 92-95)

Escusado frisar que, no caso do escravo africano, a farinha de mandioca passaria a integrar, ainda mais forçosamente, a sua dieta.

Os relatos dão conta de uma rápida absorção da farinha de mandioca e de seus subprodutos pelos que chegavam, voluntária ou compulsoriamente, de outras paragens. Os escravos africanos trouxeram seus hábitos alimentares. O principal prato das senzalas era o inhame pilado depois de cozido, até formar uma massa de grão fino [...]. Com o passar do tempo, o inhame foi substituído pela farinha de mandioca, que então passou a ser necessária como alimentação básica dos escravos. (Pedroza, 2014: 392)

A mandioca também ganha o Atlântico Sul, a bordo dos tumbeiros, alimentando marinheiros e africanos cativos. Compõe o principal da *ração escravista* “que forma um dos elementos constitutivos do espaço econômico unindo os portos luso-africanos aos enclaves da América portuguesa” (Alencastro, 2000: 95).

Por outro lado, a ocupação holandesa, no Seiscentos, não faria com que se alterasse o estado das preferências alimentares do colonizador, fortemente referido à Europa de fins do medievo.

Quando os holandeses ocuparam a Paraíba, constataram que os ricos e os remediados só consumiam farinha de trigo, vinda do Reino em barricas, ou de São Paulo, em cestos e surrões, ao passo que a farinha de mandioca era o pão dos pobres. Só quando as estreitezas da guerra encareceram o abastecimento, é que lemos em Moreau que os luso-brasileiros “raramente comem pão da Europa”, embora continuassem a fazer dele “tanta questão” que o promoveram a iguaria refinada, cobrindo-o com açúcar. (Mello, 2002: 96)

Ao contrário! É bem atestada pela documentação coligida por Evaldo Cabral de Mello a indignação ocasionada pela falta da farinha de trigo no Brasil holandês. Pelo registro de Adriaan van der Dussen em 1639, à feição de um compêndio de economia política,

Suportamo-la por muito tempo e tivemos de procurar uma solução para isto. Taxamos os moradores de todo o Brasil em certa quantidade de farinha de mandioca a ser entregue, toda semana ou quinzenalmente, aos nossos comissários em cada guarnição. Assim poupamos por muito tempo a farinha de trigo. Mas quando esta terminou de todo e tivemos de sustentar todos os nossos homens com farinha de mandioca, sobreveio uma terrível falta desta última. (*apud* Mello, 2002: 291)

Agravavam-se, na década de 1640, os problemas de abastecimento de víveres, piorados pelas conquistas batavas de mais territórios portugueses e que se alongavam na danação da carestia generalizada e crescente nos engenhos e nos núcleos urbanos, prenunciando a crise da empresa de colonização batava do Brasil, ante as quedas do preço do açúcar em Amsterdã, entre os anos 1630 e 1640, em uma reversão de tendência altista secular. A insuficiência de víveres e a carestia dos disponíveis foram dar na própria mesa de um Nassau mal alimentado e queixoso, em solicitação, datada de maio de 1642, aos Estados Gerais:

Soube de muito boa fonte que, na pátria, não cessam de bradar contra minhas despesas extraordinárias e de dizer que eu esgotava os recursos das Companhia [das Índias Ocidentais]. É penoso saber que se é difamado desta maneira quando todo o mundo sabe que durante esses cinco anos me tenho alimentado de ervilhas, favas, toucinho e carne estragada, vivendo tão miseravelmente que, entre os portugueses, minha pessoa e meu título tem sido expostos ao ridículo... (*apud* Mello, 2010: 291)

Amiúde, o prover-se de alimentos transborda em um prover-se de status... Assim é que, como no forno da hierarquia de posições sociais europeias, onde se almejava ascender do “pão dos pobres” (feito com trigo misturado com milho, cevada e/ou centeio, em diversas proporções) ao pão branco, de trigo apenas, dos abastados, no Brasil colonial reproduz-se essa estrutura do cotidiano, que tão-somente condescende à mescla de trigo e mandioca. Esta, por sua vez, é transformada pela culinária portuguesa:

Ora, o beiju não era criação indígena mas uma das muitas invenções da arte culinária das mulheres portuguesas na sua inclinação a arremedar manjares lusitanos com produtos nativos. No caso dos beijus, tratava-se de utilizar a farinha de mandioca à maneira do que se fazia no Reino com a farinha de trigo na confecção de filhós mouriscas. Beijus espessos e torrados, que duravam mais de ano sem se deteriorarem, eram igualmente usados no aprovisionamento dos navios de torna-viagem. (Mello, 2002: 98)

Note-se que não se pretende, aqui, diminuir a importância da mandioca na história da alimentação brasileira. À base do sistema de roçado, seu papel foi cabal na alimentação dos contingentes de homens livres, pobres ou não, e das populações originárias, bem como de cativos e escravizados. Isto particularmente no Norte – onde foi base da formação social nortista (Borges da Cruz, 2013) – e no Nordeste. Em ambas as regiões, contribuiu para a “deslusitanização” do paladar do colonizador, para usar da expressão de Evaldo Cabral de Mello.

Com efeito, a *mani* vai-se tornando indispensável. “Era a reserva, a provisão, o recurso. O europeu no Brasil ampliava as roçarias de mandiocas (...), comendo, vendendo, comprando, valorizando, melhorando as ‘casas de farinha’” (Casculo, 2004: 92).

No Norte, as provisões de farinha de mandioca eram de suma importância para o colonizador português, porquanto era a base da alimentação da força de trabalho disponível para os empreendimentos coloniais: o indígena, ante as dificuldades de importação de escravos africanos. Na emergência de “um mercado administrado de farinha de mandioca que pressiona o trabalho compulsório dos índios” (Alencastro, 2000: 91), seria excessivo imaginar que aos lusos interessasse mais que isso; esta era a sua relação com a *Manihot Esculenta*, da família das euforbiáceas – que, contudo, compunha as estruturas do cotidiano de diversos povos indígenas, que tinham relação transcendente com a planta tuberosa, central em suas cosmogonias. Prevalceria mesmo a mundanidade, ante sete milênios de tradições e experimentação indígenas:

Não se pode [...] imaginar que o colonizador português sempre ávido de tirar proveito da força de trabalho nativa, estivesse interessado em respeitar a tradição, a cosmologia e todo o arcabouço cultural que as comunidades locais apresentavam. Aos olhos dos portugueses, talvez com alguma diferença por parte dos missionários, os índios reduziam-se a uma única palavra, mão de obra. Portanto, devemos encarar os esforços dos colonos e das autoridades coloniais em ofertar farinha aos indígenas sob sua responsabilidade, como forma de proporcionar-lhes um alimento que lhes desse a força e energia necessária para o bom desempenho de suas atividades laborais, e não porque respeitassem suas tradições, como comprova a censura feita pelas autoridades aos índios que desviavam farinha para o preparo de bebidas a ser ingerida em seus rituais. (Borges da Cruz, 2013: 112)

A mandioca foi o alimento da terra mais representativo da lavoura de subsistência no Brasil. No entanto, tal como se deu, o rastreo por áreas livres para o cultivo desse

que foi o “pão da terra”, de amplo plantio no território colonial, retrata o papel secundário “a que o sistema econômico do País, absorvido pela grande lavoura, vota[va] a agricultura de subsistência” (Prado Jr., 2011: 171).

Com impacto direto na provisão de alimentos aos núcleos de povoamento, o avanço da grande lavoura de exportação, monocultora e escravista, degradará a alimentação de senhores, escravos e homens pobres livres. Não há retoques de monta, no trecho que segue, neste quadro geral pintado por Gilberto Freyre:

Em toda parte onde vingou a agricultura, dominou no Brasil escravocrata o latifúndio, sistema que viria privar a população colonial do suprimento equilibrado de alimentação sadia e fresca [...]. De modo que, admitida a influência da dieta [...] sobre o desenvolvimento físico e econômico das populações, temos que reconhecer ter sido o regime alimentar do brasileiro, dentro da organização agrária e escravocrata que em grande parte presidiu a nossa formação, dos mais deficientes e instáveis [...]. A mesma economia latifundiária que tornou possível o desenvolvimento econômico do Brasil [...], envenenou-o e perverteu-o nas suas formas de nutrição e de vida. (Freyre, 2003: 94-96)

As consequências dos avanços mercantis para a alimentação dos habitantes da colônia preocuparão mesmo a administração colonial, que procurará legislar sobre cultivo de víveres e minorar as carestias e fomes, sobretudo nas altas dos ciclos de preço do açúcar. O alvará de 25 de fevereiro de 1688, por exemplo, determinava um plantio de cana de ao menos quinhentas covas de mandioca para cada escravo; o de 27 de fevereiro de 1701, tratava de roças próprias de mandioca a serem providenciadas pelos donos de embarcações ocupadas no tráfico – e que tais roças proovessem tanto tripulações quanto escravos transportados. O reforço a ambos alvarás régios se dá pela Previsão Régia de 28 de abril de 1767. Posteriormente, passa-se a vincular a concessão de sesmarias a cláusulas tais como a de “plantar um certo número de covas desde o primeiro ano da ocupação. Outra disposição legal mandava que ninguém pudesse ser lavrador de cana sem ter para mais de sete escravos próprios” (Prado Jr., 2011: 171).

Mas o pão da terra é subjugado pelo ouro branco, malgrado o policiamento dos furores exportadores.

Não parece contudo que a insistência e as várias medidas adotadas tivessem resultado apreciável. Todos procuravam furta-se ao seu cumprimento, e pode-se imaginar como seriam inócuas quando os lavradores tinham diante de si as perspectivas de altos preços do açúcar, e gordos negócios em vista [...]. E tão absurdas achavam as medidas, que um deles, o notório senhor do engenho da Ponte, Manuel Ferreira da

Câmara, não hesita em lançar-lhes seu formal desafio: “Não planto um só pé de mandioca para não cair no absurdo de renunciar à melhor cultura do país pela pior que nele há”. Mas nenhum deles se lembrou de discutir o verdadeiro problema: a fome que periodicamente afligia o Recôncavo. Por que se lembrariam dela, quando os largos proventos que tiravam do açúcar lhes davam de sobra para pagar os preços, que para eles não eram altos, dos gêneros que consumiam? (Prado Jr., 2011: 172).

Em terras paulistas, vale frisar, a partir de Sérgio Buarque de Holanda em seu *Caminhos e Fronteiras*, que uma alternativa à mandioca era dada pelo milho, cujo cultivo apresentava condições as mais favoráveis, que se colocavam também depois do cultivo, quanto ao seu transporte como mantimento.

Na expedição de Cândido Xavier de Almeida e Sousa, que saiu de São Paulo em 1800, com destino às fronteiras do Paraguai, iam apenas seis alqueires de farinha de mandioca para 164 de farinha de milho. A preferência dada a esta prende-se, em parte [...], à circunstância de se ajustar melhor, o grão indígena, aos hábitos de mobilidade peculiares à gente de serra acima, tanto quanto às condições que favoreciam ali a sua produção em maior escala, ou que impediam a produção da mandioca. (Holanda, 1994: 187)

Também Alencastro nota que contrariamente à mandioca, o milho, além de seu fácil transporte como grão, “frutificava de três a seis meses após a sementeira. Daí a preferência dos paulistas pelo milho no sustento das entradas” (2000: 93). A associação de culturas – da grande lavoura para exportação com a de subsistência, voltada à alimentação – é fator igualmente importante: algodão com feijão (e, eventualmente, milho), cana-de-açúcar com mandioca... Mas o clima dita os seus limites, nota o historiador-geógrafo Caio Prado Jr.:

No litoral meridional da Bahia, o milho é tão escasso que o desembargador Luís Tomás de Navarro, viajando por aí em 1808, encontrou [...] grandes dificuldades para a alimentação de suas bestas. Daí para o sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e mesmo Santa Catarina, o milho é encontrado com mais frequência, mas a mandioca ainda predomina. Em São Paulo, enquanto o milho é mais abundante serra acima, a mandioca leva-lhe a palma no litoral. Em Santa Catarina, capitania exclusivamente marítima – o planalto interior ainda não se integrara propriamente nela, e vivia apartado –, a produção, consumo e exportação de mandioca são muito superiores aos do milho. Mais para o sul, ela é desconhecida” (Prado Jr., 2011: 175).

Tais circunstâncias concorriam apenas em parte para a explicação da primazia do milho, da sua preferência pelos paulistas. Vai-se delimitando – e documentando – também uma geografia dos gostos:

Mais de um viajante da primeira metade do século passado [XIX] ainda se refere à aversão constante que tinham os paulistas pela farinha de mandioca, considerada menos nutritiva, embora de mais fácil digestão, do que a de milho. Spix e Martius escreviam dos moradores de São Paulo, em 1818, que consideravam a mandioca alimento pouco sadio. A mesma coisa julgavam, entretanto, da farinha de milho, os moradores das províncias do Norte. E Ferdinand Denis notava, igualmente, que no Sul do Brasil prevaleciam, com relação à mandioca, exatamente os mesmos preconceitos que, no Norte, militavam contra o maior consumo de milho, tido ali por nocivo à saúde. (Holanda, 1994: 187-188)

Trigo, imprecisões e impressionismo: a crítica de Sérgio Buarque de Holanda a Gilberto Freyre

Partem de Sérgio Buarque de Holanda as críticas das “imprecisões gilbertianas”, isto é, alusivas às impropriedades metodológicas das interpretações propostas por Freyre. Localizam-se em seu *Tentativas de Mitologia*, livro de textos coligidos por um Sérgio Buarque intelectual maduro.

Nele, a partir de *Sobrados e Mucambos* e, principalmente, de *Ingleses no Brasil*, procede-se a uma crítica antes de tudo metodológica: primeiramente, da atitude investigativa “impressionista” de Freyre, que “com ou sem rigor”, envolveria

um constante desdém por tratamento impessoal e sistemático do tema escolhido. A riqueza verdadeiramente prodigiosa do material que se congrega em *Ingleses no Brasil*, vale por uma sequência de ilustrações, quase arbitrariamente ordenadas, do problema central e implícito da obra, de fato um dos mais empolgantes que poderiam interessar a um estudioso de história social: o do encontro e contraste de uma civilização progressista, e já altamente industrializada, com uma sociedade ainda agarrada a rotinas rurais e patriarcais. (Holanda, 1979: 113)

As interpretações que brotam desse proceder impressionista se viabilizam por uma técnica de “apresentação cumulativa dos fatos”:

Gilberto Freyre prefere deixar que os fatos falem por si mesmos [...]. A técnica em que esses fatos se apresentam é, assim, antes cumulativa do que expositiva e coerente, chegando a sugerir a daqueles poetas, tão do agrado do autor, que, a exemplo de um Walt Whitman, souberam aproveitar toda a força expressiva da simples enumeração e do “catálogo”. O assunto desenvolve-se aqui por meio de caprichosas circunvoluções e os motivos se articulam em cotovelos por vezes tão agudos que podem embaraçar o caminho do leitor mais atento. (Holanda, 1979: 113-114)

Essa sequência de ilustrações, “quase arbitrariamente ordenadas, do problema central e implícito da obra” para a qual aponta Sérgio Buarque é vista por Evaldo Cabral de Mello como um aspecto do recurso usual de Freyre à técnica, “eminentemente literária mas que nem por isso deve ser considerada historiograficamente inaceitável, da chamada enumeração caótica” (Mello, 2000: 11).

E assim vai-se tecendo, por meio de sua particular estilística, uma trama de interpretações.

Isso não quer significar que a acumulação de fatos se processe indiscriminadamente e apenas regulada pela dose de pitoresco que eles ostentem. Numa análise do estilo de Gilberto Freyre bem se poderia mostrar, ao contrário, a arte consumada com que ele algumas vezes torna plausível sua mobilização do maior número possível de dados ao redor do tema central. Quem empreenda tal análise deixará de notar que o uso tão assíduo de certas fórmulas ou palavras normalmente expressivas de dúvida e hesitação não corresponde [...] à necessidade se atenuar o que possa haver de excessivamente dogmático em tal ou qual afirmação, dando-lhe assim maior probabilidade de rigor científico. É de preferência um instrumento apto a enriquecer a técnica cumulativa de novas possibilidades. (Holanda, 1979: 114)

Forma é conteúdo! Entre as certas palavras “normalmente expressivas de dúvida” estão: “talvez; talvez até; quase; parece; parece ser; supor; até certo ponto” ... registra-as Sílvia Silva em *Tempos de Casa-Grande (1930-1940)* (Silva, 2010: 64), que denomina essas expressões, que julga características de seu estilo literário, de “amenidades gilbertianas”. Decerto um ameno adjetivo, ante os problemas de interpretação que se vão consolidando à base de certas metodologias – e a difusão cultural desses problemas irresolutos!

Também D’Andrea (1992: 118) nota, sobre a ambígua estilística do pensador pernambucano de Santo Antônio de Apipucos, perceptível em seu discurso científico, “recheado dos ‘talvez’, dos ‘quase’ e dos ‘mais ou menos’ e entremeados de emolientes metáforas tropicais”, que aquela estilística se inscreveria “em um código linguístico de visíveis características ideológicas: reforça a convivência harmônica das diversidades e dilui os aspectos atinentes dos antagonistas”. E mais:

A esse discurso acrescenta-se ainda a redundância das repetições que funcionam com mecanismo retórico persuasório. A retórica da persuasão vale-se assim do discurso lacunar [...] Como representante de um grupo da classe dominante, ele, consciente ou inconscientemente, *não pode*

ultrapassar os limites dessa ideologia, sob pena de expor as fraturas das divisões sociais. (D'Andrea, 1992: 118-119. Itálico no original)

Reforça-se, assim, a convivência harmônica das diversidades e diluídos os antagonismos da formação social brasileira – cuja unidade provém, para o pensador de Santo Antônio de Apipucos, de um regime economia latifundiária, escravista e patriarcal, do qual ele argutamente distingue e descreve a forma dos acontecimentos e dos fatos, pretendendo “que suas interpretações sejam perfeitamente válidas para o Brasil inteiro” (Holanda, 1979: 102).

É esta forma o que serve, em suma, para conciliar entre si as mais ásperas contradições, emprestando ao todo uma harmonia e mesmo uma ‘unidade’ [...] verdadeiramente soberanas. Nos seus livros é provável que ela apareça muito manchada de massapé negro, muito lambusada de mel de tanque para não transviar às vezes algum espírito desprevenido, mas tudo é de pouca conta quando se trata de distinguir o essencial através das aparências mais ou menos precárias (Holanda, 1979: 103. Itálico no original)

Ademais, assiste-se à difusão, mormente anglicista, do consumo do pão de trigo tão-somente no século XIX, e não mais que apenas sobrepondo-se a hábitos alimentares já seculares de uma civilização que, também no seu ramo formativo lusitano, por sua “plasticidade”, encontrava-se plenamente adaptada ao consumo quase que exclusivo da farinha de mandioca!

O pão de trigo, e com este muitos produtos do Norte da Europa, teriam sido, até a vinda dos ingleses, mal conhecidos pelos brasileiros, “a não ser”, acrescenta [Gilberto Freyre em *Ingleses no Brasil*], “pela gente do Norte, durante os três decênios da ocupação holandesa no Brasil, que foi também uma ocupação um tanto inglesa e um tanto francesa do Brasil; e não apenas holandesa e israelita”. (Holanda, 1979: 114)

Com efeito, a Freyre parece apetecer a crença de que foi, entre os colonizadores lusos, “completa a vitória do complexo indígena da mandioca sobre o trigo: tornou-se a base do regime alimentar do colonizador” (Freyre, 2003: 191), ainda que, lamenta o pensador de Santo Antônio de Apipucos, “sem avantajar ao trigo em valor nutritivo e em digestibilidade, como supôs a ingenuidade de Gabriel Soares (de Sousa, autor do *Tratado Descritivo do Brazil*, de 1587)” (idem ant). No caso da colonização dos povos indígenas, a vitória estaria longe de ser sua, de seu “complexo”. Reconheça-se de uma vez: venceram-nos os portugueses, apropriando-se das suas provisões de mandioca... Completa, pois, e **com** a mandioca, a vitória **sobre** o complexo indígena.

Trecho significativo, reproduzido a seguir e diretamente de *Ingleses no Brasil*, procura trazer uma justificativa sociológica e histórico-política a tais hábitos e práticas alimentares baseados no consumo da farinha de mandioca e de outros alimentos da terra, arraigados que pareciam se encontrar, até os idos dos 1800.

Estava-se então num Brasil tão fanaticamente patriótico que o nativismo ia até o paladar ou à alimentação. Para alguns patriotas ser brasileiro era pertencer a uma quase seita cuja dieta devia limitar-se à farinha de mandioca e à aguardente de cana-de-açúcar e excluir a farinha do reino [de trigo], o pão de trigo, os vinhos de uva, a cerveja de centeio. Desta e do chá parece que os ingleses foram os principais propagadores no Brasil tanto quanto do pão e do *beef*, da carne de carneiro e da própria champanha. De modo que a influência inglesa no Brasil, tão definida, nítida e direta, desde a chegada de Dom João VI ao Rio de Janeiro em 1808 [...], chegou a ter o caráter de uma verdadeira renovação dos hábitos brasileiros de alimentação. Encontrou resistência, apenas, da parte daqueles patriotas mais radicais ou da população mais miserável. (Freyre, 2000: 254-255)

Que fazer com a peremptoriedade dessa observação, dessa interpretação? Para começo de conversa, o que significava ser “patriótico”, “brasileiro”, no início do Oitocentos no Brasil? Como fazer com que se conciliem, lembra Sérgio Buarque, com a documentação histórica coligida, e que aponta para a importância do trigo “e da fabricação do pão nas capitanias do Sul, e não apenas no século XVII mas já na era dos Quinhentos?”

De fato, a cultura do trigo ali existia de séculos, como estrutura do cotidiano – como já se assinalou –, com o que o trigo, ademais, de tão suficientemente presente, sujeitava-se a oscilações de preço e a ordenamentos vários, que tratavam “das medidas que estimulavam ou proibiam sua exportação, dos regulamentos sobre o preço do pão ou sobre seu tamanho e peso, dos moinhos existentes em sítios e vilas [...], das ‘foicinhas’ de segar [...] do sistema português” (Holanda, 1979: 121).

É possível entender o apreço gilbertiano pelas interpretações categóricas se se tem em conta o seu relativo desinteresse pelas “bortalheiras da História” do Brasil, como nota Sérgio Buarque.

Estas seriam, no caso, as capitanias e províncias menos favorecidas pelo predomínio de fontes de riqueza como açúcar e outros produtos da lavoura tropical e, em consequência, menos atraentes para os comerciantes e capitalistas dos países adiantados. Colocado entre estas tristes bortalheiras, de um lado, e o que chama os “sofisticados”, de outro,

suas atenções orientaram-se francamente para os últimos. (Holanda, 1979: 120)

As apreciações acima apresentadas estão longe de esgotar as diferenças entre as visões de Brasil de Freyre e de Sérgio Buarque. E não seria este o único a notar as pretensões generalizantes e a perspectiva “desde a *Casa-Grande*” que aquele autor adota. Os efeitos de difusão cultural e mesmo de mitificação que esta perspectiva teve não podem desconsiderar-se.

E, com efeito, da cozinha gilbertiana foi servida uma concepção açucarada do que, na formação social brasileira, que teve no escravismo a sua base, bem poderia entender-se como a gênese de um verdadeiro regime de opressão alimentar – que outras tantas críticas suscitaria.

Críticas tais como as de Ruy Coutinho (1935) e de Josué de Castro (1934; 1969; 1983) à concepção, constante de Casa-Grande & Senzala, do escravo do eito como o elemento “melhor nutrido” da sociedade patriarcal. Ao contrário de Coutinho, que partiria de uma concordância inicial com Freyre, em Castro a crítica é incisiva, imoderada até:

Que os escravos não eram ‘uns bem alimentados’, com suas trocas metabólicas bem equilibradas, conclui-se facilmente verificando o número enorme de doenças da nutrição que eles apresentavam [...]. A rigor, o sociólogo não deveria escrever “os mais bem alimentados”, mas, os que comiam maiores quantidades de alimentos, o que é bem diferente. São afirmações como esta, destituídas de todo fundamento, ao lado de uma impropriedade vocabular que denuncia o desconhecimento, o mais completo, do autor, dos assuntos de alimentação, que tornam a obra de Gilberto Freyre uma obra destituída de qualquer valor científico. Quando um sociólogo ignora que proteína e albuminóides vêm a ser a mesma coisa e cai na pachecada de escrever que a nutrição da família colonial brasileira é de má qualidade “pela pobreza evidente de proteínas e possível de albuminóides” [...] não se pode mais levar a sério a sua obra científica. (1969: 126)

Reproduzida nas diversas edições de sua Geografia da Fome, essa crítica fora originalmente publicada em 3 de fevereiro de 1934, no artigo “Casa-Grande & Senzala”, publicado no jornal recifense Diário da Manhã, como resposta à discordância aberta registrada já na primeira edição da obra magna de Freyre a outro artigo de Josué de Castro, “O problema fisiológico da alimentação no Brasil”, saído em 1932 como tese de livre-docência. As observações discordantes de Freyre – “Inteira e errada, ao nosso

ver, Josué de Castro no seu trabalho "O Problema Fisiológico da Alimentação Brasileira" (Castro, 1983: 236-237) – bem como a agastada reação de Castro (certamente um tanto quanto aferrada a technicalidades) parecem sugerir uma disputa, por campos do saber ainda em formação no Brasil: a sociologia e a nutrição (ou a ciência da alimentação). Disputa depurativa à Bourdieu, em que os campos se movimentam "no sentido de sua autonomização, isto é, a depuração em que o campo se orienta para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo" (Bourdieu, 1998: 69).

Da (boa? ...) razão dos escravos ao trigo dos ricos, passando pelos patriotas da farinha de mandioca, sempre a verve polemista, conquanto aberta ao debate, de Gilberto Freyre.

Considerações finais: à mesa com os intérpretes do Brasil

Tratou-se, acima, de algumas pílulas douradas da história da alimentação no Brasil colonial, em particular no Nordeste colonial e sob a economia de plantação açucareira. Pílulas douradas e dulcíssimas: a interpretação feita por Gilberto Freyre – um estudioso dos costumes – das práticas e dos hábitos alimentares em uma das mais antigas áreas de povoamento e exploração econômica das Américas. Tentou-se identificar como essa interpretação se pauta por imprecisões, embaladas, por sua vez, em estilística que, mesmo lacunar, não logra dissimular a sua afiliação patriarcal.

Um dos notáveis paladares discordantes dos condimentos freyrianos é o de Sérgio Buarque de Holanda, intelectual afeito aos rigores da heurística, que traz uma crítica metodológica à estilística daquele autor: à sua perspectiva do regaço casagrandista e vacilantemente assentada no massapê, "muito lambusada de mel de tanque para não transviar às vezes algum espírito desprevenido". Através dela, demonstra as pretensões generalizantes de Freyre em sua versão da adaptação, aos frutos da terra, de colonizadores e colonizados – daqueles, principalmente; porquanto eram os únicos a **poder** eleger o que comeriam –, com o realce à adoção da farinha de mandioca como ingrediente básico. Do pão de trigo ao "pão da terra", numa plástica adoção que deixa queimarem no forno da imprecisão histórica e antropológica evidências as mais diversas!

Sem embargo, e em favor dos intentos freyrianos, há que se mencionar a extensão dedicada, em alguns dos seus principais escritos, à temática da alimentação – desde logo, em sua obra magna, *Casa-Grande & Senzala*. Quanto de sua interpretação do Brasil não dependerá de sua diligente abordagem dessa temática! Com efeito, terá partido de Freyre a iniciativa, talvez pioneira, da integração do debate da alimentação ao debate da formação social brasileira. Associou alimentação a raça, e teceu importantes argumentos sobre o problema alimentar brasileiro, de lento cozimento – desde os tempos coloniais e arrastando-se por séculos de monocultura e escravismo.

Contudo, não se revelariam, nas fartas evidências coligidas por Freyre – mormente para o Nordeste do Brasil –, bem como nas narrativas construídas dessas evidências, as notas de um certo projeto interpretativo de Brasil, laudatório de suposta adaptabilidade, quase impassível, do colonizador luso às práticas alimentares da colônia? Aqui, o trigo, e a preferência por esse grão “dos ingleses”, que teria vingado e se disseminado somente no século XIX, industrialista e cinzento, parecem colidir com as práticas alimentares brasileiras – ou, antes, as da sociedade patriarcal preparada nos tachos freyrianos. Beiju antimoderno, a confundir os paladares perquiridores?

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BORGES DA CRUZ, R. Usos e apropriações da farinha de mandioca na colonização do estado do Maranhão e Grão-Pará. *Fronteras de la Historia*, vol. 18, núm. 1, 2013, pp. 105-128.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASCUDO, L. C. *História da alimentação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

CASTRO, J. *Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. [1934]. *Casa Grande e Senzala*. In: ACADEMIA PERNAMBUCANA DE RECIFE. *Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro: depoimentos*. Recife: Academia Pernambucana de Medicina/ UFPE, 1983.

COUTINHO, R. Alimentação e estado nutricional do escravo no Brasil. *Estudos Afro-Brasileiros*, 1º vol, Rio de Janeiro, 1935.

D'ANDREA, M. S. *A tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.

FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

_____. *Inglês no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

HOLANDA, S. B. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MELLO, E. C. (org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

_____. Nas fronteiras do paladar. In: *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 92-101.

_____. Uma história social da presença britânica no Brasil. In: FREYRE, G. *Inglês no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 9-15.

PEDROZA, M. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In: FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, M. F. (orgs.). *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 381-418.

PRADO Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, S. C. *Tempos de casa-grande (1930-1940)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010.

Os estudos etnográficos nas páginas do Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense (1918-1925)

Megi Monique Maria Dias*

Resumo: Esta pesquisa pretende identificar, a partir da análise das publicações do Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense (IHGP) durante o período entre 1918-1925, a dimensão e a relevância dos estudos etnográficos. Além disso, através da realização desse estudo é possível perceber quais são os intelectuais que contribuem para a discussão etnográfica, bem como os princípios que nortearam a escrita etnográfica praticada no Paraná em princípios do século XX. Desta maneira, dentre outros objetivos, busca-se apresentar os temas, os objetos, as influências, as discussões e os principais intelectuais envolvidos nessa atividade.

Palavras-chave: IHGP; Estudos Etnográficos; Século XX;

Ethnographic studies on pages of Bulletin of the Parana's Historic and Geographic Institute

Abstract: This research intends to identify from the analysis publications of Bulletin of the Parana's Historic and Geographic Institute (IHGP), during the period between 1918-1925, the dimension and relevance of ethnographic studies. Furthermore, it is possible to realize who are the intellectuals who contribute to ethnographic argument and which are the values that oriented the ethnographic writing in the state of Paraná in the beginning of the 20th century. In this way, the aim is to present subjects, objects, influences, arguments and the main intellectuals involved in this historiographic activity.

Key-words: IHGP; Ethnographic Studies; 20th century;

* Megi Monique Maria Dias. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História (UNICENTRO/PR); E-mail: megidias1@gmail.com.

Introdução

O desenvolvimento dos estudos etnográficos no Brasil está intimamente ligado às orientações oriundas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Os estudos etnográficos tiveram início no Brasil a partir das iniciativas pioneiras do IHGB e, ao longo do tempo, esse conhecimento sofreu transformações que foram sentidas nas primeiras décadas do século XX. Neste sentido, o Instituto foi “fundado com o objetivo de escrever o passado da recém-fundada nação, a instituição foi responsável por definir também aqueles que seriam considerados brasileiros” (Souza, 2015:131).

Os estudos etnográficos propostos pelo IHGB em princípios do século XX podem ser confirmados com a realização do I Congresso de História Nacional ocorrido no Rio de Janeiro entre 7 e 16 de setembro de 1914, onde os questionamentos referentes à escrita e aos temas da etnografia se fizeram presentes (Guimarães, 2005). Outra atividade desenvolvida pelo IHGB, que auxiliou nossa reflexão sobre o debate etnográfico, foi o I Congresso Internacional de História da América. Esse evento, que aconteceu por ocasião das festividades do Centenário da Independência do Brasil em setembro de 1922 (Guimarães, 2007), reuniu representantes do continente para uma reflexão conjunta sobre os rumos e os povos que habitam o Novo Mundo (Guimarães, 1998:222). Este Congresso representou para os intelectuais brasileiros a possibilidade de uma maior aproximação entre etnografia e antropologia nas propostas temáticas. Dessa forma, a redefinição do fazer etnográfico foi uma necessidade explicativa da realidade nacional.

Em relação ao *I Congresso de História Nacional*, identificamos a divisão em 9 seções de trabalhos que contemplavam variados aspectos da história da pátria permitindo estabelecer questionamentos referentes à escrita da etnografia, principalmente a praticada nos institutos históricos no início do século XX. É importante lembrar que esse evento reservou duas seções à questão etnográfica sob o título de História das Explorações Archeologicas e Ethnographicas¹. Estas seções foram organizadas por Edgar Roquette-Pinto e reuniu cinco teses dedicadas aos temas da etnografia, com destaque para os assuntos sobre o indígena e sobre o negro (Souza, 2013). A realização do evento foi uma atividade proposta pelos sócios do Instituto em

¹ Mais detalhes sobre a importância de Eduardo Roquette Pinto, consultar: (Souza, 2011).

busca de renovação frente às novas exigências inauguradas com a República. Segundo Guimarães (2007), a seção de etnografia era voltada “para o exame dos elementos constitutivos da formação étnica da população brasileira” (Guimarães, 2007: 155).

Já o I Congresso Internacional de História da América aconteceu por ocasião das festividades do Centenário da Independência do Brasil (Guimarães, 2007:33) reunindo representantes do continente para uma reflexão conjunta sobre os assuntos relacionados aos rumos históricos do Novo Mundo. Neste evento, optou-se pelo campo da história geral e, além disso, verifica-se uma fusão das áreas da história das explorações geográficas com as arqueológicas e etnográficas. Outros campos da história privilegiados foram: história constitucional e administrativa; história econômica; história militar; história literária e das artes. Portanto, mostra-se como aspecto principal a gama variada dos temas e das abordagens realizadas contemplando desde debates sobre as sociedades pré-colombianas até episódios recentes da diplomacia do continente, sendo que outros autores procuravam focalizar problemáticas comuns aos países americanos (Guimarães, 2005).

É possível afirmar, portanto, que o I Congresso Internacional de História da América representou uma tentativa dos intelectuais brasileiros de aproximar debates etnográficos e antropológicos em suas temáticas de modo que percebe-se uma redefinição do fazer etnográfico como uma necessidade explicativa da realidade nacional.

Cabe lembrar que a etnografia teve um espaço privilegiado e foi destaque entre as questões debatidas no IHGB no período das primeiras décadas do século XX de modo que eram privilegiadas as discussões a partir de uma perspectiva da antropologia física e biológica. No entanto, o objeto da etnografia não se limitaria mais as “tribus” e aos “aborígenes” estudados no oitocentos, pois os problemas encontrados no país se ampliaram para além do assunto indígena. Assim, o etnógrafo precisava preocupar-se com os negros após abolição, com os emigrantes europeus e com a composição de um tipo brasileiro (Souza, 2013:5).

Notamos, portanto, que a etnografia praticada ao longo do século XX deixava de ser uma disciplina centrada apenas no debate sobre o indígena alcançando outros temas, tais como os descritos acima. Outra percepção é a de que alguns conceitos se

mostram centrais na composição do discurso etnográfico no período. Indígenas, negros e brancos são classificados por critérios raciais considerados determinantes no desenvolvimento psíquico, moral, intelectual e material dos povos. Além disso, há destaque para o lugar ocupado por esses sujeitos históricos em relação à civilização (Souza, 2013:7).

Desta maneira, os elementos étnicos que formaram a sociedade brasileira foram transformados em objetos de estudo da etnografia que delimitava suas abordagens, sobretudo com relação ao futuro das raças no processo de desenvolvimento do país. Por isso, é importante conhecer o saber etnográfico disponível nas duas primeiras décadas do século XX, especialmente o oriundo das iniciativas pioneiras do IHGB que inspiravam e ajudavam a consolidar a prática desse conhecimento Brasil afora. Seguindo tais preceitos, os intelectuais do Instituto Histórico e Geographico Paranaense buscaram dar extensão aos objetivos de afirmação da identidade coletiva, moderna e civilizada representando uma tentativa de transformar a imagem cultural do Estado. Dentre as possibilidades de análise, é importante pensar os encaminhamentos da escrita etnográfica proposta pelo IHGB, de maneira que seja possível perceber a incorporação desse debate pelo Instituto Paranaense.

No caso do Instituto Paranaense, constata-se que essa problemática esteve presente nos Boletins publicados durante o período analisado entre 1918-1925. Mais tarde, a temática foi incorporada aos demais estudos praticados no instituto e gerou, inclusive, a modificação do nome da instituição, que passou a se chamar, no ano de 1947, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense evidenciando a adesão de outras perspectivas em suas apreciações e produções científicas.

A IV edição do Boletim do, agora, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), foi publicada somente em janeiro de 1950. A nova edição aparece reunida em quatro fascículos, um deles dedicado à memória de Romário Martins, o segundo homenageando o Visconde de Guarapuava, e os dois outros destinados à comemoração do cinquentenário da fundação do Instituto e da rememoração do centenário histórico do navio Comorant (BIHGPR, 2010: 18-19).

O Instituto Histórico e Geographico Paranaense (IHGP)

O Instituto Histórico e Geographico Paranaense nasceu sustentado pela aura patriótica de comemoração ao IV Centenário do Descobrimento do Brasil e, simultaneamente, do 47º ano da Instalação da Província do Estado do Paraná. A rigor, esse evento ganhou notoriedade na imprensa local no jornal *A Republica* sendo noticiado como uma solenidade. Divulgada como *Notícia Histórica*, a nota trazia à disposição os nomes de “pessoas que (...) se preocupam com os assumptos de que pretende ocupar-se o Instituto”(BIHGP, 1918:06).

Aglutinador de ideais que se aproximavam dos princípios civilizatórios e patrióticos do período, o Instituto buscava edificar feitos que favoreciam a afirmação da nação. Pensar o Paraná no contexto nacional, neste momento, era refletir sobre os elementos que forjariam sua historicidade, que por sua vez, sempre tenderam para a noção de progresso (Souza, 2002). A Assembleia que aprovou o instrumento normativo do IHGP, através do estabelecimento das propostas em Estatuto e lhe concedeu direito de funcionamento, aconteceu no dia 03 de Junho de 1900, na cidade de Curitiba, mediante a definição dos programas e das atividades que deveriam ser priorizados pelo grêmio.

O reduto paranaense contou com a presença de militares, parlamentares, escritores, jornalistas, engenheiros, médicos, dentre outros profissionais liberais, uma constante entre os sócios, sobretudo nos vinte e cinco anos iniciais de atividade do instituto. Em relação à definição das categorias *Dos Socios*, consta em seu Estatuto que seriam seis: fundadores, efetivos, beneméritos, honorários, correspondentes e auxiliares. Os Estatutos tratam de diversos assuntos, além da coleta de documentos, determinavam diferentes comissões, anunciavam a publicação de um periódico, diziam das finalidades do IHGP, das atividades a serem desempenhadas e dos objetivos ambicionados pela Diretoria. Também organizam a legislação dos sócios, as questões referentes ao Boletim e outras disposições (BIHGP, 1918: 16-21).

Portanto, nota-se que o grupo que se formou em torno dos Boletins era constituído por lideranças do cenário político e militar da sociedade paranaense. Dessa forma, confirma-se que o grupo reunido não só possuía afinidades literárias como

também possuía força política suficiente para fundar uma nova história para um estado criado havia menos de cinquenta anos (Beltrami, 2002:88).

O Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense (IHGP) entre 1918-1925

Mais do que apresentar a trajetória histórica das produções do Instituto Histórico e Geographico Paranaense (IHGP), nos esforçamos neste momento em descrever parte da história deste periódico. Embora a intenção de publicar um periódico estivesse presente no Estatuto da entidade (Cap. IV, Art. 1, Estatuto Aprovado em 03 de junho 1900), somente dezoito anos após os festejos da inauguração do Instituto Histórico e Geographico Paranaense (IHGP) foi publicado o primeiro periódico da instituição. Esse exemplar, de 1918, significou um momento de modernização das letras paranaense e peculiar na produção de textos científicos. Dando continuidade ao programa do Instituto, o segundo periódico publicado em 1919 completava a proposta dos editores. O terceiro Boletim do IHGP seria publicado somente no ano de 1925, tendo em vista que incidentes concorreram para o adiamento da publicação dessa edição.

Formado por intelectuais que, em sua maioria, eram personalidades de destaque da política nacional, o Instituto tinha como maior preocupação vincular as atividades da entidade com as diretrizes da política oficial. Entretanto, o legado deixado pelos intelectuais através dos boletins do IHGP representou um salto qualitativo para a solução de problemas acerca da história, “[...] geographia, e, por conseguinte, sobre os diversos ramos correlativos a estas sciencias, como a ethnographia, a paleoethnologia, etc” (BIHGP, 1918:7). Para a realização dessa proposta, alguns nomes foram indicados para compor as comissões permanentes, cujas funções consistiam em desenvolver estudos que apontassem o Paraná sob as mais diversas óticas. Portanto, a construção de uma história para o estado incluía os diversos ramos da ciência considerados fundamentais, tais como a geografia, etnografia e a paleonethnologia.

Com relação às comissões permanentes, lembramos que para os estudos de História foram indicados os seguintes nomes:

Dr. Manoel Ignácio Carvalho de Mendonça; Prof. Dario Velloso; Dr. Nilo Cairo; Dr. Cardoso de Gusmão e Dr. Costa Carvalho. A comissão de

Geografia regional foi composta por: Dr. Sebastião Paraná, Dr. José Niepce da Silva, Lindolpho Pombo, Dr. Francisco Gutierrez Beltrão e Dr. Lindolpho Pessoa. Os estudos de Ethnographia e a Arqueologia, ficaram a cargo do Pe. José de Mello, Domingos Velloso, Dr. Arthur Martins Franco, Dr. José Maria Pinheiro Lima. (BIHGP, 1918: 9).

A partir disso, é possível afirmar o periódico publicado pelo Instituto Histórico e Geographico Paranaense como um “veículo condutor de idéias de um grupo, parâmetro para o conhecimento da realidade histórico-social do momento de sua produção” (Luca, 1998:11). Cabe lembrar que a política editorial do IHGP possuía caráter cultural e seus fins eram principalmente científicos.

Os estudos etnográficos nos Boletins do IHGP (1918-1925)

Sobre a dimensão dos escritos etnográficos nas produções científicas dos institutos históricos, é possível perceber que o IHGP seguia as orientações do programa etnográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pois acabou incluindo entre as suas discussões e publicações estudos voltados para esta temática, sendo assunto recorrente durante a Primeira República. No Instituto Paranaense, a nova problemática foi incorporada aos demais estudos praticados no grêmio evidenciando a adesão de outras perspectivas em suas apreciações e produções científicas.

Para a realização desse estudo analisamos os textos publicados entre os anos de 1918-1925. Durante a pesquisa localizamos dois artigos divulgados no Boletim do IHGP (1918): *Paleonethnologia* (José Franco Grillo) e *Ligeiras notas sobre a Etnologia Paranaense* (Jayme Dormund dos Reis). Outro artigo localizado foi *Prehistória Brasileira* (Pe. Fernando Taddei), publicado no Boletim do IHGP (1925).

A partir das análises da publicação de José Franco Grillo, podemos constatar a presença dos estudos etnográficos no Boletim do IHGP publicado em 1918. A respeito da formação do autor, é importante lembrar que era médico formado em Napoli, na Itália, também exerceu o cargo de deputado estadual entre os anos de 1902 e 1903 (Rosevics, 2009:84). Sobre o texto, a *Paleonethnologia*, o médico explica que “este novo ramo das sciencias naturaes [...] vae interpretando e revelando-nos a história da humanidade desde a sua infância [...], sendo o elo que liga a Geologia a História”

(BIHGP, 1918:171). Assim, um dos objetivos do autor consistia em conhecer, a partir do estudo da natureza geológica do Paraná, a história dos povos primitivos que habitaram o território paranaense.

Foi a partir da configuração geológica do Paraná que o autor buscou “os vestígios que o homem contemporâneo d’aquellas epochas deixou por entre as camadas ou sobre a superfície da terra” (Grillo, 1918: 175). Deixando os sambaquis na costa paranaense, José Franco Grillo transpôs a Serra e buscou realizar análises através das excursões realizadas às demais regiões a história dos “aborígenes”, “índios vermelhos” (Grillo, 1918:181). Ainda há investigações e reflexões a respeito dos utensílios e das armas que o autor encontrava, de modo a contribuir para suas conclusões sobre as culturas e os modos de vida dos indígenas. Neste ponto, dentre suas intenções, uma das principais consistiu em oferecer uma teoria sobre a ocupação do continente defendendo a tese de que os sambaquis haviam sido suplantados pelos indígenas.

A partir disso, é possível perceber que, para José Franco Grillo, “a Paleoethnologia confunde-se com a Ethnographia, e a Prehistoria com as ephocas anteriores do descobrimento do Brazil” (Grillo, 1918:180). De modo que, ao refletir sobre a história paleoetnológica do Paraná, o autor conclui que os sambaquis, ao entrar em contato com os “índios vermelhos”, foram aos poucos desaparecendo, um “fenômeno etnologicamente indiscutível que as raças inferiores desaparecem em presença das raças superiores” (Grillo, 1918:181).

Disto tudo, portanto, é possível identificar que os desafios impostos pelas teses evolucionistas desenvolvidas na Europa e absorvidas pela etnografias brasileira em meados do século XIX, e princípios do século XX, exigiu o esforço de reinterpretação dos fatos e problemas locais, de onde podemos observar, no texto citado, a preocupação com a descrição de uma identidade racial culminando na construção de um tipo superior e evoluído. Vigente no período da escrita do Boletim do IHGP, esse discurso racial seria desconstruído ao longo do século XX, sobretudo a partir dos anos de 1930, quando as críticas anti-racistas e a adoção de explicações mais sociológicas sobre a história do Brasil passaram a despertar o interesse de setores da intelectualidade nacional (Skidmore, 1976, Schwarcz, 1993).

Nota-se que este é um momento cuja intelectualidade busca alternativa ou justificativa para a população mestiça que compunha o povo brasileiro, indispensável para a construção da nação. No caso do texto extraído do Boletim do IHGP, a temática busca aliar-se a uma tendência científica e histórica nacional.

Nesta mesma vertente, em *Ligeiras notas sobre a Etnologia Paranaense*, publicado no primeiro volume do Boletim do IHGP de 1918, Jayme Dormund dos Reis² indica que a presença dos brancos no Paraná foi fundamental e serviu de instrumento para uma “resultante evolutiva” (BIHGP, 1918:259). Seguindo a tendência dos estudos publicados por médicos brasileiros no início do século XX sobre os grupos sociais brasileiros, ele não foge à regra e realiza análises sob o tom eugenista cujas proposições do determinismo geográfico e racial prevalecem (Rosevis, 2009:99). Tais ideias podem ser confirmadas em sua explanação sobre as etapas de formação que teriam resultado no homem paranaense:

1ª fase: as hordas selvagens, como base fundamental com as suas uniões, depois de guerras sangrentas, entre vencedores e vencidos;

2ª fase: uniões entre selvagens e portugueses;

3ª fase: uniões entre selvagens, portugueses, hespanhoes e alguns africanos;

4ª fase: uniões entre os mestiços, selvagens e africanos; entre aqueles e os europeus da época da pequena imigração;

5ª fase: grande colonização, fraternizando todos os elementos, na grande afan de engrandecer o Paraná (BIHGP, 1918:259).

A evolução do homem nascido no Paraná é ressaltada mediante a defesa da vinda do contingente de imigrantes europeus que, mediante leis e tratados, adentraram e povoaram o território paranaense. A imigração foi uma das preocupações exposta por Jayme Dormund dos Reis,

a vasta região do Paraná hodierno tem o aspecto imponente de um cenário grandioso, a ribalta do qual se apresenta um forte agrupamento de estrangeiros recém instalados em mais de uma centena de prósperos núcleos, (suíços, alemães, russos, austríacos, ingleses, franceses, hespanhoes, belgas, norte americanos, portugueses, búlgaros, noruegueses, húngaros, orientaes – sírios e turcos – argentinos,

² Jayme Dormund dos Reis foi admitido como sócio efetivo do IHGP em 5 de agosto de 1916. Era médico sanitaria e professor (Rosevis, 2009:99).

holandeses, italianos, paraguayos e polacos, galicianos, silesianos, prussianos) [...] cheios de entusiasmo e de solidas esperanças (BIHGP, 1918:124).

Para os autores da época, esses imigrantes branqueariam a população paranaense e contribuiriam para transformar o Brasil naquilo que os intelectuais desejavam e se esforçavam para que fosse: um país de base étnica branca e símbolo de civilidade, tal como era recorrente nas interpretações do período. Em linhas gerais, algumas das diretrizes que orientaram a produção etnográfica de Jayme dos Reis são indicativas da importância do debate desta temática no cenário intelectual naquele momento quando eram estimuladas pesquisas sobre a etnografia e a etnologia com vistas ao entendimento das origens do povo brasileiro.

Verificamos, ainda, que tais estudos são marcados pela concepção de superioridade do elemento branco, com alguma proeminência dos indígenas (como elemento da terra), e pela diminuição do papel do negro na formação do Brasil. Neste aspecto, é evidente que, para o período, era fundamental valorizar a contribuição europeia para a formação racial e civilizacional do país, o que permitia pensar uma nação livre da mácula africana. Os desafios em adequar os interesses científicos aos interesses do país exigia esforço de reinterpretação da realidade social brasileira.

Outro texto que contribui para salientar a inserção do debate etnográfico nos estudos realizados no interior de instituições como o IHGP é o intitulado *Prehistória Brasileira*, publicado no Boletim do IHGP (1925), cujo autor é o Pe. Fernando Taddei (1867-1940)³. No texto, o autor define o significado de prehistória como, “a sciencia que trata de investigar a vida dos povos que ignoravam a arte de escrever” (BIHGP, 1925: 67), também lembra que, esse conhecimento pode ser observado através dos restos materiais das produções deixadas pelo homem primitivo, fosseis antiquísimos, restos arqueológicos ou pré-históricos do Brasil mais recente, a exemplo das armas, adornos, utensílios, estatuetas de barro ou pedras, habitações, pontas de lanças, machados de pedra, sepulturas e até ossos. No Paraná, mereceram destaque os

³Cabe mencionar que o padre foi enviado em missão ao Brasil como diácono, em 1890 tornou-se sacerdote no estado da Bahia. Percorreu diversas regiões do país em missão, tais como Rio de Janeiro, Minas Gerais e por fim o Paraná. Defensor da doutrina católica, Taddei acreditava na educação como meio de propagação da fé e da salvação, tornando-se voz ativa em jornais e revistas da época (Rosevics, 2009).

“*Sambaquis* ou *Tambaquis* (de *Tambá*, ostra, e *quile*, resíduos), isto é, montões de conchas, de beira-mar, muitos dos quaes contem ossos humanos” (BIHGP, 1925: 69).

É possível verificar que, para o autor, um dos desafios para o desenvolvimento de pesquisas sobre a pré-história brasileira é a necessidade da utilização de métodos científicos na coleta de fragmentos, principalmente os que dizem respeito à “escavação, reconstituição, conservação e classificação ou exposição dos achados prehistoricos” (BIHGP, 1925: 67). A confirmação de que o homem do Brasil não ficou inativo antes da chegada dos portugueses no começo do século XVI o fez relatar as descobertas arqueológicas de vários naturalistas que viajaram pelo país, tais como Saint-Hilaire, Peter Wilhelm Lund. Sua defesa da pré-história no território brasileiro tem, ainda, um segundo objetivo: o de exaltar a vida indígena existente no país como a origem do povo.

Considerações finais

A partir das análises realizadas, podemos afirmar que o debate sobre a constituição étnica da população brasileira foi destaque entre as discussões propostas por alguns intelectuais durante o início do século XX. Neste sentido, a etnografia se configurou como um saber científico cujo espaço privilegiado foi garantido nos debates produzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde o oitocentos (Turin, 2009; Kodama, 2010). Anteriormente, no século XIX, um dos principais debates da intelectualidade brasileira consistia no entendimento do papel histórico das etnias no processo de consolidação da nação, já que se buscavam alternativas ou justificativas para a população mestiça que compunha o povo brasileiro (Skidmore, 1976, Schwarcz, 1993).

Durante a pesquisa realizada, é possível notar que os estudos etnográficos publicados no Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense (IHGP) entre 1918-1925 foram influenciados pelos debates etnográficos propostos pelo IHGB. Os exemplos imediatos são os eventos realizados respectivamente em 1914 e 1922, I Congresso de História Nacional e I Congresso Internacional de História da América, cujos assuntos referentes à escrita da história se desdobram para temas relacionados

à etnografia. Neste sentido, é possível afirmar que a aproximação entre etnografia e antropologia se configuraram como propostas temáticas e, de um modo geral, redefinem as diretrizes explicativas da realidade nacional.

Para além dos eventos citados, esta aproximação do debate etnográfico ao fazer histórico é incorporada nas publicações do Instituto Paranaense nos princípios do século XX, inclusive com a criação de comissões específicas para o estudo etnográfico. Posteriormente, com a ascensão do debate no contexto nacional na década de 1950, o Instituto incorpora a etnografia como uma normativa fundamental da instituição, inclusive com a atualização do nome para Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense

Deste modo, é possível concluir que os encaminhamentos dos debates etnográficos identificados nos textos selecionados do Boletim do Instituto Paranaense em princípios do século XX contribuem para a percepção das especificidades que marcam a trajetória da produção etnográfica paranaense.

Referências bibliográficas

Fontes

GRILLO, José Franco. PaleoEthnologia. In: *Boletim do IHGP*, Curitiba: Livraria Mundial, 1918, p. 169-181.

REIS, Jayme Dormund dos. Ligeiras notas sobre a Etnologia Paranaense. In: *Boletim do IHGP*, Livraria Mundial: Curitiba, 1918, p. 245-259.

TADDEI, Fernando. Pré-história Brasileira. In: *Boletim do IHGP*, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd: Curitiba, 1925, p. 65-70.

Ata da aprovação em Assembléia dos Estatutos do IHGP, 03 de Junho de 1900. *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Livraria Mundial: Curitiba, 1918, p.16-21.

Bibliografia

BELTRAMI, Rafael C. de C. Da Poesia na Ciência – Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, uma história de suas idéias. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR: Curitiba, 2002.

Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, v. 61, 2010. Edição Comemorativa aos 110 anos de fundação do Instituto. Curitiba: Instituto Memória.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Um olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 20, 1998, 217-229.

_____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, Niterói, vol. 9, n.18, jan./jun. 2005, p. 147-170.

_____. Da escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938) – Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 5, n. 2, p. 253-272, maio-ago. 2010.

MENDES, Antônio Celso et. al.; Um século de cultura: História do Centro de Letras do Paraná 1912-2012. Núcleo de Mídia e Conhecimento: Curitiba, 2013.

ROSEVICS, Larissa. *O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção de um imaginário regional*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPR, Curitiba, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, Réne (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, B. S. L. De; Escritas da etnografia e da história no I Congresso de História Nacional do IHGB (1914). In: Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs) Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013. p. 1-10.

_____. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no início do Século XX. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Assis, 2015.

SOUZA, Fabrício Leal. *Nação e herói: a trajetória dos intelectuais Paranistas*. Dissertação (Mestrado em História), UNESP: Assis, 2002.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Tese (Doutorado em História das Ciências), Casa de Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 2011.

TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Mulheres operárias nos tribunais do trabalho: a luta por direitos das tecelãs em Juiz de Fora (Década de 1950)

Alessandra Belo Assis Silva*

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a luta por direitos de operárias têxteis na Justiça do Trabalho por meio do estudo dos dissídios individuais impetrados por elas na Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora (JCJJF) na década de 1950. Essas ações trabalhistas têm como temática a questão das suspensões disciplinares sofridas por essas mulheres. Tal dispositivo, utilizado largamente pelos patrões e seus hierárquicos diretos como mestres e contramestres, acarretava prejuízo financeiro e "simbólico" para essas operárias, na medida em que experimentavam ofensas por parte dos patrões e seus representantes além de sofrerem com os descontos salariais. Pretende-se demonstrar que os discursos incitados pelos prepostos das empresas eram pautados tanto pelo autoritarismo como pela discriminação moral e comportamental com o intuito de justificar as penas disciplinares impostas a essas mulheres. Essa articulação, por sua vez, sugere a presença de alguns enquadramentos de gênero.

Palavras-chave: Mulheres operárias, Trabalhadores têxteis, Direitos Trabalhistas, Justiça do Trabalho.

Women workers in the labor courts: the textiles struggle for rights in Juiz de Fora (1950s)

Abstract: This paper aims to analyze the struggle for labor rights of women textile workers in the Brazilian Labor Judiciary via the individual disputes brought by them at the Board of Conciliation and Arbitration of Juiz de Fora, state of Minas Gerais, in the 1950s. These individual complaints have as their main theme the issue of "disciplinary suspensions" suffered by these women. In this regard, this study takes as a key point the case of the worker *Eunice Fonseca*, accused of "strike leader". These disciplinary measures were widely used by employers and their direct hierarchical masters and foremen. In addition, they entailed financial and "symbolic" loss to these workers, as these women experienced offenses by employers and their representatives, as well as they suffer with salary deductions. It is intended to demonstrate that the speeches incited by the agents of these companies were guided by both authoritarianism and moral discrimination in order to justify the disciplinary suspensions imposed on these women. This combination, in turn, suggests the presence of some gender issues.

Keywords: Women workers, Textile workers, Labor Rights, Brazilian Labor Judiciary.

* Doutoranda em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: alessbelo@gmail.com.

Introdução: tecelãs na Justiça do Trabalho

No dia 12 de março de 1954, Eunice Fonseca, tecelã da fábrica de meias *Dickson* sediada na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, entrou com um processo trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento da cidade. Criada em 1944, a Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora (JCJJF) foi palco do conflito de classes entre os operários têxteis da cidade e as tradicionais fábricas de fiação e tecelagem da cidade. Tais empresas do ramo, de maneira geral, consolidaram um lugar nas pesquisas sobre a Justiça do Trabalho e trabalhadores como as “tradicionais” descumpridoras de direitos trabalhistas (Pacheco: 1996; Corrêa: 2011; Varussa:2012). Não é por acaso que tanto as mulheres como homens tecelões se destacaram como sujeitos bastante ativos nos tribunais do trabalho no país.

Com efeito, a indústria da cidade de Juiz de Fora no pós-30 seguiu, embora de forma marginal, a lógica da industrialização brasileira. Isto remete, em linhas gerais, a força da indústria têxtil na cidade no período que, não obstante a crise que se verifica nos ramos tradicionais em queda relativa por todo país frente à emergência de indústrias de bens intermediários e de capital, ainda contava com um nível alto de produção e empregava um volume bastante significativo de trabalhadores (Paula: 2015).

De forma sintética, pode-se afirmar que as características dessa industrialização foram o relativo pleno emprego, a heterogeneidade do perfil das indústrias, algumas mais atrasadas do ponto de vista tecnológico convivendo com outras mais modernas, realidades que não eliminaram o caráter de exploração do trabalho de ambos os tipos de indústria. Se a introdução da maquinaria levava ao desemprego também levava, por outro lado, à intensificação da exploração que era obtida com um controle sobre os trabalhadores tanto no que se refere à produtividade quanto a questões disciplinares. Tais situações levaram a numerosos conflitos de classes que tiveram na Justiça do Trabalho, seu lócus primordial.

Sobre esta instituição, cumpre lembrar que foi instituída enquanto tal em 1941, no Estado Novo comandado por Vargas, após anos de debates acerca de sua criação e funcionamento. O desenho institucional da Justiça do Trabalho era formado, como o é até os dias de hoje, por três instâncias: o Tribunal Superior do Trabalho (3ª instância),

os Tribunais Regionais do Trabalho (2ª instância) e as Juntas de Conciliação e Julgamento, hoje Varas do Trabalho (1ª instância). Em 1943, Getúlio Vargas consolidava a formação do arcabouço institucional de proteção aos trabalhadores com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, documento que representou a reunião e sistematização da vasta legislação trabalhista produzida no país desde a Primeira República. A Justiça do Trabalho configurou-se

Foi neste naquele contexto que a tecelã Eunice Fonseca se tornou reclamante em dissídio trabalhista na Justiça do Trabalho, pelo qual alegou ter sido dispensada injustamente. Em razão disso, a tecelã pedia indenização em dobro, aviso prévio e férias previstos na Consolidação das Leis do Trabalho. A empregadora, por outro lado, a fábrica *Meias Dickson* ao se defender por intermédio de seu advogado, iniciou a narrativa dos acontecimentos: afirmou que Eunice havia praticado “falta grave consecutiva e decorrente da desídia¹, ocasionando *estragos a material*, sem qualquer justificção” e, ao ser advertida, se insurgiu contra a reclamada, “encabeçando uma greve, na qual arrastou quinze operárias a paralisar o trabalho por duas horas.” As operárias foram suspensas e Eunice, chamada pelo representante da fábrica de “autora *intelectual* da rebeldia” foi sumariamente dispensada, não merecendo, segundo o argumento da empregadora, qualquer direito de indenização e aviso prévio.²

Pelo lado da fala da operária é possível entender que o estrago no produto produzido, isto é, nas meias, constituía o centro do conflito entre Eunice e a empregadora. Dizia a tecelã que “o mestre da fábrica foi avisar a reclamante e demais colegas, que a empresa iria descontar cinco cruzeiros por pé de meia defeituoso que fosse apresentado; que em face da ameaça, a reclamante e todas as demais colegas pararam suas máquinas e procuraram um entendimento com a empresa, já que consideravam exagerado o que desejava a empresa reclamada.”

¹ Na linguagem da legislação trabalhista a desídia, que está (até hoje) elencada como um dos motivos de demissão por justa causa segundo o Art. 482 da CLT, consiste na negligência, desatenção, desinteresse por parte do trabalhador em relação aos seus serviços. Para que fique caracterizada a desídia, porém, é necessário que tal comportamento do trabalhador seja reiterado, comum, habitual. Um único dia em que o trabalhador tenha prestados os seus serviços com desatenção, por exemplo, não caracteriza a desídia e impossibilita a dispensa por justa causa. Ver: BRASIL. *Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em 25/11/15.

² Para não exaurir o leitor, todas as citações referentes ao caso de Eunice Fonseca estão contidas no Processo Trabalhista JCJJF- 130/1954 impetrado pela operária, disponível para consulta no Arquivo do Município de Juiz de Fora-MG.

Eunice, que parecia entender bem das máquinas que trabalhava como tecelã, passava em seguida a explicar o porquê imputar, simplesmente, a culpa nas operárias pelos defeitos era algo exagerado. Afirmava a operária

que quando o defeito era de agulha fechada vinha da máquina, mas quando se tratava de laço solto, era de tecelã; que agulha fechada a tecelã não vê; que quando a agulha fecha, quebra ao terminar a meia; que cada tecelã toca duas máquinas; que os defeitos da tecelã só se verificam no punho; que o desconto só seria efetuado quando o defeito fosse no punho, que recebeu uma carta alegando estar dispensada por falta de disciplina. (Processo JCJF 130: 1954)

De fato, como bem descreveu a própria Eunice, o problema dos defeitos em panos, meias e nos fios era comum nas fábricas têxteis e suscitavam uma série de questões, dentro das quais emergia preconceitos de gênero, imposições descabidas por parte do patronato e por outro lado, resistência e indignação das operárias.

Em análise sobre a memória construída no cotidiano de luta operária de mulheres em Juiz de Fora, Carolina Neder evidencia, através de relatos orais, como as operárias, em várias ocasiões, julgavam tais suspensões como arbitrárias. D. Anita, ex-operária da Companhia Fiação e Tecelagem Santa Rosa, conta o motivo pelo qual o contramestre a deixou suspensa da fábrica, depois de quase vinte anos de trabalho.

[...] o fio arrebatava sem parar, eles compravam o fio de pior que tinha. Então chamava a gente lá, falava, **punha a gente abaixo de zero [grifo meu]**. Um dia, o contramestre me chamou pra me mostrar não sei o que no pano, falou assim: a senhora não tem vergonha de fazer um pano desse não? Eu falei assim: Olha, se o fio fosse bom dava né, mas o fio não presta. [...] Então ele me pôs suspensa, o contramestre. Aí eu fui na Junta [...] (Neder, 2010: 64).

Ao se sentirem lesadas pelas fábricas, frequentemente as operárias procuravam a Justiça do Trabalho, sobretudo para reclamar de suspensões endereçadas a elas, algo que lhes acarretavam um grande ônus e, dependendo do tempo da suspensão, poderiam trazer-lhes sérias dificuldades financeiras. No caso das suspensões juntava-se então a perda no salário. Naquele tempo era empregado o “salário por tarefa” no linguajar da época, isto é, por produção. O salário-tarefa seria bastante problemático para os trabalhadores em geral porque ganhando de acordo com o resultado de seu trabalho, com aquilo que produziu, este tipo de remuneração abria chancela para uma diminuição drástica do salário por parte dos empregadores. Utilizando ainda a fala de

D. Anita é possível perceber as dificuldades enfrentadas por essas mulheres devido ao que acarretava essa modalidade de pagamento:

O salário? Era o que a gente produzia, era por meta, é, por produção. Se o fio era bom rendia, mas se o fio era um fio que arrebatava até no olhar pra ele... Nossa Senhora, não podia nem piscar o olho, que se rebentasse um fio rebentava tudo, porque rebentava um fio, embolava, aí a lançadeira vinha e cortava tudo. Aí, ganhava menos e passava, às vezes, o dia inteiro fazendo aqueles fios (Neder, 2010: 46).

De fato, como também mostra a historiadora Roseli Boschilia, para as operárias de Curitiba, “a variação de salário das tecelãs estava vinculada ao perfeito funcionamento da máquina e à qualidade do fio” (Boschilia, 1996: 50-60). Além disso, é conhecido o fato de que independentemente da produtividade, as mulheres recebiam salários menores do que os homens. No caso de Curitiba, por exemplo, se no final da década de quarenta, enquanto os homens recebiam salários que variavam entre Cr\$ 3,00 (cruzeiros) e Cr\$ 7,00 por hora, as mulheres ganhavam entre Cr\$ 1,75 e Cr\$ 2,40.

Todas essas dificuldades não eram vividas de forma passiva e subordinada por parte dessas operárias. Na tabela abaixo pude apurar o número de mulheres sindicalizadas em relação aos homens pelo Sindicato dos Têxteis de Juiz de Fora, para o período de 1940 a 1954.³ As fábricas pesquisadas foram as que contavam com maior número de empregados. Estão entre as principais fábricas têxteis da cidade. Mas como vimos, havia outras fábricas menores como a que Eunice trabalhava, sendo ela mesma uma operária sindicalizada.

Tabela 1- Trabalhadores sindicalizados por período

Período//Fábricas	1940-1949		1950-1954	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cia. Fiação e Tecelagem Antônio Meurer	278 (47,7%)	305 (52,4%)	77 (41,3%)	109 (58,7%)
Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira	257 (51,6%)	241 (48,4%)	111 (37,2%)	188 (62,8%)

³ Fiz esse levantamento ao visitar o pequeno acervo que restara do histórico Sindicato dos Têxteis de Juiz de Fora. Muito do que tinha perdeu-se ao longo dos anos por falta de organização e preservação.

Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas	142 (47,3%)	158 (52,7%)	259 (48,2%)	278 (51,8%)
Cia Fiação e Tecelagem Morais Sarmiento	107 (34,1%)	206 (65,9%)	126 (48,8%)	132 (51,2%)
Cia Fiação e Tecelagem Santa Cruz⁴	97 (40,2%)	144 (59,8%)	32 (30,1%)	74 (69,9%)
Tecelagem Santa Rosa	29 (65,9%)	15 (34,1%)	15 (31,9%)	32 (68,1%)

Fonte: Fichas de sindicalização para o período 1940-1954 disponíveis para consulta no Arquivo Histórico do Sindicato dos Têxteis de Juiz de Fora.

A tabela 1 mostra que, do total de sindicalizados por fábrica, em quase todas, a maioria era composta por mulheres. Considerando-se o fato de que a maioria dos empregados nessas fábricas era do sexo feminino, essa diferença se justifica. No entanto, ainda assim, é surpreendente o número bruto de mulheres sindicalizadas, o que demonstra que eram ativas tanto no reconhecimento de que poderiam usufruir dos benefícios do Sindicato pela lei sindical de 1931, como da luta por direitos na Justiça do Trabalho. Como demonstra Neder, no período que se estende de 1938 a 1954 (o primeiro dissídio encontrado data de 1938), o número de mulheres que entravam com processos contra as fábricas em que trabalhavam era muito maior do que o número de processos movidos por homens. Assim, a porcentagem de reclamantes mulheres era 60,24%, enquanto a porcentagem de reclamantes homens era de 39,76% (Neder, 2010: 65).

Após este preâmbulo sobre o contexto das reclamações dessas operárias na Justiça, o interesse desse ensaio consiste, de uma maneira geral, em verificar as diferentes maneiras de narrar as experiências de trabalho transcorridas no interior das empresas têxteis de Juiz de Fora, na medida em que é possível construir explicações válidas do social exatamente a partir das versões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais. Isso ocorre quando evocamos a temática da disciplina fabril que alude

⁴ Pela estrutura da fábrica parece que havia mais sindicalizados, portanto, as fichas podem ter sido perdidas.

a mecanismos de controle de trabalhadores, voltados a submissão aos ritmos temporais e de produção. No caso deste texto, entretanto, incrementa-se aos conflitos de classes e de atores, a categoria de gênero (Schmidt, 2013: 157).

Por meio da leitura dos processos trabalhistas é possível verificar enquadramentos de gênero muito claros e específicos. Tratam-se, sobretudo, da carga de linguagem utilizada e dos argumentos jurídicos de defesa e acusação entre as partes cuja articulação demonstra mostram tais diferenciações de gênero, embora estejam contidos muitas vezes em pequenas citações e não são tomados como ponto central dos processos trabalhistas.

Solidariedade feminina e enquadramentos de gênero

Ao retomarmos o estudo de caso de Eunice fica nítida, pelos depoimentos das partes revelados no processo, a presença da "solidariedade feminina", ou como demonstra Benito Schmidt a aparição de uma "cumplicidade de gênero" (Schmidt, 2013:165). Tal fenômeno ocorre neste caso em particular, a revelia dos riscos aos quais as operárias provavelmente sabiam que existiam quando paralisaram suas máquinas conjuntamente com Eunice. Elza Marcelino, operária que compareceu à Junta como testemunha da reclamação de Eunice, afirmou que houve paralisação das máquinas, em virtude do prejuízo que as operárias iriam sofrer "em razão das meias estragadas". Contudo, Elza afirmara que ninguém "a mandou parar as máquinas o tendo feito por vontade própria", nenhuma tendo sido a influência de Eunice nesse conflito (Processo JCJF 130:1954). A mesma afirmação foi feita outra depoente, Inês Rocha, que ao ver todas as máquinas paradas decidiu também interromper o seu trabalho. Inês relatou, ainda, que o mestre saiu a perguntar a cada operária quem havia encabeçado a greve, e tendo chegado à Eunice, a mesma resolvera dizer que fora ela mesma. Esse argumento acabou sendo utilizado para culpabilizar Eunice, na medida em que no momento que a tecelã admitia ser a "cabeça de greve", estaria provada sua indisciplina. Entretanto, ao deslocarmos o olhar para o tema da solidariedade, é possível conceber que Eunice retribuía a cumplicidade das colegas ao trazer para si a culpa integral do ato, retirando das demais colegas algum possível prejuízo mais grave, como a demissão sumária, algo que acontecera com ela própria.

De toda forma, se fica evidente uma certa liderança de Eunice na situação, é certo que as operárias não hesitaram em agir: utilizaram da tática de paralisar as máquinas, velha conhecida forma de reivindicar dos operários industriais, muitas vezes analisada pelos estudiosos como movimento de homens e não de mulheres. Além disso, ao se sentir lesada, Eunice acionou outro meio de luta: a Justiça do Trabalho, por meio da instauração de um processo trabalhista.

Segundo Louise Tilly, por um longo tempo, os historiadores ignoraram “o papel dessas trabalhadoras nos conflitos trabalhistas e no processo de industrialização, mas a riqueza e a variedade dos dados evidenciam uma prática feminina rica e pulsante” (Tilly, 1994: 44). Quando empregadas nas fábricas, as mulheres desenvolveram, neste caso assim como muitos homens, interesses comuns e uma solidariedade, que formaram a base da ação coletiva e de resistência.

Além disso, alguns conflitos revelam possíveis recortes de gênero que podem ser levantados quando o dono da fábrica *Meias Dickson*, o senhor Zackarias concede seu depoimento no dissídio trabalhista. Segundo o empregador,

as componentes da secção pararam as máquinas e ficaram em grande alvoroço dentro da fábrica, somente depois de uns vinte minutos se dirigiram ao escritório, onde pretenderam conversar com a direção da reclamada, ocasião em que foram notificadas de que não poderiam ser atendidas em razão da forma coativa com a qual se pretendiam impor à empresa; [...] que foram várias as razões que levaram a fábrica a conclusão de que fora a reclamante a chefe do movimento de paralisação da maquinas, inclusive pela confissão dela própria ao mestre, e pela declaração de testemunhas, colegas suas, e, ainda pela própria observação da direção da empresa que a via sempre à frente das demais companheiras; que a reclamante nunca sofreu punição da empresa, **mas que esta já havia pretendido dispensar a reclamante por haver declarado às menores que ali trabalham que já havia feito um aborto, e que somente desejava rosetar [grifo meu]** (Processo JCJJF 130: 1954).

Neste ponto é possível verificar, por meio dos processos trabalhistas, como os sujeitos envolvidos utilizaram enquadramentos de gênero em suas argumentações. Neste caso, o patrão lançou mão da polêmica questão do aborto. É possível conceber que Zackarias tentava desqualificar o comportamento de Eunice como alguém fora dos padrões exigidos pela sociedade que corresponderiam diretamente ao papel de boa operária. Nesse sentido, Zackarias defendia que a tecelã seria uma péssima influência,

na medida em que havia “declarado às menores que ali trabalham que já havia feito um aborto.”

Ademais, o termo “rosetar” utilizado por Zackarias, palavra que na época significava “divertir-se” com conotação sexual nítida⁵, parecia fazer referência a uma mulher moralmente desqualificada. De fato, como bem argumentou Louise Tilly, em todos esses combates nas fábricas, reencontra-se uma forte reprovação e uma desconfiança quanto às mulheres, embora elas estivessem presentes no espaço público: elas eram menosprezadas pelo seu comportamento “ridículo e inadequado”. O gênero, segundo Louise Tilly, nesses casos passa a ser uma metáfora para outras relações de desigualdade, como a de classes.

Ao caminharmos para a decisão da Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora observa-se que Eunice conseguiu parcialmente uma vitória na Justiça do Trabalho. Parcialmente, porque a JCJF, por meio de seu juiz Vespasiano Vieira Filho, argumentou que a tecelã poderia ter resolvido o conflito com a empresa fora do horário de trabalho e não seria preciso paralisar as máquinas junto às colegas. Por outro lado, Vieira Filho concluiu que não era concedido o direito de fazer ameaças e descontos ilegais por parte da empresa.⁶

que a atitude assumida pela reclamante e demais colegas, rebelando-se contra ordem partida da reclamada, em forma de advertência, foi o produto desta mesma ordem, constante de uma comunicação de que iria descontar em seus salários as meias estragadas. Considerando que à reclamada não cabia o direito de fazer tais descontos, sendo, conseqüentemente, ilegal e falta de apoio a ameaça feita às suas empregadas, razão pela qual incorreu a reclamada em erro, **procurando intimidar suas operárias com ameaça que não poderia cumprir**

⁵ Um exemplo histórico-cultural, nesse sentido, reside em uma marchinha que ficou imensamente popular no carnaval de 1947. Trata-se da composição com o título de “Eu quero é rosetar” de autoria de Haroldo Lobo e Milton de Oliveira. Segue um trecho da letra: “Por um carinho sua minha cabrocha/ Eu vou a pé a Irajá (bis)/ Que importa que a mula manque/o que eu quero é rosetar”. Rosetar significa, em termos originais, “utilizar a roseta”, uma pequena roda dentada da espora para fazer com que o cavalo ande. Em sentido popular e informal, entretanto, expressa a ideia de prática sexual. Devido ao choque que a música causou para os costumes da época, a censura proibiu a sua veiculação, e o disco foi recolhido das lojas, não vetando, no entanto, a popularidade que a canção angariou no período. (*O Globo*: 1947).

⁶ Não cabe para os propósitos deste trabalho uma análise minuciosa da posição da Justiça do Trabalho nesses casos, mas cumpre lembrar que havia por parte dos magistrados, nesta época, uma grande defesa em prol do direito do trabalhador ao seu salário, principalmente em 1954 quando o salário teve aumento de 100% e os patrões insistiam em descumprir esta decisão. Nesse sentido, as ameaças de descontos na remuneração encontravam, de maneira geral, uma oposição por parte dos juizes. Por outro lado, a questão da indisciplina dos trabalhadores, em geral, era algo que encontrava bastante suporte na jurisprudência a favor dos patrões como demonstrou Benito Schmidt em estudo já citado neste trabalho. Ver: SCHMIDT, Benito B. *A sapateira insubordinada...*, p.171.

[grifo meu]. Considerando assim que, nestas condições, a reclamada que **tinha meios de punir aquelas operárias [grifo meu]** que viessem a estragar serviços por descaso ou negligência, suspendendo-as, dispensando-as na reincidência, ao contrário de assim agir, prefere mandar intimidá-las com uma ameaça de desconto inteiramente ilegal, porque não resultante de contrato ou disposição em lei (Processo JCJJF 130: 1954).

A fábrica recorreu às instâncias superiores da Justiça do Trabalho, já que deveria pagar metade da indenização para a empregada, mas as outras instâncias (TRT e TST) confirmaram a sentença da JCJJF. Com efeito, Elenice obteve algum direito na Justiça do Trabalho tendo ficado “provado”, entretanto, que o motivo de “insubordinação” tinha justificativa legal e era apoiado pelos magistrados.

Finalmente saindo da órbita do processo aqui analisado, é possível observar que argumentos no âmbito moral e de gênero, similares ao que Zackarias lançou mão contra Eunice, foram também utilizados em outros dissídios para imputar às empregadas o papel de trabalhadoras desidiosas ou indisciplinadas. Em maio de 1954, Maria Alves da Silva, trabalhadora da *Cia. Fiação e Tecelagem Moraes Sarmento*, foi suspensa três dias, sob a alegação de que “se recusava a varrer o salão” (Processo JJCJF-201: 54).⁷ No entanto, a operária estaria sendo obrigada, segundo ela, a limpar teares das outras tecelãs, “andando pelo salão sem tear certo”. Novamente emerge um conflito com o mestre, chamado João Teixeira, que a suspendeu e a transferiu sem a vontade da reclamante para o turno da noite. No depoimento Maria conta como ocorreu a contenda com o mestre da companhia:

Foi ordenada que varresse o salão, o qual encontrava-se muito sujo e como se recusasse a fazê-lo por já se encontrar quase na hora da saída, foi suspensa, que além desta punição, foi a reclamante mudada de horário para segunda turma, de dez as treze e das dezessete as vinte duas horas, que o mestre reclamou que **a reclamante não prestava nem para varrer o salão, nada lhe tendo respondido, que saindo as vinte duas horas, chega em casa as vinte e três horas, que o mestre vem tirando a reclamante do serviço de tear para o de limpeza dos mesmos [grifo meu]** (Processo JCJJF 201: 1954).

Neste conflito, evoca-se outra questão como o clássico papel doméstico de varrer e também de limpeza dos teares geralmente atribuído às mulheres. Tal movimento ocorre, quando o seu superior hierárquico afirma que a tecelã não era capaz de realizar

⁷ Processo Trabalhista JCJJF- 201/54.

“sequer” “o trabalho menor de varrer o salão”. Ainda segundo a tecelã, o mestre a obrigara a fazer além de seu serviço, também o de limpeza, prejudicando inclusive seu horário de saída. Se o trabalho de varrer é desqualificado pelo mestre, é também visto de forma negativa pela operária. Contudo, nesta última situação relaciona-se a diversos fatores: como jornada exaustiva de trabalho que tal serviço ensejava, já que era “complementar” ao que ela havia feito, e refere-se, também, ao fato de ter seu contrato assinado como de tecelã, com salário maior, o que configurava um desrespeito ao direito trabalhista da empregada de ter seu contrato cumprido.

Além disso, é possível verificar outro problema: a transferência do horário de Maria para o turno da noite, realizada sem prévio acordo com a operária. Em outra fala, ela afirmou que morava em um local chamado Vila Sebastião e que longe da fábrica, ao sair da empresa as vinte duas horas, chegava em casa apenas as vinte e três horas, o que sabemos ser incompatível com a vida de muitas mulheres operárias que tinham uma jornada dupla a ser cumprida também em suas vidas privadas e domésticas.

A empregadora defendeu-se pelo seu advogado, cujo argumento era de que a transferência ocorreu por necessidade de serviço e nada tendo dito sobre a suspensão sofrida pela operária. Não foi possível apurar mais discussões a respeito do caso na Justiça, já que o dissídio terminou em acordo, com Maria recebendo uma quantia de R\$ 2.000 cruzeiros (correspondente ao salário mínimo da época) tendo seu contrato rescindido com a empresa.

Outra situação de argumentos similares utilizados por patrões está presente no processo trabalhista de outra Maria. Em maio do mesmo ano, Maria Aparecida Machado, da *Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas*, grávida, se apresentou ao mestre Joaquim Cesário quando foi ordenada por ele que tocasse teares de pano liso e xadrez (Processo JCJF 226: 1954). Segundo a operária, ao se recusar a tocar pano xadrez, pois pedia que antes lhe fosse ensinado, o mestre a suspendera. Maria Aparecida contava que

o mestre lhe recusou o pedido, sob o fundamento de que era a reclamante antiga e de que devia saber, daí justificar-se sua atitude; que o mestre ainda declarou à reclamante que se não quisesse fazer o que mandava, que se fosse para sua casa, saindo por sua conta; que foi então suspensa por três dias; que terminada a pena, voltou a reclamante ao serviço e, novamente, foi mandada tocar tear com pano xadrez e, tendo alegado não saber fazê-lo, foi novamente suspensa, [...] que anteriormente já

havia sido suspensa; que o empregado que faz pano defeituoso é suspenso, que quando o defeito é da tecelã existe a obrigação de desmanchar o tecido e fazê-lo de novo; **que o mestre além de suspendê-la dizendo que era mulher sem vergonha e que não precisava de trabalhar, que depois da reclamação a fábrica não a mandou ao médico para exame [grifo meu]**(Processo Trabalhista JCJF 226:1954).

A narrativa de Maria sugere mais uma vez um primeiro recorte de gênero. Trata-se da figura da “mulher sem vergonha” cujo significado era depreciativo e culturalmente marcado.

Em segundo lugar, a presença da gravidez marca mais uma vez tal diferenciação. Quando Maria relata que a fábrica não lhe permitiu fazer exame, estava, provavelmente, se referindo ao exame de acompanhamento da sua gravidez, o que sugere um descontentamento da fábrica com a entrada da operária na Justiça do Trabalho, impedindo-a que fizesse exame no horário de trabalho.

Por fim, é preciso salientar outro marcador cultural e moral importante na fala de Joaquim. Ao afirmar que Maria supostamente “não precisava trabalhar” ele possivelmente evocou o importante embate entre expectativas de uma moral burguesa, por meio da qual a mulher deve ficar em casa cuidando do trabalho doméstico, e outra das classes populares, sob a qual efetivamente a realidade era mais pragmática levando a mulher para o mercado de trabalho externo. Assim como no caso do suposto aborto de Eunice, a atuação feminina de Maria foi avaliada de forma específica e ligada às condutas morais com enquadramentos de gênero.

Nesse sentido, tais questões parecem ter tido alguma ressonância negativa para Maria na decisão da Junta de Conciliação, já que a primeira instância da Justiça do Trabalho deliberou pela improcedência total ao pedido de Maria, considerando-a indisciplinada, “visto que a empregada não pode escolher serviço, mas este lhe é ordenado pelo empregador”. O juiz da JCJF, Vespasiano Vieira Filho, mostrou-se implacável com a questão das penas disciplinares. Embora não absorvesse de forma clara os argumentos depreciadores da moral dessas mulheres, oriundos de mestres e contramestres, é possível conjecturar se o magistrado da JCJF não tenha agido, no

exercício de seu papel, como guardião da moral e dos bons costumes.⁸ Uma exceção, entretanto, está no caso de Eunice, que adquiriu relevância clara pelo objeto de que tratava, houve uma atitude diferenciada por parte do tribunal, na medida em que a operária conseguiu convencer os magistrados, contudo de forma ainda parcial.

Considerações finais

Segundo Susan Besse, em pesquisa clássica sobre a atuação de mulheres no mercado de trabalho, a expansão progressiva da economia de mercado no país induziu essas mulheres ao mundo do trabalho não doméstico, apesar da resistência masculina. Esse movimento crescente da população feminina em direção aos setores de produção de bens e serviços alterou significativamente as condições da vida familiar, embora esse fenômeno não a tenha situado numa posição social equivalente à do homem (Besse: 1999, 143-145). Besse, segundo Margareth Rago, “nos faz pensar nos efeitos de uma modernização perversa, da qual as mulheres têm sido chamadas a participar, mas a um alto preço: o de salários menores para trabalhos mais desqualificados; o da aceitação das imposições morais de homens” (Rago, 1998: 424).

Foi neste contexto que se inseriam as mulheres operárias de Juiz de Fora. Contudo, como afirma de forma enfática Joan Scott, é preciso conceder uma certa atenção aos sistemas de significado, quer dizer, aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o significado da experiência (Scott, 1995). Em outras palavras, as relações de classe, percorrida pelos imbricamentos de gênero, revelam a existência de conflitos sociais em que o sistema de dominação masculina era questionado pela via dos direitos trabalhistas. De fato, importa também evidenciar o poder de luta dessas mulheres dentro de temas mais gerais na história social do trabalho como é o caso do controle do trabalho na fábrica, do desrespeito dos patrões aos direitos trabalhistas, sem perder, contudo, a dimensão de gênero na luta por direitos.

⁸ A historiadora Martha Abreu analisa justamente a relação entre o pensamento em torno da sexualidade e gênero e sua relação com a prática jurídica. Ver: Abreu, 1989.

Nesse sentido, esse texto demonstra, em uma perspectiva geral, como as mulheres exprimiram um engajamento em sua vida material, no local de trabalho e nos tribunais do trabalho com o intuito de promover sua autonomia individual e coletiva dentro da fábrica, algo que obviamente reverberou em sua existência como um todo. As mulheres, sob a forma de resistência classista, contestavam a imposição moral que lhe queriam imputar os homens aos quais deveriam teoricamente se subordinar no local de trabalho e nas suas vidas.

Por fim, cumpre afirmar que esta pesquisa faz parte de um conjunto de interpretações que tem mostrado como mulheres e homens trabalhadores se apropriavam do discurso e do terreno judicial, construía m noções próprias de direitos e foram capazes de criar seu próprio repertório de lutas dentro da Justiça do Trabalho. Esta instituição, por sua vez, Trabalho deve ser compreendida não como uma via de mão-única, destinada a arrefecer o potencial conflitivo das relações de classe capitalistas. Ao contrário, a Justiça do Trabalho consistiu, historicamente, em uma importante arena de conflitos dos quais os trabalhadores podiam ou não sair vitoriosos, mas que tem se revelado crucial na conquista e na observância de direitos desde meados do século passado.

Referências Bibliográficas

Fontes

Dissídios individuais da Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora-MG (JCJJF). Disponíveis em: Arquivo Histórico do Município de Juiz de Fora-MG.

BRASIL. Decreto-lei no 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943.

Bibliografia

ABREU, Martha Campos. *"Meninas Perdidas": os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: UNESP, 1999.

BOSCHILIA, Roseli. *Condições de vida e trabalho: a mulher no espaço fabril curitibano*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

CORRÊA, Larissa R. *A Tessitura dos Direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2011.

NEDER, Carolina Barbosa. *Memórias que não se apagam: o cotidiano de lutas das operárias na Manchester Mineira (1890-1954)*. Dissertação de (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

PACHECO, Jairo Queiroz. *Guerra na fábrica: cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra – o caso de Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *O Mito do "Baú de Ossos": Juiz de Fora no contexto da industrialização nacional (1930-1985)*. São Luís: EDUFMA, 2015.

RAGO, Margareth. *Modernizar para Conservar: Relações de Gênero em São Paulo nas Décadas Iniciais do Século XX*". *Cadernos Pagu*, Campinas, n.11, 1998.

POPINIGIS, Fabiane. *El trabajo de las mujeres en el mercado y en la calle. Desterro (Florianópolis), siglo XIX*. In: Schettini, Cristiana; Suriano, Juan (Org.). *Historias cruzadas: diálogos historiográficos sobre el mundo del trabajo en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Teseo, 2019, p. 67-102.

SCHMIDT, Benito. *A sapateira indisciplinada e a mãe extremosa: disciplina fabril, táticas de gênero e luta por direitos em um processo trabalhista (Novo Hamburgo-RS, 1958-1961)*. In: Ângela de Castro Gomes; Fernando Teixeira da Silva. (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua história*. Editora Unicamp, 2013, p. 157-199.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

TILLY, Louise A. *Gênero, história das mulheres e história social*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, 1994, p. 29-62.

VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalhadores e a construção da Justiça do Trabalho no Brasil*. São Paulo: LTr, 2012.

História na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental: Alguns apontamentos

Vânia Maria Siqueira Alves*

Resumo: Na tradição federativa do Brasil, coube aos diferentes sistemas de ensino, ao longo de décadas, elaborar e implementar orientações curriculares oficiais em suas redes de escolas. Com a intenção de orientá-los, foi elaborado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse documento, o ensino por competências se destaca. O trabalho abordará o componente curricular História na BNCC para o Ensino Fundamental, buscando analisar a proposição de organização e direcionamentos deste componente curricular, para constituir o conhecimento escolar que se ensinará e se aprenderá nas escolas. Para tanto, optou-se pelo uso de metodologia de análise documental e bibliográfica. Para o ensino de História, as perspectivas são pouco promissoras no sentido de inovar e dinamizar esse ensino.

Palavras-chave: BNCC, Ensino Fundamental, ensino de História.

Historia sobre la Base Nacional Curricular Común de la Educación Fundamental: Algunos puntos

Resumen: En la tradición federativa de Brasil, ha sido responsabilidad de los diferentes sistemas educativos, a lo largo de las décadas, elaborar e implementar pautas curriculares oficiales en sus redes escolares. Con la intención de guiarlos, se desarrolló la National Curricular Common Base (BNCC). En este documento, se destaca el aprendizaje basado en competencias. El trabajo abordará el componente curricular Historia en el BNCC para la Escuela Primaria, buscando analizar la propuesta de organización y dirección de este componente curricular para constituir el conocimiento escolar que se enseñará y se aprenderá en las escuelas. Para ello, optamos por el uso de metodologías de análisis documental y bibliográfico. Para la enseñanza de la historia, las perspectivas no son muy prometedoras para innovar y dinamizar esta enseñanza.

Palabras Clave: BNCC, Escuela Primaria, enseñanza de Historia.

* Graduada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, mestre em História pela Universidade Severino Sombra, USS/RJ, doutora em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: vaniamaria_siq@yahoo.com.br.

Introdução

Na tradição federativa do Brasil, coube aos diferentes sistemas de ensino, ao longo de décadas, elaborar e implementar orientações curriculares oficiais em suas redes de escolas. Caimi (2016) aponta que, mesmo tendo documentos norteadores, geralmente é o mercado editorial - os livros didáticos e os sistemas apostilados - que pautam os programas escolares, configurando o que se denomina "currículo editado" (Benito, 2006).

Com a intenção de orientar a elaboração de currículos por parte de Estados, municípios e instituições escolares, foi elaborado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Foram homologadas duas versões da BNCC, uma para o Ensino Fundamental, em 2017 e outra para o Ensino Médio, em 2018.

A elaboração da BNCC deu-se em um momento de profunda polarização política vivenciada no país, no qual se assiste ao crescimento de reações conservadoras de toda a ordem, crescimento de movimentos como "Escola sem Partido" e "Escola Livre", tentativas de cerceamento e até mesmo de criminalização do exercício da docência, retrocessos nos debates e conquistas sociais, dentre tantas outras situações (Caimi, 2016).

Currículos devem ser analisados levando em conta os órgãos que os produziram (Abud, 2009). Para entender a "seleção" de conhecimentos é fundamental considerar o momento em que as propostas são produzidas, bem como identificar o nível de conflitos emergentes no processo de seleção do conhecimento histórico.

Nesse contexto, a elaboração de orientações para as Ciências Humanas, especialmente do componente curricular História, adquiriu um tom diferenciado em relação aos demais componentes curriculares. Foram significativos os embates e polêmicas na definição dos conteúdos, competências e habilidades do componente curricular de História.

As reformas curriculares, expressas nos debates e documentos produzidos nos governos democráticos nos níveis federal, estaduais e municipais, são reveladoras de objetivos, posições políticas e teóricas que configuram não apenas o papel formativo da História como disciplina escolar estratégica para a formação do cidadão, mas também modos

pensar, construir e manipular o conhecimento histórico escolar (Fonseca, 2010: 2).

O trabalho abordará o “currículo de História” para o Ensino Fundamental na BNCC. De uma maneira geral, a expressão *currículo de História* tem sido mobilizada nos estudos sobre ensino de História como objeto ou foco de investigação, sem necessariamente deixar explícita a intencionalidade em estabelecer articulação com as problematizações teóricas do campo do currículo (Gabriel, 2019).

Nessa perspectiva, *currículo de História* tende a significar o conjunto de conteúdos que compõem as “grades curriculares” dessa disciplina nos diferentes níveis de ensino ou que são contemplados pelas reformas curriculares nessa área de conhecimento em contextos sócio-históricos distintos (Gabriel, 2019: 75).

Quando articulados dessa forma, em alguns casos contribui para reatualizar a perspectiva tecnicista e tradicional de currículo. “Qualquer tentativa de definição de “currículo de História” pressupõe a compreensão de movimentos teóricos internos a dois campos de estudos e pesquisas: o do currículo e do ensino de História” (Gabriel, 2019).

Há diferentes formas de nomear e mobilizar o que é ou o que deve ser currículo, bem como diferentes critérios de classificação e combinações entre interesses políticos e apostas teóricas que atravessam os debates curriculares. Esses critérios são expressos em adjetivos que qualificam as teorizações curriculares como: “tradicionais”, tecnicistas, críticas (Nova Sociologia da Educação/NSE na Inglaterra, Reconceptualização curricular nos EUA), pós-críticas (pós-estruturalistas, pós-fundacionais, pós-coloniais, decoloniais, desconstrucionistas, entre outras) (Gabriel 2019: 72-73).

Se considerarmos o critério político, as diferenciações entre essas perspectivas teóricas se manifestam em termos do distanciamento entre estudos que não reconhecem como foco privilegiado ou dimensão incontornável do campo curricular a articulação entre currículo-relações de poder-política (teorizações tradicionais e/ou tecnicistas) e os que consideram essa articulação estruturante do próprio campo. Trata-se, nessa última perspectiva, tanto das teorizações críticas [...] quanto das teorizações “pós-críticas”.

[...] A diferenciação, por sua vez, entre as teorias curriculares críticas e “pós-críticas” mobiliza critérios de classificação que dizem respeito à escolha dos sentidos atribuídos a conceitos ou categorias - “conhecimento”, “poder”, “ideologia”, “identidade”, “sujeitos”, “cultura”,

“diferença”, “linguagem” – considerados chaves de leitura nas análises curriculares – e as articulações estabelecidas entre os mesmos, no âmbito das múltiplas formulações teóricas que atravessam esse campo (Gabriel, 2019: 73).

A definição do “currículo de História” está diretamente articulada com esses movimentos teórico-políticos curriculares. “Seu entendimento depende do significado hegemonizado de currículo com qual se opera e as apostas políticas que se pretende sustentar e defender” (Gabriel, 2019: 74). Dessa forma, a análise da BNCC deve levar em conta esses movimentos. A opção teórico-metodológica do trabalho centra-se na análise da BNCC em História, com base nos questionamentos da Teoria Crítica do Currículo, fundamentada em M. Apple. No entanto, reconhece-se que tal análise pode ser ancorada em outras teorias e autores.

A análise do “currículo de História” na BNCC impõe também um diálogo com as questões específicas dessa área de conhecimento. Ensinar História é mero desdobramento de atividades inerentes ao ofício do historiador (Monteiro, 2003). O conhecimento histórico e o educacional devem ser articulados numa perspectiva dialógica.

Em razão da atualidade e novidade do documento, ainda são poucos os estudos sobre o “currículo de História” na BNCC. Embora não utilizem esta expressão, destacam-se os trabalhos de Caimi (2016), Franco, Silva Júnior e Guimarães (2018).

1 O que é a BNCC?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não é um currículo mínimo nacional,

é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2017: 7).

Embasada em marcos legais - Art. 210 da Constituição Federal, Art. 26 LDB 9394/96 e Plano Nacional de Educação (PNE) Lei 13005/ 2014 - e fundamentos pedagógicos - foco no desenvolvimento de competências e o compromisso com a educação integral - a elaboração da BNCC propunha constituir um conjunto coeso e

orgânico de orientações curriculares, visando a melhoria do processo ensino-aprendizagem. A elaboração da BNCC foi proposta como uma das estratégias para alcançar a meta 7 do PNE: "Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb" até 2021: 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental, 5,5 para os anos finais do Ensino Fundamental e 5,2 para o Ensino Médio.

A elaboração do documento percorreu várias etapas. A primeira ocorreu em 2015, com a instituição de uma comissão composta por 116 membros para elaboração da versão preliminar da proposta, para a elaboração da base e produção de relatório, consolidando os resultados da discussão pública para entrega ao Conselho Nacional de Educação (CNE) até o final de 2016. Essa comissão foi organizada pelas áreas de conhecimento e respectivos componentes curriculares, de acordo com as etapas da Educação Básica (Brasil, 2015).

Após elaboração da versão preliminar da base foi lançado o portal da BNCC para manifestações da sociedade sobre a primeira versão do documento, entre setembro de 2015 a março de 2016. Foram cerca de 12 milhões de contribuições a primeira versão do documento em todas as áreas. Vários seminários e debates com professores, gestores e especialistas abertos à participação pública foram realizados em todo o país, para debater a segunda versão da BNCC. Finalizado esse processo, ocorreu a sistematização das contribuições.

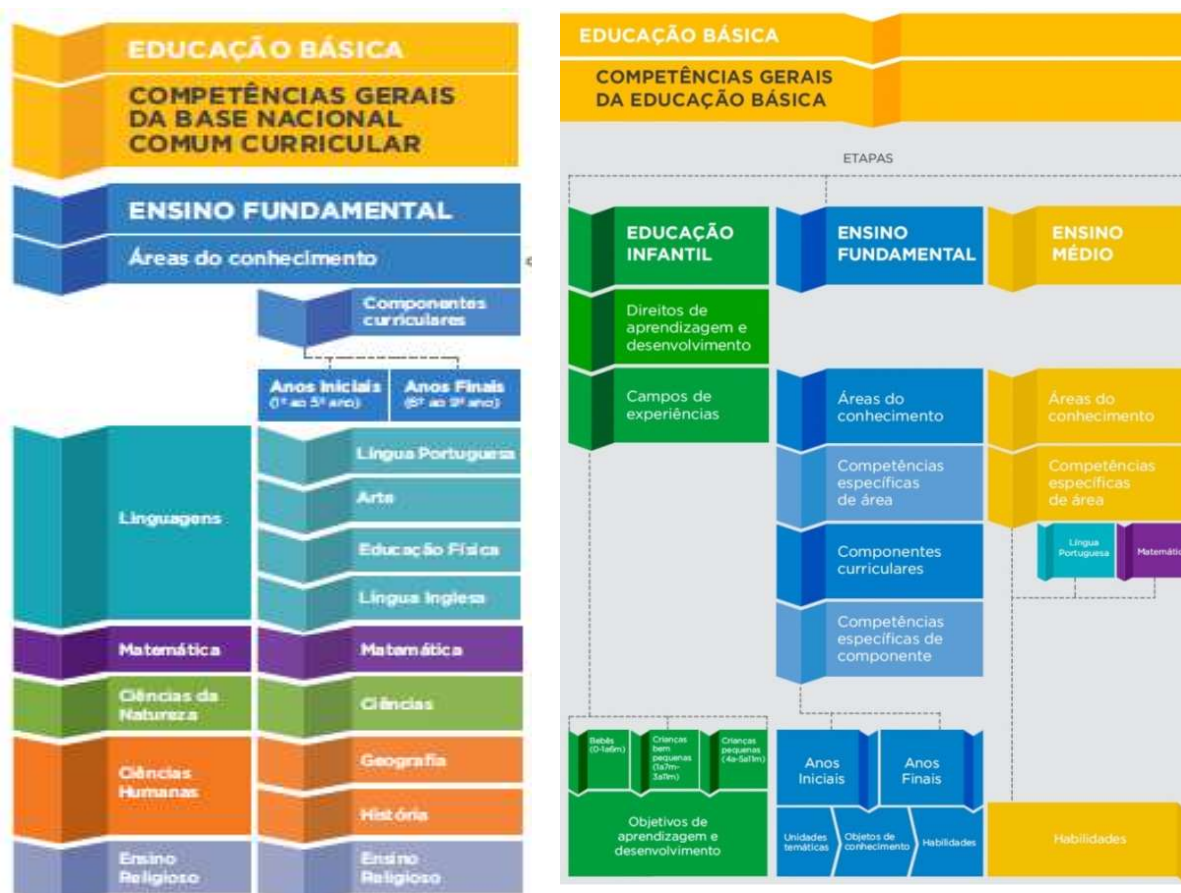
A aprovação da BNCC pelo Ministério da Educação, que estava prevista para junho de 2016 foi adiada para 2017, e o documento foram divididos em duas partes: Ensino Fundamental e Ensino Médio. A separação dos níveis de ensino deveu-se a elaboração da Medida Provisória de Reforma do Ensino Médio. Paralelamente a esse processo, o projeto de lei que transferiu para o Congresso a decisão final sobre a BNCC foi aprovado na Comissão de 30/08/2016. Em agosto de 2016, começou a ser redigida a terceira versão, em um processo colaborativo com a base na segunda versão. Nesse processo, audiências públicas foram realizadas com o Conselho Nacional de Educação (CNE). Em abril de 2017, o MEC entregou a versão final da BNCC do Ensino Fundamental ao Conselho Nacional de Educação, que elaborou o parecer e projeto de resolução sobre a

BNCC e encaminhou ao MEC. A BNCC do Ensino Fundamental foi homologada em 20 de dezembro de 2017 e a do Ensino Médio, em dezembro de 2018.

A partir da homologação das BNCCs, iniciou-se o período de reelaboração dos currículos estaduais, municipais e de instituições escolares. Esse processo está em curso e a previsão é de que até 2020 tenha sido finalizado. Nessa etapa, espera-se também a mobilização de recursos visando a superação de desafios para implementação da BNCC – formação docente, adequação de materiais didáticos, reformulação de políticas de avaliação e acompanhamento da aprendizagem.

As várias etapas da Educação Básica contam com organização curricular, competências e habilidades específicas. O organograma a seguir apresenta sinteticamente a organização do Ensino Fundamental.

Figura 1: Organização da BNCC para a Educação Básica



Fonte: Brasil, 2017: 27, 24.

Para a Educação Infantil foram definidos os campos de experiência e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Para o Ensino Fundamental são apresentadas as cinco áreas de conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso) subdivididas em componentes curriculares, competências específicas para cada área e as competências específicas do componente. Nesse nível também são apresentadas as unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

As áreas de conhecimento e seus componentes curriculares são norteados por competências gerais, evidenciando quem é o estudante que a BNCC propõe formar. Segundo o documento, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento dessas competências gerais, garantindo os direitos de aprendizagem de todos os estudantes da Educação Básica (Brasil, 2017).

Na BNCC, o ensino por competências se destaca. Não há consenso entre os estudiosos sobre a temática. Os posicionamentos oscilam entre uma perspectiva positiva e uma negativa.

Para uns, nos conduz a uma sociedade de indivíduos eficientes na grande engrenagem do sistema produtivo, a qual requer uma adaptação às exigências da competitividade das economias em um mercado global. Outros consideram que é um movimento que enfoca a educação como um adestramento, um planejamento em que a competência resume o leque das amplas funções e os grandes objetivos individuais ou coletivos, intelectuais, afetivos... da educação. Para outros, estamos diante da oportunidade de reestruturar os sistemas educacionais por dentro, superando o ensino baseado em conteúdos antigos pouco funcionais, obtendo, assim, uma sociedade não apenas eficiente, mas também justa, democrática e inclusiva (Sacristán, 2008: 8).

Para Sacristán (2008), competência é um conceito confuso, acumulando significados de tradições diversas e com poucos exemplos de experiências concretas. Recorrer a esse construto pode produzir um duplo fenômeno de consequências contraditórias. De um lado, se apresenta como uma medida de convergência e/ou aproximação entre sistemas educacionais, de outro, as diferentes interpretações de que é objeto o convertem em fator de divergência. Esse paradigma tem monopolizado a reforma educativa sem ter uma ideia clara de seu significado, nem como fazê-lo.

2 A História na BNCC do Ensino Fundamental

Pensar o currículo de História na BNCC conduz ao momento vivenciado pela área de conhecimento e pelas teorias do currículo no país nos últimos anos. Amplamente discutido e repensado, o ensino de História vivencia fortes contradições. De um lado, avanços e conquistas, de outro, complexidade e embates. Tem sido crescente a realização de congressos, seminários e eventos, bem como o número de pesquisas e publicações abordando a temática. Conquistas importantes como, por exemplo, a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, a incorporação/articulação de tendências recentes da historiografia e o uso de fontes variadas no ensino, vem sendo incorporadas ao ensino e à pesquisa (Caimi, 2016).

A versão preliminar da base foi elaborada por uma comissão composta por 12 profissionais, pesquisadores e professores do campo da História e do ensino da História, representantes de diversas instituições educacionais, associações profissionais, Estados e regiões do país. Embora tenha apresentado lacunas e inconsistências, o documento preliminar buscou sistematizar e operacionalizar algumas das principais concepções teóricas, historiográficas e metodológicas defendidas por pesquisadores do campo em âmbito nacional e mundial, nas últimas três décadas. “Os colegas que capitanearam a elaboração da proposta confrontaram uma forte tradição baseada no entendimento da História escolar como um simples processo de transmissão de conteúdos factuais e verbalistas” (Caimi, 2016: 89).

O processo de elaboração do documento foi marcado por conflitos entre equipe do governo e agentes externos.

No processo de elaboração eclodiram conflitos e disputas teóricas e políticas entre a equipe e os gestores do Ministério, e agentes externos, sobre o que ensinar e aprender em História. [...] vários aspectos foram alvo de críticas, dentre eles as questões relativas à cronologia, ao eurocentrismo, e às relações entre o nacional e do universal (Franco; Silva Júnior; Guimarães, 2018).

Para Caimi (2016), a consulta e manifestações em torno do documento preliminar da BNCC não a enriqueceram em seus fundamentos basilares, como se esperava. Após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, a comissão que produziu a primeira versão da BNCC História foi dissolvida e em seu lugar foi constituída nova comissão, que reelaborou o documento da área de História. Integrada predominantemente por

profissionais vinculados a uma única instituição de ensino superior, a nova comissão não apresentava trajetórias de estudos e investigação efetivamente vinculadas ao campo do ensino da História. O documento apresentado como uma segunda versão não guardava relações de continuidade com a primeira versão, apresentando pressupostos e proposições bastante distintos daqueles que orientaram a produção inicial da BNCC História.

Trata-se de uma proposta que se refugia nos conteúdos convencionais e canônicos, tomando a cronologia linear como eixo central do discurso histórico, ou seja, desconsidera os postulados, princípios e proposições oriundos da pesquisa acadêmica nacional e estrangeira dos últimos trinta anos, representando um flagrante e lamentável retrocesso (Caimi, 2016: 90-91).

O documento final apresenta as competências específicas da área, as competências específicas de História e Geografia, as unidades temáticas, os objetos de conhecimentos e as habilidades de cada componente curricular a serem desenvolvidas em cada uma das etapas/anos do Ensino Fundamental.

Figura 2: Organograma BNCC História Ensino Fundamental



Fonte: Elaboração própria, 2019.

As competências definidas para a área de Ciências Humanas de forma sintética consistem em: desenvolver "raciocínio espaço-temporal", trabalhando com as noções fundamentais na área de Ciências Humanas - tempo, espaço e movimento -; articular entre si as categorias cognição e contexto com vistas ao acolhimento da diferença; compreender e interpretar a si mesmo e ao outro visando ao desenvolvimento da capacidade de acolher, respeitar e valorizar a diferença; valorizar a crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder e, especialmente, à produção de conhecimentos e saberes, frutos de diferentes circunstâncias históricas e espaços

geográficos; e utilizar diferentes linguagens na comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal (Brasil, 2017: 351).

“Um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas”. A busca de autonomia também exige reconhecimento das bases da epistemologia da História, a saber: a natureza compartilhada do sujeito e do objeto de conhecimento; o conceito de tempo histórico em seus diferentes ritmos e durações; a concepção de documento como suporte das relações sociais; as várias linguagens por meio das quais o ser humano se apropria do mundo (Brasil, 2017: 398).

Também foram definidas sete competências para o componente curricular História, que sinteticamente consistem em: compreender, comparar e analisar eventos históricos diversos em diferentes espaços e tempos, percebendo mudanças e permanências; elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias; identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários; compreender e problematizar os conceitos próprios do conhecimento historiográfico; produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável. Essas competências articulam-se as definidas para a área de Ciências Humanas (Brasil, 2017).

Os objetivos¹ apresentados nas competências e habilidades indicam uma preocupação além do conhecimento, ultrapassando a busca de informações. Há uma predominância de objetivos voltados para o domínio da compreensão (compreender, identificar), seguido da preocupação com a aplicação do conhecimento (elaborar, produzir).

¹ Conforme taxionomia de Bloon, um dos autores mais citados nos trabalhos referentes a elaboração de objetivos educacionais. De modo geral, a pesquisa nos últimos quarenta anos confirmou a hierarquia apresentada por Bloon, exceto nos dois últimos níveis: síntese e avaliação. É aceitável colocá-las no mesmo nível, pois ambas dependem da análise como um processo fundador. Entretanto, síntese requer rearranjo das partes de um modo novo original, enquanto que avaliação requer a comparação com padrões exigindo julgamentos para determinar o que se propõe. Ambos são valiosos e um não é superior ao outro (Pelissoni, 2009).

A História na BNCC do Ensino Fundamental se concentra no processo de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas. Para Apple (2002: 78), currículos multiculturais e antirracistas representam ameaças e questionamentos ao programa e visão da Nova Direita.

Em um currículo nacional predominantemente monocultural (que lida com a diversidade colocando o sempre ideológico “nós” como centro de tudo e, em geral mencionado periféricamente “as contribuições” das pessoas de cor, mulheres e “outros”, são fundamentais a manutenção das noções hierárquicas vigentes acerca do que é importante como conhecimento oficial, a restauração dos tradicionais padrões e valores “ocidentais”, o retorno a uma pedagogia “disciplinada” (e, poder-se-ia dizer, também predominantemente machista), e assim por diante (Apple, 2002: 78-79).

Para os anos iniciais, o desenvolvimento da percepção está voltado para o reconhecimento do Eu, do Outro e do Nós. Prescreve-se um processo de aprendizagem de forma progressiva, a história das crianças, da família, da escola, da comunidade, do Estado e do país, as noções temporais e o patrimônio histórico, considerando o chamado “espaço biográfico”, que se relaciona com as experiências dos alunos em seus lugares de vivência. Esse tipo de aprendizagem remete aos currículos concêntricos, já superados nas discussões historiográficas.

No primeiro e segundo anos, busca-se o conhecimento de si, das referências imediatas do círculo pessoal, da noção de comunidade e da vida em sociedade. No terceiro ano contempla-se a noção de lugar em que se vive e as dinâmicas em torno da cidade e região, com ênfase nas diferenciações entre a vida privada e a vida pública, a urbana e a rural. No quarto ano, a atenção volta-se para a ação das pessoas, grupos sociais e comunidades no tempo e no espaço: nomadismo, agricultura, escrita, desenvolvimento do comércio e a circulação de produtos, navegações, indústria e desenvolvimento tecnológico, também aborda o surgimento da espécie humana no continente africano e sua expansão pelo mundo e os vários processos migratórios para a formação do Brasil. No quinto ano, a ênfase está em pensar a diversidade dos povos, culturas e suas formas de organização; o que forma um povo: do nomadismo aos primeiros povos sedentarizados; o papel das culturas e das religiões na composição identitária dos povos antigos; os patrimônios materiais e imateriais da humanidade (Brasil, 2017).

Nos anos finais do Ensino Fundamental é possível analisar os indivíduos como atores inseridos em um mundo em constante movimento de objetos e populações e com exigência de constante comunicação. Nessa fase, as noções de temporalidade, espacialidade e diversidade são abordadas em uma perspectiva mais complexa, bem como as noções e questionamentos das categorias norteadoras da área devem ser aprofundadas, visando uma melhor compreensão de si, do outro, da escola, da comunidade, do Estado, do país e do mundo. Para alcançar esses objetivos propõem o desenvolvimento das habilidades voltadas para identificação, classificação, organização e comparação, em contexto local ou global. “Dá-se, assim, um passo importante para a responsabilização do cidadão para com o mundo em que vive”. Além de indicar aprendizagens em progressão – local, regional, nacional, global - percebe-se também um chamamento para a formação de um sujeito de deveres, em uma perspectiva individual, no qual suas ações o transformam e lhe dá competências para a vida em sociedade (Brasil, 2017: 354).

O processo de ensino e aprendizagem da História nos anos finais do Ensino Fundamental está pautado por três procedimentos básicos: identificação; desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos; reconhecimento e interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno.

1. Pela identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico.
2. Pelo desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens.
3. Pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias (Brasil, 2017: 414).

As temáticas enunciadas na BNCC, do sexto ao nono ano, são, resumidamente, as seguintes: No sexto ano são recuperados aspectos da aprendizagem do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e contempla-se uma reflexão sobre a História, tempo, espaço e formas de registros. Tratam as origens da humanidade, seus deslocamentos

e os processos de sedentarização; os povos da antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos) e os povos indígenas originários do atual território brasileiro; lógicas de organização política na Grécia, Roma e África na antiguidade; trabalho e formas de organização social e cultural Grécia, Roma e Europa Medieval. O papel da mulher na Grécia e em Roma no período medieval é um dos objetos de conhecimento nesse ano.

No sétimo ano, são propostas as seguintes unidades temáticas: o mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias; Humanismos, Renascimentos e o Novo Mundo; a organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano; lógicas comerciais e mercantis da modernidade.

No oitavo ano do Ensino Fundamental destaca-se: o mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise; os processos de independência nas Américas; o Brasil no século XIX; configurações do mundo no século XIX. Entre os objetos referentes ao Brasil no século XIX destaca-se as “políticas de extermínio do indígena durante o Império”, “O discurso civilizatório nas Américas, o silenciamento dos saberes indígenas e as formas de integração e destruição de comunidades e povos indígenas”, e “A resistência dos povos e comunidades indígenas diante da ofensiva civilizatória”. Comumente a história indígena fica restrita ao período colonial e aos anos recentes. Os indígenas desaparecem no império e quase todo período republicano.

No nono ano do Ensino Fundamental estão elencados os seguintes temas: o nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX; Totalitarismo e conflitos mundiais; modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946; a História recente. Entre os objetos referentes ao Brasil no século XIX destaca-se: “A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição”; “Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações”; “A questão indígena durante a República (até 1964)”; “Anarquismo e protagonismo feminino”; “As questões indígena e negra e a ditadura”; e “As pautas dos povos indígenas no século XXI e suas formas de inserção no debate local, regional, nacional e internacional”.

Os conteúdos referentes à História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e Indígena a serem trabalhados no Ensino Fundamental estão em conformidade com as Leis 10.639/03 e 11.645/08. No entanto, ainda apresentam a cronologia dos acontecimentos da Europa, partindo de uma visão eurocêntrica. A partir da época moderna, a História da África segue-se integrada à História da Europa. No sexto, a História do Egito, embora indicada como História da África aparece separada de outras formas de organização políticas na África: reinos, impérios, cidades-estados e sociedades linhageiras² ou aldeias.

Embora aponte a importância da compreensão e respeito às diferenças e a valorização da pluralidade cultural, alguns temas como a questão do gênero aparecem timidamente apenas do sexto e nono ano respectivamente nos tópicos “O papel da mulher na Grécia e em Roma, e no período medieval” e “Anarquismo e protagonismo feminino”.

Em discussão com Christian-Smith, Apple (2002: 77-78) aponta que o currículo nacional tem papel ambíguo em relação ao tratamento das diferenças.

Ao mesmo tempo em que o currículo nacional serve para parcialmente reconhecer diferenças, serve também para resgatá-las, dentro do suposto consenso em torno do que deveríamos ensinar. É parte de uma tentativa de reinstaurar o poder hegemônico que foi abalado pelos movimentos sociais (Apple, 2002: 77-78).

Os procedimentos de investigação em Ciências Humanas, como a pesquisa sobre diferentes fontes documentais, a observação e o registro – de paisagens, fatos, acontecimentos e depoimentos – e o estabelecimento de comparações são indicados desde os anos iniciais.

A integração entre os povos centra-se nos europeus, africanos e americanos, os asiáticos continuam fora do currículo, excetuando o tratamento dado ao tratar do

² Configuram este tipo de dinâmicas as organizações e instituições «tradicionais» locais cujas formas, conteúdos e ritmos de transformação se mantêm mais ou menos coerentes com os valores “tradicionais” locais, resistindo, com notável êxito, às tendências modernizantes que advêm essencialmente da confluência com o meio urbano e da massificação do sistema escolar (Milando, 2007: 85).

Imperialismo Europeu, a Revolução Chinesa e o advento dos nacionalismos africanos e asiático pós Segunda Guerra Mundial.

A BNCC de História propõe a utilização de diferentes fontes e tipos de documentos (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação de tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. A BNCC propõe o desenvolvimento de uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos como caminho para a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar. Para isso, são propostos os seguintes processos: identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto histórico (Brasil, 2017).

A partir de perguntas, o aluno deve ser capaz de identificar a questão ou o objeto a ser estudado. Traçando relações entre os objetos históricos, a comparação em História faz ver melhor o Outro. A contextualização é uma tarefa imprescindível para o conhecimento histórico. Deve-se identificar o momento em que uma circunstância histórica é analisada e as condições específicas daquela realidade. “Saber localizar momentos e lugares específicos de um evento, de um discurso ou de um registro das atividades humanas”. O exercício da interpretação – de um texto, de um objeto, de uma obra literária, artística ou de um mito – é fundamental na formação do pensamento crítico. “Todos devem ser capazes de levantar hipóteses e desenvolver argumentos acerca de fatos históricos de maneira a estimular o posicionamento crítico”. A análise é uma habilidade bastante complexa. Espera-se que o aluno problematize e perceba que toda a história é contada a partir de uma determinada e que a partir disso crie hipóteses para entender as pressões, restrições e ideologias que moldam os fatos históricos (Brasil, 2017: 397).

Embora proponha o trabalho com fontes e consequentes procedimentos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto histórico, o currículo de História proposto pela BNCC se ancora nos conteúdos convencionais e na cronologia linear como eixo central do discurso histórico. Dessa forma, mobiliza a noção de currículo tomada como sinônimo os “conteúdos históricos”. Para Gabriel (2019), estes são percebidos, de uma maneira geral, como conteúdos naturalizados, não estabelecendo de maneira efetiva suas imbricações com as relações de poder. Este tipo de formulação onde os conhecimentos históricos legitimados e fixados nos documentos curriculares oficiais não são vistos como objetos

problematizadores e os textos curriculares usados como dispositivos para essa legitimação, são frequentemente “coisificados” reduzem o entendimento de currículo a lugar de aplicação de conhecimentos produzidos em outros lugares.

No entanto, é possível identificar a presença de outras articulações para além da listagem de conteúdos, mais particularmente, com as perspectivas curriculares pós-estruturalistas, abrindo-se a possibilidade de trabalhar de forma articulada com “dois eixos de problematização – o das identidades e o das temporalidades – estruturantes do pensamento histórico” (Gabriel, 2019: 77).

Considerações Finais

Quais são as perspectivas para o ensino de História proposto nesse currículo? As perspectivas são poucas promissoras no sentido de inovar e dinamizar esse ensino. A análise documental apontou que a BNCC representa, apesar de algumas permanências, um retrocesso em relação aos PCNs. “O currículo nacional é um mecanismo para o controle político do conhecimento. Uma vez instituído, haverá muito pouca chance de voltar atrás” (Apple 2002: 80).

Para o Ensino Fundamental, mantém-se a concepção eurocêntrica e linear. Para os primeiros anos desse nível de ensino, pode-se falar de um retrocesso ao prescrever um processo de aprendizagem de forma progressiva.

Para Smith, O’Day e Cohen *apud* Apple (2002: 65), um currículo nacional em visão positiva requereria o ato de ensinar mais ativo e inventivo e, para isso, maior engajamento dos envolvidos no processo - professores, administradores e alunos. No entanto, esta não é uma tarefa simples. A implementação de um sistema nesses moldes “não será fácil, rápido nem barato”, especialmente se se quiser preservar a diversidade e a iniciativa.

Para a eficácia desse currículo, algumas ações são imperativas: a criação de um tecido articulador social e intelectual inteiramente novo, como o conteúdo e a pedagogia da formação do professor; vinculação entre o conteúdo e à pedagogia do currículo das

escolas; vinculação entre os conteúdos e às pedagogias ao currículo das escolas e a formação de professores (Apple, 2002).

Frente as questões colocadas para o êxito de uma reforma curricular, deve-se pensar a questão do currículo por competências, paradigma que monopoliza o documento. Como colocar em prática sua tão propalada capacidade renovadora?

Voltando a etimologia da palavra, “o significante currículo faz referência tanto ao percurso/caminho (substantivo) como ao ato de percorrer (um verbo)”. O entendimento do currículo como “ato de percorrer” vem igualmente ganhando espaço nas reflexões sobre o ensino de História, redimensionando as possibilidades de diálogo com as contribuições teóricas do campo do currículo.

Abre-se um percurso com muitos desafios, onde há necessidade de outras articulações para além de um currículo de “conteúdos históricos”.

Referências bibliográficas

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 28-41.

APPLE, Michael. A política de conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz. (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BARRETTO, Elba de Sá. Tendências recentes do currículo do Ensino Fundamental no Brasil. In: BARRETTO, Elba de Sá (org.). *Os currículos do Ensino Fundamental para as escolas brasileiras*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.

BRASIL. Gabinete do Ministro. *Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015*. Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://www.editoramagister.com/legis_26906831_PORTARIA_N_592_DE_17_DE_JUNHO_DE_2015.aspx>. Acesso em: 08 jun. 2019.

_____. *Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular: orientações para o processo de implementação da BNCC - 2018*. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/guia_BNC_2018_online_v8.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

_____. MEC. *BNCC – Base Nacional Curricular Comum*. Brasília: SEE, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

_____. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/lei/l13005.htm#anexo>. Acesso em: 08 jun. 2019.

CAIMI, Flávia Eloisa. A História na Base Nacional Comum Curricular pluralismo de ideias ou guerra de narrativas? *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, n.4, vol.3, jan/jun. 2016, p. 86 – 92.

FRANCO, Aléxia Pádua; SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes da; GUIMARÃES, Selva. Saberes históricos prescritos na BNCC para o Ensino Fundamental: tensões e concessões. *Ensino em Re-Vista*, Uberlândia, MG, v.25, n. Especial, 2018, p. 1016-1035.

GABRIEL, Carmem. Currículo de História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria de. *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

MILANDO, João. Actores Invisíveis do Desenvolvimento em África: o kindoki na racionalização de comportamentos no meio rural de Cabinda (Angola). *Cadernos de Estudos Africanos*, 13/14 | 2007, p. 81-98.

PELLISSONI, Adriani M. Soares. Objetivos educacionais e avaliação da aprendizagem. *Anuário da Produção Acadêmica Docente*, vol. III, Nº 5, Valinhos, SP, 2009, p. 129 – 139.

SACRISTÁN, J. Gimeno (org). *Educar por Competências – O que há de novo?* Tradução: Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2011.